

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS INTEGRADAS DO PONTAL

ANA RÚBIA MUNIZ DOS SANTOS PEREIRA

CAMPUS PONTAL DA UFU:
ESPAÇO SOCIALMENTE PRODUZIDO A PARTIR DAS POLÍTICAS DE
EXPANSÃO DO ACESSO E PERMANÊNCIA AO ENSINO SUPERIOR

Ituiutaba
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS INTEGRADAS DO PONTAL

ANA RÚBIA MUNIZ DOS SANTOS PEREIRA

**CAMPUS PONTAL DA UFU:
ESPAÇO SOCIALMENTE PRODUZIDO A PARTIR DAS POLÍTICAS DE
EXPANSÃO DO ACESSO E PERMANÊNCIA AO ENSINO SUPERIOR**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (PPGEP), como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Produção do Espaço Rural e Urbano

Orientador(a): Prof. Dr. Antônio de Oliveira Junior

Ituiutaba
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

P436c
2018 Pereira, Ana Rúbia Muniz dos Santos, 1977-
Campus pontal da ufu : espaço socialmente produzido a partir das
políticas de expansão do acesso e permanência ao ensino superior / Ana
Rúbia Muniz dos Santos Pereira. - 2018.
131 f. : il.

Orientador: Antônio de Oliveira Júnior.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.907>
Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Planejamento urbano - Aspectos sociais -
Ituiutaba (MG) - Teses. 3. Ensino superior - Expansão - Teses. 4.
Univeridade Federal de Uberlândia. Faculdade de Ciências Integradas do
Pontal - Planejamento do campus - Teses. I. Oliveira Júnior, Antônio de.
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em
Geografia do Pontal. III. Título.

CDU: 910.1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS INTEGRADAS DO PONTAL

ANA RÚBIA MUNIZ DOS SANTOS PEREIRA

**CAMPUS PONTAL DA UFU:
ESPAÇO SOCIALMENTE PRODUZIDO A PARTIR DAS POLÍTICAS DE
EXPANSÃO DO ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR**

Dissertação aprovada para obtenção do título de Mestre em Geografia no Programa de Pós Graduação em Geografia do Pontal – Área de Concentração: Produção do espaço e dinâmicas ambientais – Linha de Pesquisa: Produção do Espaço Rural e Urbano, da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, pela banca examinadora formada por:

Prof. Dr. Antônio de Oliveira Junior (Orientador), UFU/MG

Prof.^a. Dra. Maria Angélica de Oliveira Magrine, UFU/MG

Prof.^a. Dra. Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho - UNIUBE/MG

Ituiutaba, 08 de Março de 2018 .

AGRADECIMENTOS

Agradeço

A meus pais Ruben e Ana agradeço o carinho e a confiança sempre depositada, o encorajamento frequente e a presença constante. Vocês me ensinaram a sonhar e a lutar pela realização de meus sonhos. Me ensinaram a respeitar e admirar o outro, a reconhecer o valor, as qualidades e individualidades que todos nós seres humanos temos.

Ao meu esposo, Keliton, por compreender não compreendendo e mesmo assim aceitar minhas ausências, meu apego pelos livros, meus momentos de introspecção e até mesmo irritação. Seu amor e companheirismo foram muito valiosos nesse caminhar. Meus filhos, Daniel e Maria Eduarda pelo amor, carinho e companheirismo. Á vocês e a Emilly peço desculpas pela ausência. É por vocês que busco um futuro melhor e também porque quero que percebam que a educação e a formação são os caminhos pelos quais devemos trilhar. Se conseguir inspirar vocês um pouquinho já me sentirei realizada.

Aos amigos mais chegados que sempre me ouviram, me incentivaram, participaram dessa minha luta diária. Rosana, Thaienn, Minéia, Anízio, Lara, Viviane e tantos outros que talvez eu não me lembre para citar obrigado pelo apoio e incentivo.

Aos familiares e aqui incluo todos e ao meu chefe-amigo Hugo que me encorajou e se mostrou sempre interessado na pesquisa, na minha qualificação profissional. Pela paciência com as minhas necessidades de adequação dos horários e tudo mais.

Ao curso de Química representado pelos docentes, discentes e técnicos, pelo carinho, apoio, paciência e sobretudo respeito.

Aos colegas de mestrado pela convivência maravilhosa, por partilhar comigo momentos bons, de angústia, de sucesso, de vitórias ou mesmo um simples café que ficou mais gostoso só pelas boas companhias. Á Raquel em especial, minha ex-professora de graduação, aquela que me apresentou “O mundo de Sofia”, e que agora, anos depois, minha companheira de mestrado, dividiu autoria de trabalhos, venceu alguns desafios conjuntos, obrigado por tornar o caminho menos árido.

Aos professores do programa de forma geral e em especial aos que ministraram disciplinas para minha turma: Gerusa, Maria Angélica, Rildo, Vitor, Patrícia, Antônio e Alessandro.

Ao David, Regina Takeuchi e ao Abeilard pelo auxílio na elaboração dos mapas, imagens e na tradução do resumo respectivamente.

Aos professores que compuseram as bancas de defesa do projeto e da qualificação, Profa. Gerusa, Maria Angélica e Lucia Valente, pelas valiosas contribuições.

A professora Lúcia de Fátima Valente pela parceria no grupo de pesquisa, pela coautoria de trabalhos e por sua amizade.

Ao meu orientador, que sempre muito atencioso, me guiou pelo universo da pesquisa. A autonomia dada a mim, a princípio assustou, mas agradeço por não ter sido pressionada demais e ter recebido a confiança para que eu pudesse gerir meu tempo e o meu caminhar. Admiro seu trabalho e agradeço a oportunidade de partilhar com você esse trabalho.

Agradeço à Universidade Federal de Uberlândia por proporcionar aos servidores técnicos administrativos a licença parcial e assim, tornar real a possibilidade de qualificação junto com a jornada de trabalho.

Agradeço ao PPGEF por, juntamente com o Mestrado de Ensino de Ciências e Matemática, abrir os caminhos da pós-graduação *Strictu Sensu* em Ituiutaba.

Enfim, agradeço a todos e todas que direta ou indiretamente colaboraram para a pesquisa fosse feita e defendida.

RESUMO

A presente pesquisa tem por objeto a Faculdade de Ciências Integradas do Pontal-Campus Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), localizada na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, Brasil. O Campus foi criado a partir do Programa Expansão fase I, programa governamental com vistas a expandir, interiorizar e democratizar o acesso ao ensino superior no país. A pesquisa objetivou investigar: em que medida o espaço geográfico da cidade e do campus universitário se apresenta como dificuldade ao aluno no processo de permanência no ensino superior? Como objetivo geral propôs compreender a política de permanência de estudantes em um Campus fora de sede, a partir da expansão e interiorização do ensino superior e sua relação com o espaço social e para tanto, objetivos específicos foram delimitados, tais como: Levantar as políticas de expansão do ensino superior no Brasil no período compreendido entre 2003 e 2010; Analisar e discutir os indicadores com vistas a verificar em que medida a expansão e a interiorização têm garantido a democratização do acesso e a permanência ao ensino superior em um Campus fora de sede da UFU; Analisar as políticas governamentais e institucionais de permanência dos estudantes no Campus Pontal da UFU, e, identificar as possíveis relações entre o espaço e dificuldades no processo de permanência do aluno. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, e, as técnicas metodológicas utilizados na pesquisa compreenderam as etapas: Delimitação do universo da pesquisa, pesquisa bibliográfica, documental, de campo e análise descritiva dos dados. A pesquisa bibliográfica contempla os tópicos: ensino superior, expansão do ensino superior, democratização do ensino, espaço social, lugar, métodos e metodologia de pesquisa, e, foi fundamentado nas pesquisas já publicadas de autores como Fávero, Cunha, Saviani, Ferreira e Oliveira, Dias Sobrinho, Santos, Souza e Rolim dentre outros. A pesquisa documental buscou como fonte de dados: documentos (arquivos públicos) e dados estatísticos (disponibilizados por órgão oficiais). A análise dos dados coletados nessa etapa da pesquisa foi feita sob a utilização da técnica da análise descritiva. O estudo empreendido vem contribuir com a produção de conhecimentos na área da expansão universitária, no registro histórico da criação do Campus e no processo de gestão institucional com a divulgação dos resultados. A análise dos dados coletados nas diversas etapas da pesquisa, permitiu afirmar que a relação entre o espaço social da Universidade (campus e cidade), e a permanência do aluno existe e é significativa. Variáveis como origem domiciliar, faixa de renda, transporte, segurança, área urbana onde o campus está localizado, atuações do poder público municipal e da comunidade empresarial da cidade e especulação imobiliária compõem os problemas que geram dificuldades aos estudantes/usuários do espaço pesquisado,

apontando para possível segregação social a partir do distanciamento entre campus e cidade, distância que não é somente física, mas cultural e simbólica também. Ademais, verificou-se que a democratização ocorrida foi a do acesso ao ensino superior e não a do ensino, podendo ser considerada como processo de massificação ou mesmo uma democratização segregativa a partir das discussões já empreendidas sobre a temática.

Palavras-chave: espaço social; expansão; ensino; permanência; política.

ABSTRACT

The current research has as its object Campus Pontal, one of the campuses of the Federal University of Uberlândia – UFU. Located in Ituiutaba, a municipality in the Brazilian State of Minas Gerais, the campus was created when the federal government launched a program named ‘Expansão Fase I’ aiming to expand the access to higher education, making it available for more citizens in the most remote places of inland Brazil. The research aimed to investigate: to what extent the geographic space of the city and the university campus present as a difficulty to the student in the process of staying in higher education? The main scope of this research is to comprehend the policy designed to maintain students on a peripheral campus and its relation with the resulting social environment. In order to reach the main purpose, some specific objectives were delimited: to proceed with a survey of the policies regarding the expansion of higher education in the country in the period from 2003 to 2010; to analyze and discuss indicators in order to verify to what extension did the efforts guarantee a more democratic access for future students; to investigate possible relations between the geographic space and the difficulties students face regarding their permanence in the new campus for the whole length of a chosen course. The research was based on qualitative methods and techniques through a series of phases: delimitation of the scope, bibliographic, documentary and field researches and data analysis. The bibliographic research covered the following topics: higher education and its expansion and democratization; geographic space, social environment and research methods, in order to establish a historic perspective for the expansion of higher education in Brazil in the period mentioned above (2003 to 2010), and was based on the research already published by authors like Fávero, Cunha, Saviani, Ferreira and Oliveira, Dias Sobrinho, Santos, Souza and Rolim among others. The documentary research used different sources, like public documents and statistics from official government bodies. The analysis of collected data indicates a true relation between the geographical space and social environment of the campus and the permanence of students at the university until graduation. Variables like distance from campus to hometown, household income, availability of public services (such as security and transportation), the business environment in the city and costs of housing were considered and suggested a certain distance between life in campus and off campus, both physically and symbolically. The democratization (or universalization) of higher education, if occurred, seems to be restricted to the access itself, not reflecting directly on an increase of graduate students.

Keywords: social environment; expansion; higher education; permanence, public policies.

LISTAS

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: MAPA DE NOVOS CAMPI UNIVERSITÁRIOS POR REGIÃO	38
FIGURA 2: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA, MINAS GERAIS....	50
FIGURA 3: VISTA AÉREA CAMPUS PONTAL - BLOCO EM CONSTRUÇÃO (EM DESTAQUE)	62
FIGURA 4: MAPA DE ORIGEM DOMICILIAR DOS ESTUDANTES POR REGIÃO	65
FIGURA 5: VISTA PARCIAL ESTACIONAMENTO DE MOTOS E BICICLETAS EM FRENTE BLOCO C CAMPUS PONTAL DA UFU	68
FIGURA 6: VISTA PANORÂMICA DO ESTACIONAMENTO DE MOTOS E BICICLETAS CAMPUS PONTAL DA UFU.....	68
FIGURA 7: PONTO DE ÔNIBUS EM FRENTE AO CAMPUS PONTAL DA UFU	71
FIGURA 8: ENTRADA DO CAMPUS PONTAL DA UFU	71
FIGURA 9: MAPA DOS ESTUDANTES RESIDENTES EM ITUIUTABA POR REGIÃO	73
FIGURA 10: MAPA DOS POSTOS E AGÊNCIAS BANCÁRIAS EM ITUIUTABA-MG.....	76
FIGURA 11: ENTRADA/ACESSO AO CAMPUS PONTAL DA UFU POR VISTA AÉREA	79
FIGURA 12: IMAGEM DE SATÉLITE DOS BAIRROS NO ENTORNO DA UFU	80
FIGURA 13: VISTA AÉREA DA ÁREA DE LOCALIZAÇÃO DO CAMPUS PONTAL.....	81
FIGURA 14: VISTA AÉREA DA ÁREA DE LOCALIZAÇÃO DO CAMPUS PONTAL.....	81

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE EVADIDOS	18
GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS DE GRADUAÇÃO NO BRASIL POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA	41
GRÁFICO 3: ANÁLISE DO ENDEREÇO FAMILIAR DOS ESTUDANTES	64
GRÁFICO 4: ENDEREÇO FAMILIAR DE RESIDENTES EM OUTRAS CIDADES POR ESTADO	65

GRÁFICO 5: ANÁLISE DO PERFIL DO ESTUDANTE POR RENDA FAMILIAR DECLARADA	67
GRÁFICO 6: ANÁLISE DOS MEIOS DE TRANSPORTE UTILIZADOS	69
GRÁFICO 7: ANÁLISE DAS PRINCIPAIS DIFICULDADES RELACIONADAS AO TRANSPORTE PÚBLICO	70
GRÁFICO 8: AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE MORADIA PRÓXIMO AO CAMPUS PONTAL	75
GRÁFICO 9: AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE AO CAMPUS PONTAL	78
GRÁFICO 10: CANAIS DE COMUNICAÇÃO UTILIZADOS	84
GRÁFICO 11: RECEBIMENTO DE BOLSA ASSISTÊNCIA	86
GRÁFICO 12: BOLSAS ASSISTENCIAIS POR TIPO	87

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DE TEMAS E ESTUDIOSOS	21
QUADRO 2: LEVANTAMENTO DOCUMENTAL: TEMAS E DOCUMENTOS	22
QUADRO 3: POLÍTICAS EDUCACIONAIS INSTITUÍDAS NO GOVERNO LULA E SUAS CARACTERÍSTICAS	36
QUADRO 4: BAIRROS DE ITUIUTABA POR REGIÃO	72
QUADRO 5: ACESSO A INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	85

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: DADOS GERAIS DE MATRÍCULA, DIPLOMAÇÃO E EVASÃO DA FACIP/UFU	18
TABELA 2: MATRÍCULAS DE GRADUAÇÃO NO BRASIL, EVOLUÇÃO	40
TABELA 3: DADOS GERAIS DE MATRÍCULA DE GRADUAÇÃO NO BRASIL POR REGIÃO	42
TABELA 4: BOLSAS PROUNI NO BRASIL, COMPARATIVO DE PERÍODOS	43
TABELA 5: DADOS GERAIS ENSINO SUPERIOR ITUIUTABA-MG (ANO BASE: 2014)	51
TABELA 6: ANÁLISE VERTICAL DA FORMA DE MORADIA POR REGIÃO	74
TABELA 7: EVOLUÇÃO DA OFERTA DE BOLSAS E MATRÍCULAS NA UFU	93

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CONFACIP – Conselho da FACIP

CONGRAD – Conselho de Graduação

CONSEX – Conselho de Extensão

CONSUN – Conselho Universitário

CPA – Comissão Própria de Avaliação

CTI – Centro de Tecnologia da Informação

ESCCAI – Escola Superior de Ciências Contábeis e Administrativas de Ituiutaba

FACIP – Faculdade de Ciências Integradas do Pontal

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

FTM – Faculdade do Triângulo Mineiro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituição de Ensino Superior

IFE – Instituição Federal de Ensino

IFTM – Instituto Federal do Triângulo Mineiro

ISEDI - Instituto Superior de Educação de Ituiutaba

ISEPI – Instituto Superior de Ensino e Pesquisa de Ituiutaba

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDME – Plano de Desenvolvimento Municipal de Educação

PIB – Produto Interno Bruto

PNAES – Programa Nacional de Assistências Estudantil

PNE – Plano Nacional de Educação

PREFE – Prefeitura de Campus Universitária

PROAE – Pró-reitora de Assistência Estudantil

PROEXC – Pró-reitora de Extensão e Cultura

PROGEP – Pró-reitoria de Gestão de Pessoas

PROGRAD – Pró-reitoria de Graduação

PROPP – Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa

PROUNI – Programa Universidade para Todos

REUNI – Reestruturação e expansão das Universidades Federais

SISU – Sistema de Seleção Unificada

SM – Salário Mínimo

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNOPAR - Universidade Norte do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 ENSINO SUPERIOR	25
2.1 O Ensino Superior no Brasil – concepções e histórico	26
2.2 A expansão do Ensino Superior no Brasil.....	33
2.2.1 <i>Programas: Expansão Fase I e Reuni</i>	34
2.2.2 <i>A Democratização do acesso ao Ensino Superior – perspectivas e análises</i>	43
2.2.3 <i>O Ensino Superior na cidade de Ituiutaba</i>	49
2.2.4 <i>O Campus Pontal</i>	52
3 O ESPAÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA EM ITUIUTABA-MG.....	57
3.1 Refletindo a percepção dos alunos ingressantes sobre o espaço geográfico do Campus Pontal e da cidade de Ituiutaba a partir do delineamento do perfil do ingressante na FACIP	63
3.2 Espaço geográfico e dificuldades de permanência do aluno no ES – essa relação existe?	87
4 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – CONCEPÇÕES E BREVE HISTÓRICO	91
4.1 O PNAES na UFU sob a perspectiva da permanência dos alunos na Universidade.....	92
4.2 O PNAES na FACIP e as possíveis relações com a permanência dos alunos.....	94
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	100
APÊNDICES.....	106
APÊNDICE A - Formulário de pesquisa	106
APÊNDICE B - Termo de esclarecimento e livre consentimento	114
APÊNDICE C - Roteiro de entrevista alunos e gestor/representante município	116
ANEXOS	118
ANEXO A - DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007	118
ANEXO B - RESOLUÇÃO Nº 02/2006, DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO.....	120
ANEXO C - RESOLUÇÃO Nº 15/2009 DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO.....	123
ANEXO D - RESOLUÇÃO Nº 17/2009, DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO	130

1 INTRODUÇÃO

Constata-se que a dinâmica das transformações do cenário nacional da Educação Superior nos últimos treze anos, bem como os fatores que motivaram tal dinâmica, apontam para a necessidade de uma melhor compreensão do processo de implantação das políticas e gestão da educação e seus reflexos no espaço geográfico, o que instiga a investigação do tema por meio de pesquisa científica.

O processo de expansão de cursos e vagas no âmbito da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), particularmente o ocorrido no Programa de Expansão Fase I com a criação do Campus Pontal como unidade acadêmica denominada Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP), se configura como cenário da presente pesquisa.

A partir do processo de expansão, interiorização e democratização do ensino superior no Brasil, instituições foram criadas sem a infraestrutura adequada para seu funcionamento. Embora o quadro de profissionais fosse altamente qualificado em termos de formação, para muitos docentes era a sua primeira experiência na função. Ademais, deparou-se com problemas oriundos da precária formação dos estudantes na educação básica. Tal situação tem gerado um alto índice de evasão e retenção de estudantes, principalmente nos primeiros anos/semestres.

O projeto inicial de criação do Campus Pontal previa a encampação de uma estrutura já montada, o que não se concretizou. A partir da aprovação do novo projeto, todo um arranjo político local para fornecer a estrutura inicial foi feito e a UFU ocupou espaços alugados diversos e dispersos, e permaneceu neles até a formatura das primeiras turmas. Várias tensões marcaram o período compreendido entre a instalação da UFU em Ituiutaba e a mudança para o Campus/sede própria, que, alavancado pela necessidade de construir uma identidade institucional a partir da ocupação de seu espaço próprio (uma vez que a UFU permeava os espaços de outras IES e não era vista ou percebida pela comunidade), representou o início da construção do seu espaço social.

Nesse contexto, a pesquisa abordou como tema central as políticas para a permanência de estudantes na FACIP da UFU em Ituiutaba-MG, e o estudo se justificou pela relevância científica, institucional e pessoal.

Científica uma vez que primou pela proposta da produção e divulgação de conhecimentos sobre um tema relativamente novo, visto que as políticas de expansão do ensino superior público é um campo de pesquisa que ainda tem muito a ser explorado. Ressalta-se que no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior (CAPES), a FACIP é objeto de estudos de somente duas dissertações de mestrado, e com tema voltado à expansão do ensino superior, somente uma delas.

Institucional, fundamentada na contribuição com processo de gestão da instituição pesquisada com a divulgação dos resultados, além do registro histórico do processo de construção do espaço social denominado Campus Pontal da UFU, que em breve comporá os registros da história da educação local, regional e nacional.

No campo pessoal, como servidora e aluna da instituição pesquisada, fruto das políticas de expansão, minhas experiências profissionais e acadêmicas em uma instituição acabaram por instigar inicialmente a percepção e posteriormente a observação e análise de tais políticas. Minha trajetória no ensino superior teve início em 1996, e, em 1999 me graduei em administração pela Escola Superior de Ciências Contábeis e Administrativas de Ituiutaba, hoje Faculdade do Triângulo Mineiro. Não exerci a profissão diretamente, trabalhei em escritório com contabilidade por anos, até ingressar no serviço público federal em 2009, como técnica administrativa em educação da UFU. A partir da retomada do contato com universo educacional e das oportunidades de acesso, ingressei em uma especialização em gestão pública, a qual conclui em 2011 pela Faculdade do Noroeste de Minas, onde eu já discutia a expansão e a relação com os elementos de gestão.

Dentro da instituição tenho uma trajetória de representação da minha categoria em Conselhos Superiores, diversas comissões, e, empreendendo pesquisas e também extensão. Em 2016 ingressei no Programa de Mestrado em Geografia do Pontal da UFU com o desafio de pesquisar a instituição de minha lotação, instituição que é parte do meu cotidiano, das minhas experiências e vivências.

Meu trabalho se concentrou na análise do processo de expansão e interiorização do ensino superior desta instituição, objetivando compreender o processo, contribuir com a instituição pesquisada por meio do aprimoramento de suas práticas profissionais, senso crítico e investigativo e maior qualidade dos serviços executados enquanto agente do processo de gestão de uma instituição de ensino superior pública. Esse movimento se traduziu em inquietudes, que levaram à busca por respostas e pela compreensão do processo de expansão no espaço denominado campus Pontal.

Uma das dificuldades transpostas no processo foi encontrar a imparcialidade necessária para que eu pudesse tecer as reflexões pertinentes ao estudo, sem que a vivência institucional e proximidade com o objeto compromettesse o rigor metodológico, as análises e resultados, e também não caracterizasse uma pesquisa participante. Nesse sentido, busquei compreender dentro da evolução dos estudos experimentais em ciências humanas e sociais que a separação

absoluta entre pesquisador e objeto para se alcançar a objetividade necessária a pesquisa é algo complexo e, a literatura aponta que

Não há, portanto, possibilidade de se estabelecer uma separação nítida e asséptica entre o pesquisador e o que ele estuda e também os resultados do que ele estuda. Ele não se abriga, como se queria anteriormente, em uma posição de neutralidade científica, pois está implicado necessariamente nos fenômenos que conhece e nas consequências desse conhecimento que ajudou a estabelecer. (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 5)

Além do estabelecimento de certa distância para observar mais criticamente, a coleta de alguns dados ainda não publicizados se mostrou como dificuldade, como a de buscar informações sobre o quantitativo de alunos que recebem bolsa no Campus Pontal por tipo de bolsa e por exercício. O fato de ser servidora da instituição trouxe desafios à pesquisa, e apesar de poder-se supor que meu trabalho de coleta de dados foi facilitado, encontrei resistências. Alguns dados não foram levantados por ser trabalhoso para o setor analisar as planilhas e fazer o levantamento quantitativo para repasse. Após algumas tentativas, conseguiu-se a disponibilização de alguns dados que permitiram avançar nas análises. Entretanto, por problemas de agenda, algumas entrevistas idealizadas não puderam ser de fato realizadas.

No período que compreende os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) e Dilma Rousseff, ou seja, nas décadas de 1990, 2000 e 2010, a educação se transformou significativamente nas escalas local, nacional e internacional devido às várias reformas políticas e à instituição de políticas públicas voltadas a educação no Brasil, que estiveram alinhadas ao processo de reestruturação e mundialização do capital, no contexto da economia do conhecimento (FERREIRA E OLIVEIRA, 2012). Destaca-se para esse estudo a política de expansão de vagas e a democratização do acesso ao ensino nos níveis superior. A FACIP, objeto da presente pesquisa, é fruto desse processo.

A perspectiva da expansão universitária na região do Triângulo Mineiro aparece nas discussões dos conselhos da Universidade a partir de 2002, ganhando força em 2003 e culminando em 2006 com a criação do Campus Pontal da UFU em Ituiutaba-MG.

A UFU, a partir do Programa Expansão Fase I¹, criou o primeiro campus fora de sede, Campus Pontal, na cidade de Ituiutaba-MG, na região do Triângulo Mineiro. Dentro das possibilidades organizacionais da Universidade, o Campus foi criado como unidade acadêmica denominada Faculdade de Ciências Integradas do Pontal por meio da Resolução 02/2006 do

¹ Na literatura há registro de duas nomenclaturas para o programa: Expandir e Expansão Fase I.

Conselho Universitário da UFU, que dispõe sobre a criação do Campus Pontal, na cidade de Ituiutaba, e dá outras providências.

Hoje, são disponibilizadas anualmente 648 vagas para ingresso de alunos dos 11 cursos de graduação e 14 vagas de ingresso no programa de pós-graduação em Geografia, o que corresponde a uma projeção de 3200 vagas de graduação na FACIP e 28 vagas de pós-graduação. O Campus conta com 162 professores, 67 técnicos administrativos e 79 funcionários terceirizados (portaria, recepção, limpeza, motorista, vigilância e manutenção predial)

Ressalta-se que a UFU continuou a empreender a expansão com projetos além da criação do Campus Pontal, como a participação no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)², ampliando cursos e vagas e criando mais três campi: Glória, Patos de Minas e Monte Carmelo. Destaca-se que os campi de Patos de Minas e Monte Carmelo possuem estrutura administrativa diferente do campus Pontal, quando os mesmos foram criados como superintendências vinculadas à Unidades Acadêmicas do Campus sede em Uberlândia.

Os registros de dados públicos, disponibilizados pela instituição, demonstram a evolução da ocupação das vagas no Campus Pontal no interstício de 2009 a 2015, decorrente da execução dos projetos pedagógicos, da reestruturação interna de cursos e vagas e das novas formas de ingresso, com o advento do Sistema de Seleção Unificada (SISU).

A partir desses dados, a Tabela 1 foi elaborada, e a partir da mesma aponta-se: o não preenchimento de vagas ofertadas em quatro dos seis anos analisados; taxa de ocupação média da totalidade de vagas em torno de 70%; expressiva evolução de evasão e baixo número de diplomados.

Tal cenário instiga uma avaliação mais aprofundada das motivações e razões que os números por si só não revelam.

A partir da tabela 1 também é possível e relevante observar os picos de evasão, que alcançam percentuais mais elevados nos anos de 2013 e 2014, com acentuado decréscimo no ano de 2015, conforme demonstra o Gráfico 1, que traz a evolução dos percentuais de evadidos em relação ao número de matriculados no período de 2007 a 2015. Registra-se ainda que o número total de vagas previstos, que em nenhum ano foi totalmente preenchido, ficando bem

² REUNI - Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Decreto 6.096/2007, que objetivou criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e recursos humanos existentes nas universidades federais (BRASIL, 2007)

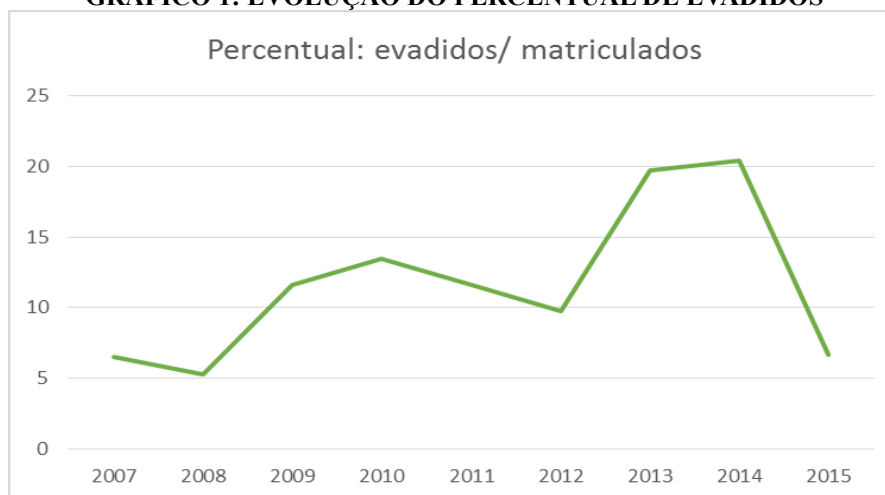
abaixo do projetado. Ou seja, das 3200 vagas, o número máximo alcançado no período analisado é de 2279 vagas (aproximadamente 72%).

TABELA 1: DADOS GERAIS DE MATRÍCULA, DIPLOMAÇÃO E EVASÃO DA FACIP/UFU

Ano	Total de Alunos Matriculados	Total de Ingressantes	Total de Vagas para Ingresso	Total de Diplomados	Total de Evadidos	Percentual: Evadidos/ Matriculados
2007	567	636	640	0	37	6,52
2008	979	481	640	0	52	5,31
2009	1424	534	640	0	165	11,58
2010	1578	435	648	0	212	13,43
2011	1887	661	648	81	219	11,60
2012	2036	669	648	169	199	9,77
2013	2161	602	648	184	426	19,71
2014	2186	564	648	244	446	20,40
2015	2279	637	648	201	153	6,71

FONTE: PEREIRA (2017, p. 3).

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE EVADIDOS



FONTE: PEREIRA (2017, p. 3). ORG.: A autora (2017).

Neste contexto, a pesquisa objetivou investigar: em que medida o espaço geográfico da cidade e do campus universitário se apresenta como dificuldade ao aluno no processo de permanência no ensino superior? Para tanto, fez-se necessário averiguar se a ampliação de vagas e a interiorização do ensino superior, decorrente do Programa de Expansão Fase 1, que

vem garantindo o acesso à educação em nível superior, vem acompanhada de garantias para a permanência do aluno, bem como identificar as políticas institucionais voltadas à essa permanência.

Como objetivo geral, a pesquisa se propôs a compreender a política de permanência de estudantes em um campus fora de sede, a partir da expansão e interiorização do ensino superior e sua relação com o espaço social. Para tanto, objetivos específicos foram delimitados, tais como: proceder o levantamento das políticas de expansão do ensino superior no Brasil no período compreendido entre 2003 e 2016; analisar e discutir os indicadores com vistas a verificar em que medida a expansão e a interiorização têm garantido a democratização do acesso e a permanência ao ensino superior em um campus fora de sede da UFU; analisar as políticas governamentais e institucionais de permanência dos estudantes no Campus Pontal da UFU em Ituiutaba-MG; identificar as possíveis relações entre o espaço geográfico e as dificuldades no processo de permanência do aluno no ensino superior.

A evolução da humanidade, da sociedade e da relação entre eles, gerou a produção de novos conhecimentos que culminou na necessidade de uma constante atualização e, dado o volume de informações disponíveis, faz-se necessário o desenvolvimento de uma metodologia capaz de apurar, selecionar, elaborar, ordenar e sistematizar essa massa de informações e transformá-la em conhecimento, sendo esse o objetivo de qualquer pesquisa (CASTILHO; PECUMA, 2008).

A metodologia adotada nessa pesquisa baseou-se nos preceitos da pesquisa qualitativa, uma vez que o fenômeno social é melhor compreendido por esse método de pesquisa. Entretanto, instrumentos quantitativos para coleta de dados foram utilizados uma vez que a utilização e análise de dados foi necessária, dados estes que foram interpretados sob o prisma qualitativo, ou seja, considerando-se os significados dos mesmos frente aos fenômenos e processos sociais.

Segundo Monteiro (2013), na ciência geográfica, a pesquisa qualitativa tem se tornado um interessante caminho para a produção do conhecimento com o intuito de trazer à tona novos elementos das realidades pesquisadas e, por meio de uma competência metodológica, o pesquisador tem a possibilidade de desvendar as relações socioespaciais de um determinado contexto geográfico.

Dentre os procedimentos ou técnicas metodológicas utilizados na pesquisa, aponta-se as seguintes etapas: delimitação do universo da pesquisa; pesquisa bibliográfica, documental, de campo; análise descritiva dos dados.

Delimitou-se como universo da pesquisa a Faculdade de Ciências Integradas do Pontal da UFU, instituição de ensino superior que foi concebida no processo de expansão do ensino superior no recorte temporal de 2003 a 2016.

A revisão de literatura ou pesquisa bibliográfica se fez necessária com vistas a permitir um conhecimento mais amplo e de profundidade sobre o assunto pesquisado, contribuindo na fundamentação teórica e significação dos fatos estudados. Segundo Trivinõs (1987), não é possível interpretar, explicar e compreender a realidade sem um referencial teórico. Esse referencial possibilitou o levantamento do histórico, das atualizações pertinentes ao tema, além das contradições e também respostas já existentes às questões ora levantadas, bem como não incorrer na reprodução de conhecimentos já produzidos.

Esta modalidade da pesquisa visa contemplar todos os objetivos específicos propostos, iniciando-se pelo levantamento das fontes bibliográficas e conhecimentos já produzidos por pesquisadores que fundamentem não apenas a discussão teórico-metodológica, como também a análise e interpretação dos dados coletados, e, como ferramenta metodológica significativa nas pesquisas, pode ser melhor entendida a partir a visão de LIMA e MIOTO que apontam

[...] a pesquisa bibliográfica como um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas. (LIMA e MIOTO, 2007 p. 44)

O referencial teórico orienta por meio dos conceitos básicos de uma teoria os caminhos para se compreender, explicar e dar significado aos fatos investigados. Assim,

[...] existem realidades simples que não precisam de nenhuma teoria para serem compreendidas em toda sua extensão e significado. Mas os fatos sociais e educacionais, geralmente complexos, não só precisam como exigem um suporte de princípios que permitam atingir os níveis da verdadeira importância do que se estuda. (TRIVINÕS, 1987 p. 99)

O levantamento dos estudos já empreendidos é demonstrado no Quadro 1, que traz de forma simples e descritiva a relação de pesquisadores e estudiosos utilizados como referência e consulta para a elaboração dos estudos por blocos temáticos.

A pesquisa bibliográfica, evidenciada no Quadro 1, foi estruturada para contemplar os tópicos: ensino superior, expansão do ensino superior, democratização do ensino, espaço geográfico, espaço social, lugar, métodos e metodologia de pesquisa, de modo a permitir uma reflexão sobre o histórico da expansão superior no Brasil, as políticas de expansão do ensino

superior no Brasil no período compreendido entre os anos de 2003 e 2016, a relação entre o espaço geográfico e as dificuldades de permanência do estudante.

Para tanto, foram levantados periódicos, dissertações, teses, artigos e outros, em bibliotecas digitais, banco de teses, portais de periódicos eletrônicos e portais do governo federal.

QUADRO 1: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DE TEMAS E ESTUDIOSOS

Blocos Temáticos	Pesquisadores Destacados
Metodologia de pesquisa; pesquisa qualitativa; métodos de pesquisa	Triviños (1987); Lakatos (2003); Lüdke e André (2003); LIMA e MIOTO (2007); Castilho & Pecuma (2008); Monteiro (2013).
Ensino Superior; Expansão do Ensino Superior; Democratização do ensino	Cavalcanti (2000); Fávero (2006); Prates (2007); Cunha (2007); Severino (2009); Sguissardi (2010); Vargas (2011); Stelzer (2011); Saviani (2014); Ferreira e Oliveira (2012); Beloni e Costa (2017); Silva Jr. E Sguissardi (2001); Saviani (2004); Leher (2003); Caôn e Frizzo (2010); Dias Sobrinho (2013); Dubet(2015); Zago (2006); Gomes e Moraes (2012); Maciel (2016); Silva Filho (2007); Almeida 2007); Nunes e Veloso (2015); Costa (2010).
Espaço Geográfico, Espaço social, Lugar	Santos (1988); França (2005); Almeida (2009); Aguiar (2010); Pereira e Silva (2010); Rolim (2011); Souza Junior (2012); Souza (2013); Krainski (2014); Pereira (2017); Carlos (2011); Gomes e Oliveira (2012); Pereira e Catani (2002); Rodrigues e Coccozza (2014); Moreira e Hespanhol (2007); Silveira (2012); Buffa e Pinto (2016); Santos (2007); Pereira (2017).

FONTE: Dados da revisão bibliográfica (2017).

A pesquisa documental apresenta por principal característica sua fonte de coleta de dados, que são documentos escritos ou não, e segundo Lüdke e André (2003), é uma técnica que busca identificar informações factuais nos documentos a partir das questões ou hipóteses de interesse. Foram utilizados como fontes de dados documentos (arquivos públicos) e dados estatísticos (disponibilizados por órgão oficiais). Nesta etapa, a pesquisa foi conduzida tanto por meio da investigação de documentos públicos junto à base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), do Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais (INEP), além de documentos do setor de registro de dados acadêmicos e estudantis da Instituição pesquisada, do registro de Atas e Resoluções dos conselhos superiores da UFU e da FACIP, além do relatório de avaliação da Comissão Própria de Avaliação da UFU. A análise dos dados coletados nessa etapa da pesquisa foi feita sob a utilização de duas técnicas: a análise

descritiva de alguns documentos e também a análise de conteúdo, uma vez que pela análise, relato e comparação dos dados entre outros aspectos, pretende-se uma interpretação e compreensão mais ampla desses dados e, amparado pela fundamentação teórica e revisão bibliográfica, correlacionar todos os tipos de dados coletados, afim de inferir resultados que permitam responder o principal questionamento: em que medida o espaço geográfico se apresenta como dificuldade ao aluno no processo de permanência no ensino superior?

QUADRO 2: LEVANTAMENTO DOCUMENTAL: TEMAS E DOCUMENTOS

Tema Estudado	Documentos Pesquisados
Ensino Superior; expansão do ensino superior	Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto- Lei 19851/31); Documento de criação da Universidade do Rio de Janeiro (Decreto-Lei 19852/31); Documento de criação do Conselho Nacional de Educação (Decreto-Lei 19850/31); Documento que tratava da autonomia da Universidade do Brasil (Decreto-Lei 8393/45); Lei 5540/68 que fixa normas e funcionamento do ensino superior; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/1996); Plano Nacional de Educação (Lei 10172/2001); Reuni (Decreto 6096/2007); Reuni – relatório de um ano (2008); SISU (Portaria normativa MEC 002/2010); Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012 (2012); Plano Nacional de Educação (Lei 13005/2014); Balanço Social Seseu/MEC (2015); PROUNI dados e estatísticas (2015); Censo Educação Superior (2015), Plano Nacional de Assistência Estudantil.
Universidade Federal de Uberlândia, Campus Pontal	Resolução 02/2006 do Conselho Universitário; Atas do Conselho Universitário; Plano de Expansão da UFU 2008-2012; Processo 63/2005 CONSUN; Anuário UFU 2009/2010/2011/2012/2013/2014/2015; Atas do Conselho da FACIP; IBGE (2016), Relatório CPA (2016).

FONTE: Dados da pesquisa documental (2017).

A pesquisa de campo foi utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procurou respostas, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (LAKATOS, 2003, p. 186). Nessa etapa da pesquisa, pretendeu-se verificar se de fato pode-se estabelecer alguma relação entre espaço geográfico e as dificuldades de permanência do estudante no ensino superior. Para tanto, utilizou-se como técnica a aplicação de formulários. O formulário foi estruturado de forma a coletar dados que possibilitassem mostrar a percepção do estudante sobre a sua relação com o espaço interno (instituição) e externo (cidade).

O instrumento de coleta utilizado (o formulário) foi escolhido por melhor atender à demanda da pesquisa, que é a de obter dados que são quantificáveis, mas que, quando coletados pelo próprio pesquisador, que estará em contato direto com os estudantes pesquisados, permitirá

a sua interação com os mesmos na apresentação da pesquisa e seus objetivos. Também abriu a possibilidade de inserção de algumas questões abertas, onde o agente pesquisado pôde colocar suas opiniões não contempladas no rol de respostas elencadas.

O formulário foi aplicado aos estudantes ingressantes da FACIP, uma vez que esse recorte específico dentro do universo de estudantes da FACIP representou os estudantes que vivenciam as maiores e mais diversas dificuldades de adaptação. Entendeu-se para essa pesquisa, que o aluno ingressante corresponde ao aluno de primeiro ano ou dois primeiros semestres ou períodos. Para aplicação do formulário, entendeu-se como período apropriado, meados do segundo semestre, quando o aluno já teria se integrado ao Campus e a cidade e teria condições de responder com mais propriedade as questões a partir de sua vivência e contato com o espaço interno e externo.

A amostragem foi definida com base no universo de ingressantes da FACIP, que oferta anualmente 648 vagas de ingresso, com registro de média referente aos últimos cinco anos (2010-2015) de 595 estudantes ingressantes. Apontou-se que o cálculo amostral³ era necessário para identificar o número mínimo de respondentes para aferir a confiabilidade necessária, portanto, para uma margem de erro amostral de 5% com nível de confiança de 95% em uma população de 595 estudantes, calculou-se de que são necessários pelo menos 234 respondentes.

A técnica utilizada para o cálculo do número mínimo de respondentes foi a de amostra aleatória simples. O formulário impresso foi aplicado a 299 ingressantes de 2016 de dez dos onze cursos de graduação da FACIP, a pesquisa não foi aplicada aos discentes do curso de Física em função de não ter havido por parte do docente requerido, resposta com a autorização para a abordagem dos alunos em sala de aula. A abordagem dos pesquisados aconteceu nas salas de aula (quando permitido previamente pelo docente). Ressalta-se que o formulário, juntamente com o projeto foram submetidos ao comitê de ética da UFU com aprovação antes do início da efetivação da pesquisa, registrado sob o número CAAE: 61173816.2.0000.5152. A análise dos dados levantados se deu primeiramente pela tabulação dos mesmos, que ocorreu por meio do aplicativo Google Formulários, lançou-se os formulários de todos os respondentes de modo que fosse possível a quantificação e a qualificação dos dados obtidos por meio dos relatórios gerados pelo aplicativo.

No decorrer do estudo, foi verificada a necessidade de se utilizar outro instrumento de coleta de dados, uma vez que o levantamento de dados via formulário não atendeu plenamente

³ Cálculo Amostral - Fonte: <<http://www.publicacoesdeturismo.com.br/calculoamostral/>> Acesso mar.2016.

a necessidade de respostas que permitissem a análise qualitativa e, portanto, o uso de entrevistas realizadas a partir de roteiros semiestruturados foi integrado ao estudo como segundo instrumento de coleta de dados. Foram entrevistados três alunos escolhidos aleatoriamente dentre os ingressantes no ano de 2016, servidores da Universidade de alguns setores como PROGRAD, PROAE e também com representante da Secretaria Municipal de Educação do município de Ituiutaba.

A pesquisa foi estruturada em seções que vão abranger as discussões acerca do ensino superior com um breve histórico da instituição, desse nível de ensino no Brasil até os dias atuais culminando na criação do Campus Pontal, reflexões sobre as políticas de assistência estudantil nas escalas nacional, institucional e local, reflexões sobre o espaço geográfico e social da UFU em Ituiutaba-MG, a percepção dos alunos em relação a esse espaço produzido socialmente, a relação universidade e sociedade e, por fim apresentar os resultados e tecer as considerações finais.

A sessão um traz a introdução, e, a sessão dois vai abordar o Ensino Superior com a apresentação de um contexto histórico desde o período colonial até os dias atuais com ênfase na expansão e no contexto do ensino superior na cidade de Ituiutaba e a criação do Campus Pontal. Já na sessão três, o texto apresenta o espaço geográfico e social a UFU em Ituiutaba, as reflexões sobre o perfil do aluno ingressante e sua relação com espaço do campus e da cidade, além da discussão sobre a relação entre espaço e dificuldade de permanência do aluno.

Na sessão quatro o trabalho aborda a assistência estudantil com breve histórico e sua inserção na UFU e na FACIP. Já a quinta sessão traz as considerações finais seguida das referências e elementos pós textuais.

2 ENSINO SUPERIOR

A educação em nível superior é aquela ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com vários graus de abrangência ou especialização, aberta a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e sido aprovados em processo seletivo (CAVALCANTI, p. 15, 2000).

Esse nível de ensino no Brasil é regulamentado pela LDBEN- 9394/96 e por artigos e suas alterações posteriores da Lei 5.540⁴ de 1968 que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. O ensino superior, pela LDBEN/96 em seu Art. 43, apresenta por finalidades:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (BRASIL, 1996)

A organização do ensino superior no Brasil para que as finalidades acima citadas sejam cumpridas, abrange a oferta de cursos sequenciais, de graduação, de pós-graduação e extensão, que compreendem: mestrado, mestrado profissional e doutorado. As instituições de educação superior, segundo a LDBEN, devem estar academicamente organizadas em: universidades, universidades especializadas, centros universitários, centros universitários especializados,

⁴ A Lei 5540 que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências, foi revogada pela Lei nº 9.394/1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional ou LDBN com exceção do artigo 16.

centros de educação tecnológica e ainda os Institutos Superiores de Educação de caráter profissional que visam a formação para o magistério da educação básica. Com relação à natureza jurídica das instituições de ensino superior, as mesmas podem ser públicas (federais, estaduais ou municipais), privadas (particulares, comunitárias, confessionais ou filantrópicas) ou ainda organizações sociais (CAVALCANTI, 2000, p. 16-22).

2.1 O Ensino Superior no Brasil – concepções e histórico

O ensino superior no Brasil, surge como reflexo da construção histórica e social, implementada e movida pelas demandas e interesses da sociedade (BELONI e COSTA, 2017, p. 33) e, desde a sua origem no período colonial o seu uso para controle e dominação pela elite eram marcantes, não esquecendo-nos do fato de que a colonização brasileira teve caráter exploratório e os principais meios de controle e dominação eram exercidos pela igreja, onde

O ensino desenvolvido nos cursos de filosofia e teologia no Brasil, do século XVI ao século XVIII só pode ser entendido como atividade de um aparelho educacional posto a serviço da exploração da colônia pela metrópole. Sem embargo das contradições que começaram a aflorar em fins do século XVIII e amadureceram no início do XIX, quando os homens ilustrados da colônia passaram a se aliar aos que lutavam contra a exploração metropolitana, os diplomados pelas escolas superiores destinavam-se a viabilizar essa dominação. (CUNHA, 2007, p. 21)

Observa-se que, mesmo com o controle ideológico por parte da igreja e metrópole, a independência do Brasil pode ter sido influenciada pelo ensino superior no Brasil, que formou os inconfidentes ou seus precursores.

A partir de 1808 a sede do poder metropolitano transferiu-se para o Brasil em grande parte devido aos conflitos europeus e medidas políticas e econômicas começaram por parte a modificar o sistema colonial de trocas vigente até então por políticas econômicas liberais com a abertura dos portos brasileiros às nações amigas. Percebe-se nesse movimento a transferência de dependência, de Portugal para a Inglaterra. Nesse movimento o Brasil foi elevado à condição de Reino Unido, deixando de ser colônia e passando a ser Estado.

No mesmo período, a mudança mais perceptível na estrutura do ensino superior é a transferência de controle da igreja para a Academia Militar e posteriormente compartilhamento com a Escola Politécnica francesa e o avanço do positivismo como fundamento para a ciência de forma geral nesse período.

A reestruturação e ampliação do ensino superior no Brasil, a partir de 1808, fizeram que os estudos de Matemática, Física, Química, Biologia e Mineralogia se deslocassem dos cursos de Filosofia, controlados pela igreja, para cursos médicos e para a Academia Militar e, muito mais tarde para a Escola Politécnica, que dela se separou. Com a importação dos livros-textos daquelas ciências, e com o retorno de brasileiros que estudavam na Escola Politécnica de Paris (onde lecionava Augusto Comte), o positivismo veio a se firmar como ideologia dos médicos, engenheiros, dos oficiais do exército e dos professores secundários das disciplinas científicas. Eles passaram a ser os ideólogos das frações progressistas das classes dominantes e das camadas médias urbanas, utilizando a doutrina positivista contra as doutrinas veiculadas pela igreja católica e, por extensão, contra o regime monárquico e a escravidão. (CUNHA, 2007, p. 64)

Essa transferência de controle não significou o afastamento da Igreja, visto que estava vinculada ao Estado e as leis garantiam constitucionalmente a religião católica como sendo a religião de Estado. Antes da Independência (1822) a educação escolar no Brasil era predominantemente estatal, religiosa ou secular e depois da Independência dois setores se despontaram, o do ensino estatal (laico) e o do ensino particular (religioso e laico).

Já na Primeira República (1889-1930), sob a influência positivista na política educacional, houve o surgimento das escolas superiores livres, no contexto de uma sociedade capitalista e com um sistema educacional que era tido como fonte fornecedora do diploma que de certa forma garantia a posse do conhecimento, necessário para ocupar os altos cargos burocráticos. Demonstrando claramente que o processo de expansão, regulação e contenção das medidas e políticas educacionais no nível de ensino superior, se deram em função das práticas clientelistas voltadas para o capitalismo, pelo controle ideológico exercido pela elite dessa sociedade capitalista e o controle religioso que também se dava em função desta. Nesse sentido, Cunha aponta que

Além da função de produzir (em parte) e dissimular a discriminação social, o ensino, em particular o ensino superior, é o processo de produzir agentes dotados do saber dominante, em diversos campos, capazes de produzir e reproduzir as práticas que correspondem aos interesses (materiais e ideológicos) das classes dominantes. Daí os privilégios ocupacionais. (CUNHA, 2007, p. 167)

Fazendo um paradoxo com o cenário atual, percebe-se que os momentos se assemelham e a modernização ocorrida fica no campo das técnicas e dos discursos. O conhecimento e o poder emanado pela detenção deste, é fator discriminatório socialmente, que pode ser claramente percebido pelo

[...] movimento contendor iniciado pela introdução dos exames vestibulares (exames de admissão), em 1911, aperfeiçoado pela exigência de certificados de conclusão do ensino secundário, em 1915, e burilado pela limitação de vagas e introdução de critérios classificatórios [...]. As divisões políticas das elites dirigentes faziam que se reivindicasse, ao lado da limitação das oportunidades de acesso ao ensino superior, em defesa da “qualidade” do seu produto, a adoção de medidas tendentes a favorecer as clientelas políticas e ideológicas no âmbito das camadas médias, ávidas por conquistar, pelos títulos das escolas superiores, a dignidade social/cultural que delas se esperava. (CUNHA, 2007, p. 172)

A partir da realização da II Conferência Nacional de Educação, em 1928, cujo foco era o problema universitário brasileiro, a opinião majoritária defendeu os conceitos de autonomia universitária, pluralidade de organizações universitárias, inclusão de museus e institutos de pesquisa, contiguidade geográfica dos prédios, integração de cursos e renovação da cultura brasileira por meio da pesquisa científica, dentre outros (CUNHA, 2007, p. 203).

A crise latifundiária e o início da industrialização levaram grandes latifundiários à ruína financeira ou a situações de precaução, as necessidades de manter suas posições na sociedade demandaram a profissionalização dos jovens dessas famílias em profissionais para funções burocráticas ou de status, os bacharéis em direito, médicos, odontólogos e engenheiros. A medida em que o acesso ao ensino superior ia se ampliando, o número de diplomados também, e, apontou-se para o fato que se continuasse a crescer, a detenção deste não seria mais considerado raridade e, o status e a importância, e conseqüentemente as vantagens financeiras seriam comprometidas.

Na Era Vargas (1930-1945), muitos são os pontos que merecem destaque referente a esse período, nos âmbitos econômico, social e político. No econômico, registra-se o processo de industrialização brasileira, que diga-se de passagem ocorreu tardiamente. Até então, o papel do Brasil no cenário econômico internacional era o de exportador de matéria prima e importador de bens industrializados.

A intervenção do Estado culminou na industrialização, processo esse já iniciado em São Paulo, por conta do alto investimento dos excedentes da economia cafeeira, aliada à migração internacional, além do registro das experiências de industrialização no Nordeste com Delmiro Gouveia⁵ que também foram importantes. Esse processo também se traduziu na quebra do monopólio cafeeiro de que os fazendeiros (latifundiários) se beneficiavam.

⁵ Delmiro Gouveia (1863-1917) foi um industrial brasileiro. Pioneiro na instalação de uma fábrica nacional independente no Nordeste brasileiro. A Fábrica de Linhas Estrela era um modelo para a época. Explorou o potencial energético da Cachoeira de Paulo Afonso com a construção da primeira usina hidrelétrica do Brasil. Fonte: <https://www.ebiografia.com/delmiro_gouveia/> Acesso: Jan/2017.

Soma-se ao processo o movimento operário organizado e liderado pelo partido político Partido Comunista Brasileiro (PCB), que nesse período foi perseguido e proibido. No campo político destacou-se a nova configuração do Estado, com um “governo provisório”, congresso deposto e legislação por meio de decretos, nomeações de tenentes para governar os Estados, contenção do poder das oligarquias, limitação do federalismo, aplicação da política de aliança liberal e ascensão do fascismo, historicamente conhecido como “O Golpe de Estado no Brasil de 1964”.

No campo educacional, a Era Vargas instaurou nova ordem,

A característica centralizadora tendeu a concentrar – na órbita do poder Executivo federal –, as decisões atinentes, também, às Universidades. Em 14 de novembro de 1930, pelo Decreto nº 19.402, instituiu-se o Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública, cujo primeiro titular fora Francisco Campos. Desse modo, as normas que regiam o ensino restavam articuladas e controladas pelo Ministério, embora os Estados e o Distrito Federal continuassem a ter seus meios de disposição a respeito da educação primária, secundária, normal e profissional. (STELZER et.al., 2011, p. 4)

Nesse mesmo contexto, tivemos o projeto de reforma universitária que culminou com a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto-lei nº19.851/31), a criação da Universidade do Rio de Janeiro (Decreto-lei nº19.852/31) e a criação do Conselho Nacional de Educação (Decreto-lei nº19.850/31), a promulgação da segunda Constituição Republicana em 1934, a Criação da Universidade do Distrito Federal em 1935 por esforços de Anízio Teixeira atribuindo vocação científica e diferenciando-a das demais universidades. Ressalta-se que toda esta estrutura de modernização foi pensada para dar suporte ao projeto de modernização do Estado, que Vargas via como um Estado capitalista e industrial. Por isso, mesmo vindo das representações políticas do campo, ele rompe com este setor, bastante tradicional.

Fávero (2006, p. 25-26) aponta a existência de um entendimento de que a universidade deveria ser o locus de investigação e produção do conhecimento e para tanto seria necessário o exercício da liberdade e da autonomia universitária, que apesar de tentar emergir era cerceado pelo controle centralizador do Estado, com vistas a modificações somente no período posterior a deposição de Getúlio Vargas, com o movimento de redemocratização do país e a promulgação da constituição de 1946.

Nesse período, mesmo com a promulgação do decreto-lei nº 8.393/45 que concedia autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar à Universidade do Brasil (UB), a autonomia universitária era de certa forma ilusória, o que não deixa de ser também nos tempos atuais, uma vez que ela não foi implementada de fato.

Registra-se na década de 50, com a aceleração do ritmo de crescimento e industrialização no país e as transformações sociais, econômicas e culturais decorrentes do processo, a multiplicação de universidades com predomínio de formação profissional sem a vinculação adequada à pesquisa e à produção de conhecimento. O movimento pela modernização do ensino superior brasileiro passa a ser perceptível nesse período, e,

[...] vai atingir seu ápice com a criação da Universidade de Brasília (UnB), instituída por meio da Lei nº 3.998, de 15 de Dezembro de 1961, a UnB surge não apenas como a mais moderna universidade do país naquele período, mas como um divisor de águas na história das instituições universitárias, quer por suas finalidades, quer por sua organização institucional como foram a USP e a UDF nos anos 30. (FÁVERO, 2006, p. 29)

O movimento em prol da reforma universitária teve significativa participação do movimento estudantil por meio da União Nacional dos Estudantes – UNE, com a elaboração de seminários, além dos planos de reforma estrutural elaborados pelas próprias universidades, como é o caso da UB em 1962 que instituiu comissão para estudos que resultou no documento *Diretrizes para a reforma da Universidade do Brasil*. Essas diretrizes chegaram a ser aprovadas pelo Conselho da UB, porém, no contexto do golpe militar de 1946 não chegaram a ser implementadas. Nesse contexto de repressão, intimidação e controle estatal das universidades, registra-se a forte influência americana, impressa por meio de acordos de cooperação técnica, financeira e militar (MEC-USAID, Plano ATCON e Relatório Meira Mattos).

Vários são os movimentos que culminaram no Projeto de Reforma Universitária, que agrega recomendações de consultores americanos, parte de propostas do plano Atcon, relatório do general Meira Mattos com o intuito de controlar a subversão estudantil e fortalecer o princípio da autoridade e disciplina.

No período compreendido entre as décadas de 50 e 60 houve uma reforma, que efetivada pela Lei 5540/68 criou universidades públicas, federalizou IFES e institucionalizou a pós-graduação no país.

Nas décadas de 80 e 90 a reforma administrativa do Estado, que interferiu mais diretamente nas políticas públicas voltadas à educação por meio da discussão do tema autonomia universitária e da redução da participação do Estado, resultou em um aumento significativo na criação e ampliação das instituições privadas. Nesse sentido, Silva Júnior e Sguissardi (2001), afirmam que,

[...] o novo desenho da esfera educacional e sua expressão no nível superior, orientados pelas atuais políticas implementadas pelo governo F.H.Cardoso, de modo distinto nos diferentes setores, acentuam o processo de mercantilização da educação superior brasileira, que descaracteriza a histórica identidade da instituição universitária e contribui decisivamente para a consolidação de um novo ciclo de acumulação ou, talvez, para o retardamento de uma mais profunda crise do modo de produção vigente. (SILVA JÚNIOR E SGUISSARDI, 2001, p. 271)

A história do planejamento educacional no Brasil demonstra como os planos de educação no Brasil se converteram em instrumentos destinados a revestir de racionalidade o controle político-ideológico exercido na política educacional. Na primeira LDBEN (1961) a ideia de plano ficou reduzida a instrumento de distribuição de recursos para os diferentes níveis de ensino.

A partir de 1964 o planejamento educacional saiu da responsabilidade dos educadores e foi atribuída aos tecnocratas (equipe econômica) que se expressou pela subordinação ao Ministério do planejamento. Na década de 80, nova república, a introdução da racionalidade democrática gerou dispersão e descontrole de recursos, justificando práticas clientelistas. A partir da década de 90 a racionalidade financeira passou a ser a via de realização de uma política educacional voltada para a globalização, redução dos gastos públicos e diminuição do tamanho do Estado para atrair capital estrangeiro (políticas neoliberalistas da era FHC) que orientaram a construção do primeiro PNE, onde a racionalidade financeira prevaleceu sobre a racionalidade social, não passando de uma carta de intenções, após o veto dos itens que tratavam do financiamento educacional (SAVIANI, 2014).

As contribuições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/1996 no processo de expansão do ensino superior, vem do destaque da gratuidade do ensino público em todos os níveis, da gestão democrática da escola pública, da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da autonomia universitária, além de contribuir por meio da proposta de contratação de docentes de ensino superior com qualificação em nível de mestrado ou doutorado como forma de atender à necessidade de formação de pesquisadores e da garantia da oferta de educação gratuita de qualidade. (BRASIL, 1996).

Além da LDBEN, o Plano Nacional da Educação (PNE) 2001, aprovado pela Lei 10.172/2001, apresentou-se como meio da apresentação sistematizada da organização e dos planos de ações referentes à educação nacional, o qual verificou e apontou a necessidade de renovação e desenvolvimento da educação superior além de evidenciar vários aspectos que configuram o cenário da educação superior no Brasil. O documento ressalta que apenas 12% das vagas ofertadas em 1998 eram de Instituições Federais de Ensino Públicas, contra 74% das

vagas ofertadas por Instituições Particulares. O Brasil apresentava em 1998 um dos índices mais baixos da América Latina de acesso ao ensino superior, não se fazendo distinção entre público e privado (BRASIL, 2001).

No PNE/2001 foi prevista a demanda por ensino em nível superior dado a fatores demográficos, exigências de mercado e políticas de melhoria do ensino em nível médio. Como diretriz básica, para promover o desenvolvimento do ensino superior, o plano propôs a autonomia universitária, a manutenção de uma proporção nunca inferior a 40% das vagas totais a serem ofertadas pelo setor público, além do aumento de vagas no turno noturno.

Observa-se algumas limitações estruturais que irão ao longo do processo trazer interferências significativas no cumprimento dos objetivos propostos, quais sejam: escolaridade (distorção idade-série, alto índice de evasão, número de vagas não preenchidas, egressos que não atuam nas suas áreas de formação), trabalho (PEA – população economicamente ativa é maior na faixa etária entre 18 e 24 anos), posição na família e demanda potencial, além das restrições socioeconômicas ao acesso à educação superior, da distribuição desigual das IFEs pelas diversas regiões do país e o esforço regional (diferenciado por região geográfica), já que a meta nacional depende de vários cenários diferenciados. Para além dos desafios quantitativos, existem desafios político-sociais e os de natureza qualitativa, relacionados aos aspectos da vida acadêmica no interior das instituições e aos processos pedagógicos da formação universitária.

No início de 2010, o Sistema de Seleção Unificada (SISU) foi instituído pelo MEC por meio da Portaria Normativa MEC 02/2010, na forma de sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes (BRASIL, 2010). O SISU ampliou ainda mais o acesso de candidatos de todo o país em todas as IES públicas federais.

Em 2014, com três anos de atraso, o novo PNE (Lei 13.005 de 25/06/2014), com vigência de 2011 a 2020, foi aprovado no Senado Federal, destacando para o tema ensino Superior duas metas, mais especificamente as metas 12 e 20, que propõem, numa abordagem sucinta a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro), a elevação da qualidade da educação por meio da ampliação de quadro de pessoal com qualificação em níveis de mestrado e doutorado e o estabelecimento de percentual do Produto Interno Bruto (PIB) em 7% (sete por cento), destinado ao financiamento da educação com a previsão de aumento gradativo até o final do plano para 10% (dez por cento) (BRASIL, 2014).

2.2 A expansão do Ensino Superior no Brasil

O movimento de expansão do ensino em nível superior no Brasil é percebido ao longo do histórico de instituição do mesmo por meio das ampliações, das várias reformas e planos, e, segundo Prates (2007), a expansão do ensino superior pode ser observada, ressaltando-se a influência das reformas e mudanças ocorridas no cenário mundial, onde, sob o aspecto econômico, destaca-se que a necessidade de força de trabalho profissionalizada e qualificada trouxe a educação como bem de consumo, aumentando a demanda por esse tipo de bem, pressionando o sistema. Do ponto de vista sociológico, aponta-se a educação como degraus de mobilidade entre classes sociais. Pelo aspecto político, a expansão dos serviços públicos demanda profissionais graduados e finalmente sob a ótica culturalista a necessidade de auto aprimoramento.

Vargas (2011) afirma que a pressão de demanda por educação em nível terciário, levou a uma considerável expansão do ensino superior entre as décadas de 60 e 80, acentuando-se a interiorização do ensino, a ampliação do número de cursos e fragmentação de carreiras. A fragmentação de carreiras a que a autora se refere, trata das várias habilitações que um curso de graduação pode oferecer, além da criação dos cursos de caráter tecnológico em nível de graduação.

No contexto da expansão ocorrida entre as décadas de 60 e 80, IES foram criadas e algumas, posteriormente, foram federalizadas. A década de 90 foi marcada pela redução de investimentos em educação, ocorrendo uma precarização do ensino no país. Em seu trabalho intitulado: “Novas Fronteiras na Democratização da Educação Superior: O Dilema Trabalho e Estudo”, Vargas afirma que:

Sucedee, então, que de forma a implementar as metas do PNE, o governo adotou uma série de políticas. Dentre outras: criou novas universidades públicas e multiplicou campi de antigas universidades fora das Capitais, ofertou bolsas em instituições particulares (PROUNI), ampliou o FIES (Programa de Financiamento Estudantil) e preconizou uma política de cotas. Posteriormente, através do Decreto 6096/2007, elaborou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) propondo a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação, a redução das taxas de evasão, a ocupação de vagas ociosas e o aumento das vagas de ingresso, especialmente no período noturno. (VARGAS, 2011, p. 4)

A expansão do ensino superior pode ser observada também sob a ótica da mercantilização do ensino superior, que vem se configurando num cenário de mundo

globalizado, altamente competitivo e tecnológico, onde a busca constante por inovação tecnológica e científica coloca as universidades, por meio de seus docentes e pesquisadores a trabalhar em função do mercado, reforçando o aspecto econômico como pano de fundo do cenário político educacional (SGUISSARDI, 2009) e em decorrência observam-se inúmeras reformas educacionais que perpassam várias décadas.

Segundo Severino (2009, p. 257), a ampliação do acesso não tem significado necessariamente a ampliação de oportunidade, pois a maioria das matrículas se dá em alguns poucos cursos com hipertrofia de oferta de vagas sem maiores impactos na inserção social.

A ampliação do acesso ao ensino superior brasileiro, objetivando a democratização do mesmo, por meio dos programas cotas, financiamento estudantil e SISU apresentou um novo prisma a ser considerado, tais como os fatores sociais e geográficos, que juntamente com outros fatores compõem algumas dificuldades acadêmicas a serem transpostas pelos alunos ingressantes.

Aponta-se como elemento de dificuldade a transição da cultura escolar para a cultura universitária, a conciliação de estudo e trabalho, a distância a ser percorrida entre a instituição de ensino e a residência do aluno, que muitas vezes é até em outro município, a origem escolar do aluno, seja ela por tipo de instituição ou mesmo região geográfica. Nesse sentido, Krainski afirma que:

A distância geográfica de um indivíduo ou grupo social em relação à localização das áreas centrais de atividade econômica, social e cultural da cidade é, ela mesma, definidora da distância social real do referido grupo do acesso aos bens da "cultura legítima" e aos "contatos sociais mais elevados" que, por sua vez, podem ser convertidos em negócios e em oportunidades profissionais e ocupacionais mais vantajosas. (KRAINSKI, 2014, p.8)

Ressalta-se que as barreiras econômicas ainda se configuram como entrave ao acesso à universidade pública e gratuita, uma vez que é perceptível a desigualdade de condições na concorrência pelas vagas públicas ampliadas, e, se percebe que os programas de assistência estudantil não conseguem abranger todos aqueles que necessitam dos mesmos, além do fato de que a manutenção de um filho em outra cidade para cursar uma graduação é um obstáculo às famílias de baixa renda.

2.2.1 Programas: Expansão Fase I e Reuni

A expansão da oferta de educação em nível superior é um fenômeno mundial alicerçado na alta demanda pela oferta de cursos, que decorre da valorização da qualificação profissional pelo mercado de trabalho altamente competitivo e globalizado. No Brasil, assim como nos países em desenvolvimento, fatores como a desigualdade social e regional, a baixa escolaridade média da população, corrupção, mau uso do dinheiro público e a limitação de recursos destinados à educação superior, fatos que também limitam as condições de acesso e permanência dos estudantes, podem ser considerados os principais obstáculos à instituição de políticas públicas.

Há que se considerar que os anos 90 foram marcados pela ascensão do neoliberalismo no Brasil a partir das diversas reformas instituídas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso- FHC (1995 a 2002), então presidente da república, cujas diretrizes ressaltavam a avaliação e o financiamento como pilar das reformas educacionais que vigoraram no período. Nesse sentido, França (2005, apud SOUZA, 2013, p. 46) afirma que os eixos da política educacional permearam o estabelecimento de um mecanismo objetivo e universalista de arrecadação e repasse de recursos mínimos para as escolas. No segundo mandato do governo FHC (1995 a 2002), no campo educacional, destaca-se a aprovação da nova LDB e do PNE (2001-2010).

Em 2007, foi lançado e aprovado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)⁶, que se constituía em um conjunto de programas que visavam melhorar a Educação no Brasil e se estruturava em cinco eixos principais: Educação Básica; Educação Superior; Educação Profissional, alfabetização e diversidade. O PDE foi lançado em conjunto com o Plano Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto Lei nº 6.094.

No eixo Educação Superior, destacam-se as iniciativas: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); Alteração do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES); - Ampliação do Programa Universidade para Todos (PROUNI); e, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

A literatura especializada, aponta que haviam expectativas de que o PDE pudesse se configurar como estratégia para o cumprimento das metas do PNE, uma vez que as metas de financiamento do mesmo foram vetadas, porém, Saviani (2004) explica que o PNE continuou ignorado pelo governo Lula, que não derrubou os vetos e também não articulou o PDE ao PNE.

⁶ PDE Plano de Desenvolvimento da Educação Disponível em <http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/27690/saiba-o-que-e-e-como-funciona-o-plano-de-desenvolvimento-da-educacao/> Acesso Ago./2017.

Ferreira e Oliveira (2012, p. 99) apontam que, no cenário de expectativas e limites, o Governo de Lula demonstrou em relação às políticas educacionais implementadas desde a década de 90, ora traços de ruptura, ora traços de continuidade, com ênfase nos traços de continuidade.

De modo a compilar e trazer para reflexão as principais medidas adotadas no Governo Lula, o Quadro 3 foi organizado e demonstra claramente a característica de continuidade das políticas educacionais até então vigentes no país. Políticas essas, voltadas à mercantilização do ensino no país, priorização do privado em detrimento do fortalecimento do ensino público, fortalecimento de uma gestão voltada para os resultados com foco no controle e nas avaliações. A privatização do ensino, de acordo LEHER (2003, p.92) é um processo que vai além da cobrança de mensalidades e invade as esferas da vida social, esculpindo um renovado território em que a educação se torna “fast-food” e fica na confluência dos interesses dos diversos atores.

QUADRO 3: POLÍTICAS EDUCACIONAIS INSTITUÍDAS NO GOVERNO LULA E SUAS CARACTERÍSTICAS

Medida	Fundamento Legal	Característica
Regulamentou fundações de apoio privadas no interior das IFES	Decreto 5.205/2004a	Continuidade
Exercícios das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior, cursos de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.	Decreto 5773/2006	Continuidade
Introdução de normas para a licitação de parceria público-privada	Lei 11.079/2004c	Continuidade
Instituição do SINAES, avaliação das IES, cursos e desempenho dos estudantes	LEI 10861/2004d	Continuidade
Lei da inovação tecnológica	Lei 10973/2004e	Continuidade
Criou o PROUNI	Lei 11096/2005a	Continuidade
Regulamentação da Educação a Distância	Decreto 5622/2005b	Continuidade
Normas de regulação, supervisão e avaliação da IES	Decreto 5773/2006a	Continuidade
Instituição do REUNI	Decreto 6096/2007a	Ruptura
Normas gerais da educação superior	Projeto de Lei 7200/2006c	
Instituição da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica	Lei 11892/2008	Continuidade

FONTE: FERREIRA E OLIVEIRA (2012, p. 103-109). ORG.: A autora (2017).

A partir do diagnóstico feito no PNE 2001, e para atender aos objetivos de expandir o ensino superior público, foi instituído o programa de expansão fase I, que criou novas universidades e campi avançados de universidades já existentes que demonstraram intenção em se expandir e levar o ensino superior ao interior do país. O Programa de Expansão Universitária Fase I iniciou-se no ano de 2003, sendo finalizado no ano de 2007.

A proposta de democratização e interiorização do ensino, nessa primeira etapa, corresponde à intenção de dirimir questões relacionadas à elitização do acesso ao estudo universitário tornando essa possibilidade ao alcance de todos, bem como a interiorização para reduzir as assimetrias e desequilíbrios no desenvolvimento regional, oportunizando aos alunos residentes no interior do país e em regiões menos favorecidas o acesso às universidades.

Nesse processo foram observados e planejados a diversificação da oferta de cursos, o auxílio ao ingresso e permanência que compreendem a promoção da igualdade material, que foram introduzidas por meio de políticas específicas (Lei de Cotas Raciais⁷, PNAES⁸, PROUNI⁹, FIES¹⁰, Bolsa Permanência¹¹), a qualificação do quadro de servidores docentes e expansão da oferta dentre outros fatores. Segundo o MEC,

[...] a reestruturação das universidades federais também conta com o incremento do Programa de Expansão Fase I que, com forte caráter de interiorização das universidades, teve seu início em 2003 e o prazo para sua conclusão é o ano de 2010. No âmbito do Programa Expansão Fase I, já foram realizados concursos públicos para provimento de 7.668 novas vagas para docentes e 4.717 novas vagas para técnicos administrativos. O conjunto das universidades federais também contou com importante aporte de recursos do Governo Federal nesse período. De 2005 a 2008, foram investidos, aproximadamente, R\$ 1,1 bilhão. (BRASIL, 2009)

Na primeira fase da expansão, de 2003 a 2007, foram criadas 10 novas universidades federais em áreas não metropolitanas, atendendo ao objetivo de interiorização, e 79 novos

⁷ Lei de Cotas – Lei 12.711/2012 que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, e garante a reserva de 50% das matrículas para alunos de escola pública, observadas os percentuais mínimos para pretos, pardos e indígenas de acordo com o último censo demográfico do IBGE.

⁸ Programa Nacional de Assistência Estudantil – Decreto 7.234 de 2010.

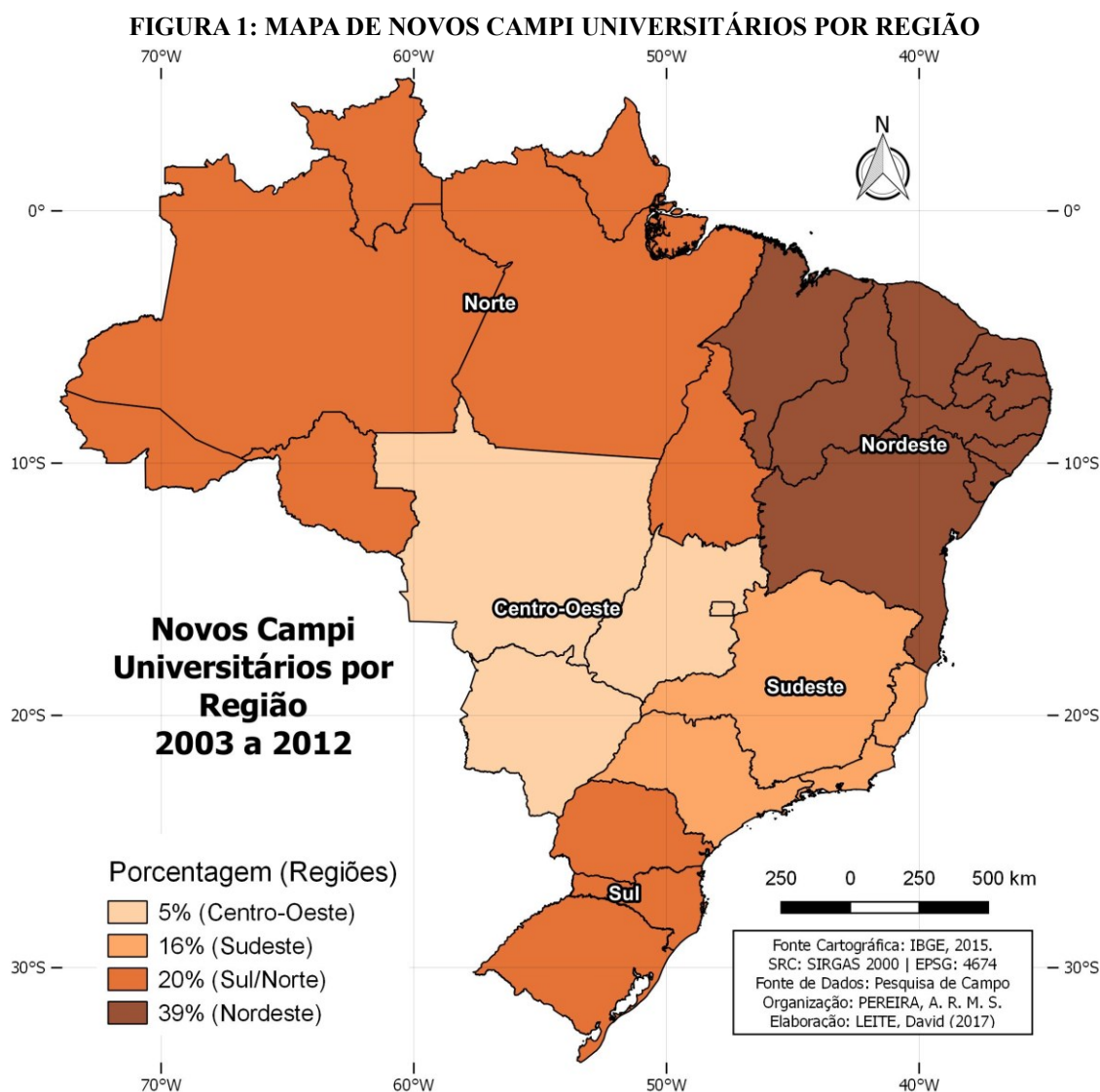
⁹ PROUNI - programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que oferece bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior.

¹⁰ FIES - Fundo de Financiamento Estudantil programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitas na forma da Lei 10.260/2001.

¹¹ Concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas.

campi em IFES já existentes. De 2008 a 2012 mais 4 universidades foram criadas e os campi ampliados com a criação de mais 47.

A distribuição no território brasileiro por regiões dos novos campi se deu na seguinte proporção: 16% no sudeste, 20% na região sul, 39% na região nordeste, 20% na região norte e 5% no centro-oeste, conforme Figura 1.



FONTE: Pesquisa de campo (2017). ELABORAÇÃO: LEITE, David (2017)

De acordo com dados da SESU, a proposição de instalação de novas universidades federais e campi foi pautada principalmente na participação das universidades no desenvolvimento regional, por meio da integração comunidade/universidade e no desenvolvimento da formação profissional e pesquisas regionais (BRASIL, 2015).

O cumprimento desse objetivo, de desenvolver a região a partir a instalação de IFES se mostra uma tarefa árdua, e, segundo Rolim (2011), a difícil arte de construir regiões depende

da sintonia das lógicas que regem os principais atores regionais: universidades, lideranças políticas, produtores e demais atores. A articulação das dinâmicas social e econômica das regiões com as dinâmicas acadêmicas vai determinar a integração universidade/região, e sua condição de ser ou estar na região, como desafio a ser superado, cujas maiores dificuldades, segundo o autor são:

O desenvolvimento de uma compreensão comum sobre os interesses mútuos das universidades e regiões; A compreensão pelas universidades das necessidades/oportunidades para o desenvolvimento (dinâmica econômica e política da região); Compreensão pelos atores e usuários (stakeholders) regionais sobre os propósitos do ensino superior (dinâmica universitária e a ampliação da capacidade institucional para responder às necessidades regionais e para formatar a trajetória do desenvolvimento do território. (ROLIM, 2011, p. 2)

A primeira fase da expansão encerrou-se em 2007, tendo a fase II ocorrida no período de 2008 a 2012 com a continuidade do processo de interiorização das universidades federais e implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (Decreto 6.096/2007), que objetivou criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. (BRASIL, 2007). Suas diretrizes básicas, que nortearam as ações a serem empreendidas constam do artigo 2º do decreto supracitado,

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior; III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade; IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. (BRASIL, 2007)

Os números resultantes do processo de expansão impressionam, de acordo com o relatório “Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012” elaborado por comissão instituída pelo MEC (BRASIL, 2012), as vagas nas universidades federais saltaram de 109.184 em 2003 para 213.530 em 2011, o que representou um aumento significativo na

ordem de 111%. O número total de matrículas na graduação presencial e a distância e na pós-graduação evoluiu de 596.219 para 1.029.141 ultrapassando 70% de crescimento.

O documento registra ainda que no período de 2005 a 2012 foram investidos no programa de expansão do ensino superior recursos orçamentários na ordem de aproximadamente 10 bilhões de reais.

Referente ao quadro de pessoal, registrou-se um aumento de 44% nas vagas de docentes e 16% nas vagas de técnicos administrativos, não esquecendo-se da evolução referente à qualificação docente, onde em 2003 50,95% dos docentes pertencentes ao quadro de pessoal das universidades federais brasileiras possuíam título de doutor, avançando para 68,78% do quadro em 2012.

Foram concluídas, no período de 2003 a 2012, 1588 obras, perfazendo um total de 3.065.735,17 metros quadrados construídos, além dos investimentos no programa de assistência estudantil que também foram vultosos.

Nesse sentido, o relatório tece conclusões a respeito do programa de expansão, apontando que

É importante ressaltar que o Reuni foi um impulso decisivo para o restabelecimento do papel do Estado de indutor da expansão do ensino superior pela rede pública, o que amplia as condições para reverter a atual característica de predominância de matrículas no setor privado. (BRASIL, 2012, p. 29)

Já segundo dados do Censo da Educação Superior do ano de 2015, é possível afirmar que mesmo com todo o investimento dos programas de expansão, o ensino superior privado tem avançado mais que o público. O distanciamento entre os dois tipos de ensino, público e privado, é histórico e demasiadamente grande.

TABELA 2: MATRÍCULAS DE GRADUAÇÃO NO BRASIL, EVOLUÇÃO.

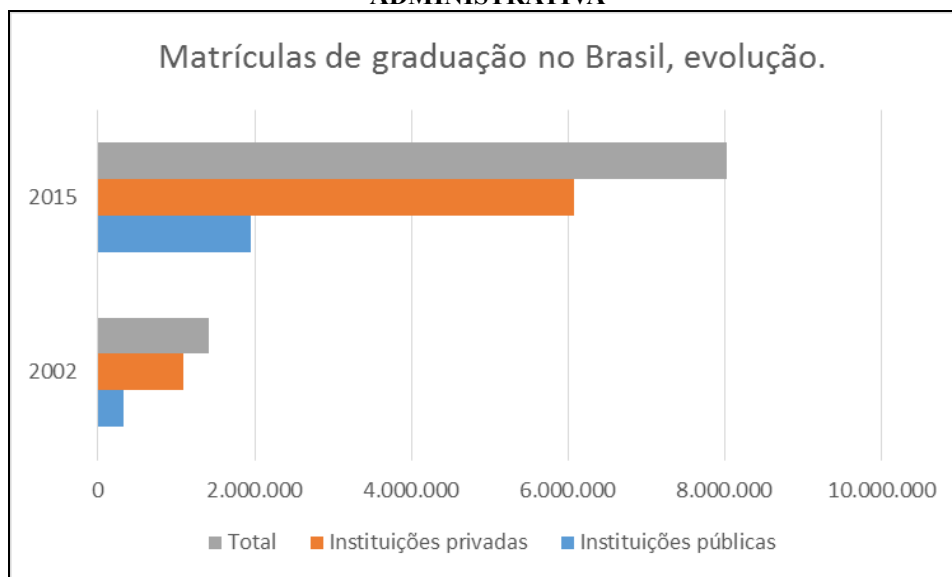
Matrículas	2002	2015
Instituições públicas	329.354	1.952.145
Instituições privadas	1.090.854	6.075.152
Total	1.411.208	8.027.297

FONTE: Censo Educação Superior (2017). ORG.: A autora (2017)

A Tabela 2 e o Gráfico 2 demonstram a evolução das matrículas de graduação por categoria administrativa, com destaque para o fato de que o percentual de matrículas em

instituições públicas avançou pouco, em 2002 ela representava 23,33% do total de matrículas, avançando para 24,31% em 2015, ou seja, o aumento de 568,82% do total geral de matrículas de 2002 para 2015 não representou o avanço das matrículas públicas em relação às matrículas privadas e, assim o equilíbrio ou redução da distância não é percebido nos números apresentados pelo censo, se contrapondo às indicações do MEC.

GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS DE GRADUAÇÃO NO BRASIL POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA



FONTE: Censo da Educação Superior (2017). ORG.: A autora.

Em relação ao processo de redução das assimetrias regionais, as oscilações percebidas nos dados apresentados na Tabela 3 revelam um movimento discreto. Observa-se que em 2002 a região com maior número de matrículas é a sudeste e isso se mantém em 2015, porém a segunda região com maior número de matrículas passa da Sul em 2002 para a Nordeste em 2015.

Essa verificação aponta para o não cumprimento da meta 3 do PNE/2001-2010 que tratava do estabelecimento de uma política de expansão que diminuísse as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do País.

TABELA 3: DADOS GERAIS DE MATRÍCULA DE GRADUAÇÃO NO BRASIL POR REGIÃO

Regiões	2002			2015		
	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado
Sudeste	702.257	100.824	601.433	3.618.711	672.835	2.945.876
Sul	269.220	54.142	215.078	1.311.201	317.204	993.997
Nordeste	221.777	98.012	123.765	1.694.680	590.489	1.104.191
Centro-Oeste	137.094	27.387	109.707	755.096	173.526	581.570
Norte	80.860	39.989	40.871	647.609	198.091	449.518
Total	1.411.208	320.354	1.090.854	8.027.297	1.952.145	6.075.152

FONTE: Censo da Educação Superior (2017). ORG.: A autora.

A permanência da distância entre o número de matrículas no setor público e setor privado pode ser explicada pelas projeções feitas no PNE 2001-2010, que não contemplou um trabalho para a redução dessa distância. Nesse sentido, Aguiar (2010, p. 722) aponta a importância de ressaltar que mesmo ocorrendo mudanças no eixo ensino superior, estas não seriam tão significativas de acordo com o plano, pois dos 9 vetos presidenciais da Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001 (PNE), aprovada pelo Congresso Nacional, 5 eram atinentes à educação superior, demonstrando a indisposição do governo em incrementar os recursos para a educação superior no país. Dentre os 35 objetivos e metas do plano para esse nível de educação, 5 foram vetados e estavam relacionados à ampliação do papel do Estado no seu financiamento, e assim eliminou-se a exigência de assegurar “proporção nunca inferior a 40% do total de vagas no ensino público”.

Observa-se ainda que as dimensões quantitativas do processo de expansão são mais expressivas que as qualitativas, os números de matrículas avançaram vertiginosamente e não foram acompanhados na mesma proporção pela evolução dos quadros de servidores das universidades, apontando para a redução da qualidade do ensino e também comprometendo a possibilidade de manutenção da tríade, pilar da universidade, ensino, pesquisa e extensão.

Assim, Pereira e Silva apontam que “as opções políticas assumidas pelo Governo Lula apontam para a massificação da educação superior no país, criando um cenário reformista que se presta ao debate sobre sua eficácia e possibilidades futuras” (2010, p. 28).

De encontro a esse fato, temos a criação e ampliação dos programas de financiamento da educação privada, como o FIES e o PROUNI, conforme demonstra a Tabela 4, onde é claramente percebido que o número total de bolsas PROUNI triplicaram de 2005 para 2015 (BRASIL, 2017).

TABELA 4: BOLSAS PROUNI NO BRASIL, COMPARATIVO DE PERÍODOS

Bolsas Por Tipo	2005	2015
Integral	71.905	204.587
Parcial	40.370	124.530
Total	112.275	329.117

FONTE: MEC (2017). ORG.: A autora.

O PROUNI é um programa que garante às IES isenção fiscal mediante a adesão e o FIES é um programa de financiamento a ser pago pelo usuário e de certa forma contribuir pra a sobrevivência das instituições privadas por meio da injeção de verbas oriundas dessas matrículas. Apesar de não serem considerados gastos públicos com educação, os programas estimularam o crescimento do ensino superior privado no Brasil. Nessa linha de pensamento, Souza Júnior afirma que

A política do ensino superior, por exemplo, revela, através do PROUNI, cuja inspiração intelectual parece vir mesmo dos vouchers do senhor Milton Friedman, uma clara opção de favorecimento ao setor privado em detrimento do fortalecimento do setor público, de fato como uma boia de salvação do ensino pago. (SOUZA JÚNIOR, 2012, p. 10)

Logo, apesar dos benefícios sociais alcançados com a ampliação do acesso à educação por pessoas de classe econômica menos privilegiada, fica evidente que os caminhos da privatização do ensino superior público começam a ser delineados, uma vez que recursos públicos que poderiam ser investidos na consolidação do processo de expansão do mesmo estão sendo destinados ao financiamento do ensino privado por meio do PROUNI e FIES.

2.2.2 A Democratização do acesso ao Ensino Superior – perspectivas e análises

A ampliação do acesso ao ensino superior brasileiro, objetivando a democratização do mesmo, foi organizado e executado por vários programas articulados pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como os programas de cotas, FIES, PROUNI, FIES, PROUNI, REUNI, PIBID, UAB e SISU. Tais programas apresentaram um novo prisma a ser considerado, tais como os fatores sociais, econômicos, históricos e geográficos, que juntamente compõem algumas dificuldades acadêmicas a serem transpostas pelos alunos ingressantes.

Nesse sentido, Caôn e Frizzo (2010) apontam que o carro chefe das políticas de democratização, PROUNI, apesar de ampliar o acesso tem um caráter controverso, pois parte

do financiamento público da educação privada com características de forte dificuldade do aluno em permanecer até a conclusão e também o comprometimento da qualidade do ensino. Um termo utilizado pelos autores citados chama a atenção e é bastante significativo para a reflexão que a pesquisa propõe, “*exclusão dos incluídos*” que aborda principalmente as dificuldades enfrentadas em função do baixo poder aquisitivo e capital cultural dos alunos incluídos, além da observação de que o nível de escolaridade parental tem reflexos significativos no processo, uma vez que para esses alunos o ingresso no ensino superior não se configura como um acontecimento natural.

Acrescenta-se que a educação é tratada como uma demanda da sociedade, e, que a expansão da escolarização da população é também uma demanda do mercado por força de trabalho qualificada, acentuada pela globalização. A pressão do mercado é forte e tem induzido e controlado as agendas de políticas públicas, e, segundo Dias Sobrinho (2013, p. 108), para o mercado, quanto mais gente escolarizada, resguardados os limites e graus coerentes com a organização do mundo econômico, melhor para a produção e para o consumo.

A afirmativa do autor nos leva a refletir sobre os limites e graus coerentes com a organização do mundo econômico, logo, pensamos que democratização é essa? A educação nessas perspectivas seria reduzida a apenas um bem ou serviço do mercado e a democratização limitada a expansão quantitativa da escolarização.

A lógica capitalista pautada pela competitividade e na busca por resultados tem norteado uma busca incessante por resultados individuais em detrimento do coletivo e do social, e nesse sentido, Dias Sobrinho aponta que

A privatização de cunho mercantilista é o fenômeno mais robusto das transformações que vêm ocorrendo na educação superior brasileira. Ela acarreta mudanças conceituais importantes que não só alteram as formas organizacionais; tocam a essência mesma da educação superior, a formação do sujeito autônomo e consciente de suas responsabilidades na construção da sociedade já não é o escopo mais amplamente reconhecido. O cidadão aí cedeu lugar ao consumidor e a responsabilidade social perderam valor para a competitividade. (DIAS SOBRINHO, 2013, p. 112)

Os aspectos positivos do processo de expansão e democratização existem e são evidentes. Não pode-se furtar de reconhecer as contribuições e transformações sociais decorrentes desses programas que tem garantido o acesso à educação em nível superior, mas não a permanência.

Para além das questões da permanência, que tem centralidade nas reflexões aqui empreendidas, um ponto que deve ser objeto de reflexão e atenção é o processo de massificação

da educação, que pode ser confundido com o processo de democratização da educação. Para Dubet,

Quando se define a democratização com base no critério da igualdade de oportunidades oferecida a todos os indivíduos, de todos os grupos sociais, de ter acesso ao ensino superior, torna-se evidente que massificação não é necessariamente democratização. De fato, sob esse prisma, a democratização exigiria que todas as classes sociais tivessem as mesmas possibilidades e que a população dos estudantes retratasse a sociedade. (DUBET, 2015, p. 257)

Essas desigualdades sociais e culturais, podem parecer resolvidas no processo de massificação com a democratização do acesso, mas se revelam cruéis quando acentuadas no processo de desigualdade interna das instituições de ensino. Ainda segundo Dubet (2015, p. 258) em alguns sistemas pode-se falar de democratização segregativa, onde o perfil do aluno, determinado pelos seus recursos financeiros, o local de moradia, competências acadêmicas e capital cultural serão determinantes para a definição das instituições onde irão estudar, e estas, também serão ranqueadas pelo prestígio, rentabilidade, tempo de existência dentre outros fatores.

Nesse sentido, Zago aponta que “para a grande maioria não existe verdadeiramente uma escolha, mas um ajuste às condições que o candidato julga condizentes com sua realidade e que representam menor risco de exclusão”, e assim, a autora nos leva a refletir sobre “quem de fato escolhe”, uma vez que as diferenças e desigualdades sociais serão significativas nesse processo (2006, p. 232).

A autora ainda nos traz outro conceito de democratização segregativa interessante para reflexão, que trata-se de uma tendência à homogeneização do público de determinados cursos, retratado na pesquisa dela pelo relato de haver uma elitização de cursos de maior prestígio social e de haver por parte de estudantes de camada social menos favorecida com acesso a esses cursos o sentimento de não se sentir parte da turma ou do curso.

Ademais, o distanciamento social impõe limites acadêmicos além dos sociais, que podem ser exemplificados pelo convívio social nas festas, nos eventos acadêmicos e científicos, no acesso a material de apoio, nas oportunidades de aprovação em processos internos para participação em projetos de pesquisa/extensão com bolsas, no tempo disponível para estudos, dentre tantos outros.

A massificação da educação, segundo Gomes e Moraes (2012, p. 186), pode ser analisada tomando como referência a democratização do acesso e faz referência à relação entre sistema de massa e qualidade do ensino, entendendo por sistema de massa o sistema de ensino

massificado e de baixa qualidade, onde os estudantes que compõem a população estudantil comumente são trabalhadores, com pouco tempo útil a dedicar aos estudos e com formação pregressa de baixa qualidade.

Tal constatação é ratificada por outros estudos, Zago (2006) também aponta as dificuldades vividas pelo estudante trabalhador materializadas pela luta constante entre o que se gostaria/necessitaria de fazer e o que é possível fazer, culminando na maioria dos casos em isolamento social desse estudante, podendo relacionar-se também com o sentimento de pertencimento ou não pertencimento aquele espaço.

É significativo observar a partir dos estudos de Dias Sobrinho (2013, p. 116) sobre o princípio de equidade, que está na base de uma sociedade democrática e deve ser um valor nos processos de democratização da educação superior, chamando a atenção para o fato de que a ampliação do acesso é somente uma fase do processo, que a qualidade, configura-se outra fase, como sendo imprescindível e devendo ser pública e social, com vistas a garantir a construção de um mundo melhor, mais educado, evoluído culturalmente e mais justo socialmente.

O autor traz ainda reflexões sobre a complexificação e diversificação dos sistemas de ensino e das instituições, onde:

Os sistemas de educação superior e suas instituições se tornaram muito mais complexos, com a ampliação das matrículas, com a incorporação de novos contingentes de estudantes e professores e com a explosão dos conhecimentos e formas de produzi-los e disseminá-los. Essa complexificação traz novos problemas de ensino, organização e gestão, mas, longe de ser um empobrecimento, representa o enriquecimento do sistema e um aumento da qualidade social da educação superior em vista de seus compromissos com a democracia e equidade. (DIAS SOBRINHO, 2013, p.117)

Há que se considerar que esse processo na maioria das situações está marcado pelo despreparo das instituições frente ao novo, pelo imprevisto ao lidar com as dificuldades a serem enfrentadas e que a responsabilidade não deve ser creditada somente na conta da insuficiente formação acadêmica e cultural dos estudantes que estão sendo incluídos no sistema de ensino superior do país.

A forma como as instituições lidam e/ou estão preparadas para lidar com o novo cenário farão diferença no processo que se configura como expansão e democratização do ensino superior brasileiro.

Ao gerir essa complexificação do sistema os problemas ligados a permanência do aluno que ingressou nesse sistema mais complexo e ampliado se configuram. Segundo Dias Sobrinho,

A população estudantil de educação superior se compõem de indivíduos provenientes de grupos sociais muito diferenciados, incorporando crescentemente jovens de famílias de baixa renda e portadores de escasso capital cultural e familiar. Em consequência, suas trajetórias acadêmicas são constantemente ameaçadas por risco de insucesso, de interrupção e evasão. Esse novo cenário da educação superior impõem a necessidade de as instituições compreenderem os impactos que os novos contingentes de estudantes produzem no cotidiano universitário. Necessário que as instituições repensem seus novos papéis frente ao conjunto de demandas que a sociedade lhes determina cumprir. (DIAS SOBRINHO, 2013, p. 118)

Ainda segundo o autor, a permanência do estudante no ensino superior é significativamente influenciada pela sua formação pregressa, que muitas vezes é insuficiente e o coloca em situação de desvantagem em relação ao estudante que possui um percurso formativo mais ajustado às exigências e dinâmicas da sociedade.

Almeida (2009, p. 124) aponta que o espaço geográfico e social também é diferente para alunos dos setores populares. Além das dificuldades materiais, os alunos enfrentam dificuldades simbólicas ou culturais, sendo estas “mais sutis e difíceis de ser apreendidas, pois estão ligadas à socialização no ambiente familiar e na trajetória peculiar do indivíduo”.

As dificuldades de permanência do aluno no ensino superior têm aumentado um problema mundial que é a evasão escolar. Ela é um problema que abrange parte significativa das instituições de ensino não só brasileiras, mas também a nível internacional. Segundo Silva Filho,

As perdas de estudantes que iniciam e não terminam seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. No setor público, são recursos públicos investidos sem o devido retorno. No setor privado, é uma importante perda de receitas. Em ambos os casos, a evasão é uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico. (SILVA FILHO, 2007, p. 642).

Mesmo sendo um tema de relevância, a evasão e o fracasso escolar não são alvos de programas específicos e institucionais de combate a eles. Ainda segundo Silva Filho (2007) a evasão deve ser entendida sob dois aspectos, a saber: a evasão anual (percentual de alunos matriculados e não formados que não se matriculam no período seguinte) e a evasão total (percentual de alunos que não concluem o curso dentro do tempo regular). A ligação entre os dois conceitos se dá pelo fato de que a evasão total é influenciada pela evasão anual, onde a retenção vai atuar de forma a modificar os indicadores que são mais expressivos negativamente nos anos iniciais.

Esse fenômeno da retenção e evasão dos estudantes universitários nos anos ou períodos iniciais se deve em muitos dos casos à transição para a universidade, que é vivenciada pelos estudantes, na maioria jovem, de formas variadas. O estudante chega do ensino secundário com sonhos e aspirações, na maioria dos casos, há uma ruptura no modo de vida, pois sai de casa e passa a ser responsável pela maioria das decisões, não esquecendo-nos dos aspectos acadêmicos, quando o aluno tem que desenvolver hábitos de estudos diferentes, tem que gerir sozinho seu tempo de estudo, a escolha das disciplinas nas quais se matricular, de procurar meios de ampliar seus conhecimentos sozinho e principalmente de superar as lacunas trazidas do ensino fundamental e secundário. Nesse sentido, Almeida pondera que:

A Universidade vai colocar, assim, desafios em termos de desenvolvimento pessoal e da identidade, apelando à construção de um sentido de vida e um sistema de valores susceptíveis de lidar com a complexidade e a decisão. Também a Universidade vai colocar a estes jovens um conjunto de exigências na área acadêmica..., o estudante terá que descobrir e gerir as suas formas de aprender e de obter sucesso por sua própria iniciativa. (ALMEIDA, 2007, p. 206).

Ainda segundo Almeida (2007), o desenvolvimento do estudante pode ser mediado por duas condições, a de desafio e a de apoio, sendo que ambas interagem e nem sempre se apresentam na mesma medida, tornando os desafios em maior grau que os apoios necessários ao enfrentamento dos mesmos. O insucesso escolar, que gera o abandono e a evasão, pode ser abordado por dois significados: o insucesso escolar (aprendizagem e rendimento escolar) e o insucesso educativo (desenvolvimento psicossocial do estudante). Para os dois significados, há que se considerarem as variáveis envolvidas, ou seja: o aluno (conhecimento prévio, capacidade intelectual e cognitiva e autoconceito do estudante), o professor (competência pedagógica, qualidade científica e ausência de sistema de avaliação que priorize as práticas pedagógicas, a imagem social da instituição e o fato de que os docentes são normalmente avaliados por produção acadêmica e não pedagógica).

Outro fator a ser considerado é a identificação com o curso escolhido, ressaltando que nem sempre o curso foi de fato escolhido. Há que se considerar as desigualdades sociais. O aluno vai optar pelo curso e instituição em que sua nota couber. O aluno que vem do ensino público tem menores chances na concorrência pelas vagas, a lacuna deixada pelo ensino precedente vai marcar a vida acadêmica desde a “escolha” do curso até o seu desenvolvimento como estudante universitário.

Como perspectiva a partir da atuação do atual governo, que tem como presidente da república Michel Temer, o cenário é de incertezas no campo das políticas educacionais, e, conforme ASSIS e LIMA (2017) apontam, a produção e a divulgação dos conhecimentos produzidos nas universidades são instrumentos fundamentais na luta constante em defesa da educação pública e de qualidade socialmente referenciada.

A sociedade tem assistido à retirada de direitos, aos cortes orçamentários dos setores sociais como saúde e educação, à aprovação da reforma trabalhista e à proposta de reforma previdenciária, que massacra o povo em detrimento da anistia de dívidas bilionárias do grande capital. O serviço público é colocado como peso, despesa desnecessária ou ainda como o vilão da crise pela qual o Estado brasileiro se encontra. Os trabalhadores, segundo a mídia e a partir de diagnóstico do governo, tem privilégios que precisam ser revistos para que o país volte aos trilhos do desenvolvimento.

O desmonte do Estado brasileiro nesse cenário se dá sob o pretexto da necessidade dos ajustes e é uma falácia do governo, que usa o dinheiro público para comprar os poderes legislativo e judiciário (que diga-se de passagem, não serão atingidos pelas reformas), afim de seguir adiante no seu propósito de entregar ao grande capital as riquezas de nosso país.

2.2.3 O Ensino Superior na cidade de Ituiutaba

Ituiutaba localiza-se no Pontal do Triângulo Mineiro às margens da BR- 365, sendo servida por uma malha rodoviária que a coloca em contato com grandes centros, como Belo Horizonte, São Paulo, Goiânia e Brasília (Figura 2).

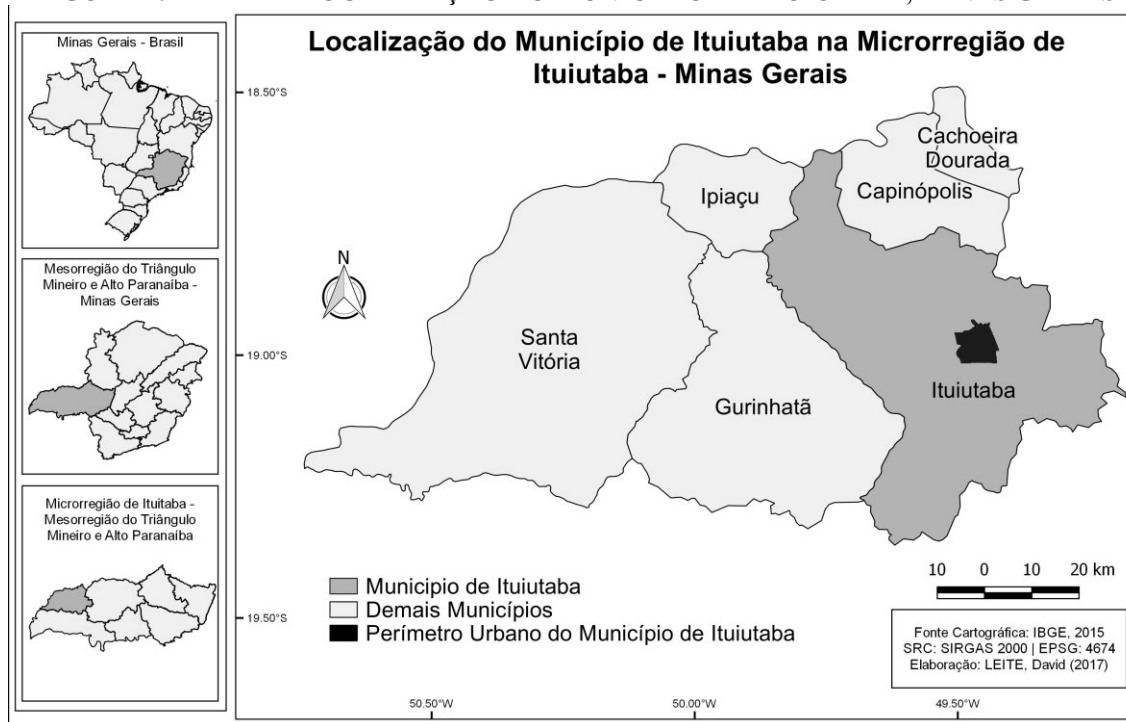
A cidade exerce influência geoeconômica sobre uma Microrregião composta por 5 municípios no Pontal do Triângulo: Capinópolis, Ipiacu, Cachoeira Dourada, Gurinhatã e Santa Vitória; e se destacando como cidade polo, uma vez que possui estrutura de serviços, comércio e indústria que atende de certa forma toda a microrregião.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, exercício 2016, o município possui área territorial em quilômetros quadrados de 2.598,046, densidade demográfica de 37,40, população em 2010 de 97.171 habitantes e população estimada em 2016 de 103.945 habitantes.

O ensino superior na cidade de Ituiutaba tem seu marco inicial em 1963, com a criação da Fundação Educacional de Ituiutaba que abrigava dois institutos: Instituto Superior de Ensino e Pesquisa de Ituiutaba (ISEPI) e Instituto de Educação Superior de Ituiutaba (ISED) e seguida em 1968 com a criação da atual Faculdade do Triângulo Mineiro (FTM), que na época foi

concebida sob o nome de Escola Superior de Ciências Contábeis e Administrativas de Ituiutaba (ESCCAI). Esse período relaciona-se com a primeira expansão do ensino superior no Brasil por meio da Reforma Universitária de 1968.

FIGURA 2: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA, MINAS GERAIS



FONTE: IBGE (2015). ELABORAÇÃO: LEITE, David (2017).

O PDME - Plano Decenal Municipal de Educação de Ituiutaba, aprovado pela Lei Municipal n. 4.368 de 17 de julho de 2015, traz um diagnóstico da educação no município de Ituiutaba-MG, com indicadores, metas e estratégias contextualizadas com os planos estaduais e nacionais de educação (ITUIUTABA, 2015). Os dados de apresentação das instituições de ensino superior do município, que caracteriza quantitativamente o ensino superior na cidade de Ituiutaba, pode ser melhor compreendido a partir da Tabela 5.

TABELA 5: DADOS GERAIS ENSINO SUPERIOR ITUIUTABA-MG (ANO BASE: 2014)

Descrição do Dado	Quantitativo
Quantitativo de vagas ofertadas	1413
Quantitativo de vagas ocupadas por alunos ingressantes	1287
Taxa de ocupação de vagas em percentual	91,01
Taxa vagas ociosas	8,99
Quantitativo total de alunos matriculados	5467
Quantitativo total de alunos evadidos	637
Quantitativo de concluintes referente 2013	378
Bolsas de Estudo	543
Quantitativo de docentes em atuação no ES	442
Projetos de Pesquisa em andamento e/ou aprovado	235
Cursos de pós-graduação strictu sensu ofertados	2

FONTE: PEREIRA et al (2017, p. 1245)

Os dados da Tabela 5 representam os dados de quatro das cinco instituições de ensino superior da cidade - uma delas, de natureza privada, não forneceu as informações solicitadas pela SME, segundo o documento, em função de não haver autorização da matriz para tal procedimento. Apesar de não serem exatos quanto ao total de vagas e matrículas, no contexto analisado, os dados apontam que 90% das vagas ofertadas são em instituições públicas, e o total de alunos matriculados em instituições públicas representam 94% do montante, diferentemente do cenário nacional.

As taxas de conclusão anual, montante de todas as instituições analisadas, representam 26,75% das vagas ofertadas (se considerarmos que todas estivessem preenchidas). Observa-se ainda que o quantitativo de alunos evadidos representa mais de 10% do quantitativo de alunos matriculados. Um dado que também chama a atenção é o quantitativo de docentes em atuação, demonstrando uma relação de 12,36 alunos por docente. A pactuação da UFU com o MEC é de 20 alunos por docente para o Campus Pontal, que integrou a fase I, e os dados individualizados demonstram que a instituição em questão apresenta relação de 14,46 alunos por docente no exercício de 2014, ano base da pesquisa apresentada no PDME de Ituiutaba.

2.2.4 O Campus Pontal

O Campus Pontal da UFU está sediado na cidade de Ituiutaba, Pontal do Triângulo Mineiro, no Estado de Minas Gerais. Ele tem origem no processo de expansão das IFES em sua primeira etapa, no Programa Expandir ou Fase I, quando de 2003 a 2007, 10 novas Universidades foram criadas e 79 novos campi foram instituídos com o objetivo de ampliar vagas, interiorizar e democratizar o ensino superior brasileiro.

Esta parte do estudo foi realizada a partir de uma análise descritiva do processo de criação do campus, apreciado e aprovado pelo Conselho Universitário, sob número 63/2005, composto por vários documentos, e, apresentando folhas numeradas de 1 a 384, atas e resoluções que contam documentalmente a história do campus. Procedeu-se uma leitura minuciosa dos documentos e foram destacados os pontos de maior relevância para o estudo proposto.

Na UFU o tema expansão de cursos, vagas e até mesmo campus fora de sede surgiu inicialmente em 2002, como registra a ata da 10ª reunião ordinária do CONGRAD com o manifesto de interesse de algumas cidades da região para que a UFU expandisse seus cursos. O tema voltou à pauta somente em 2003, com a constituição de uma comissão para análise das possibilidades de abertura de cursos sequenciais, aumento de vagas nos cursos já existentes e abertura de novos cursos de graduação na UFU e entorno.

No ano de 2005, na primeira reunião ordinária do CONSUN, ocorrida em 12/01/2005, foi pautada a proposta de implantação de campus avançado da UFU na região, em conformidade com contrapartida governamental. Nessa ocasião, participaram da reunião políticos da região e foi apresentado o resultado parcial dos trabalhos da comissão de estudos das possibilidades e condições de expansão da UFU. Fica evidenciada a intensão de regionalização pela fala registrada na ata do então deputado Gilmar Machado “(...) *que deseja que a UFU cresça na cidade de Uberlândia, mas também lhe interessa que avance na região, em cidades polos*”.

Registra-se também a informação de que havia a sinalização por parte do Ministro da Educação de liberação de recursos para a expansão da UFU em Ituiutaba, Araguari e Monte Carmelo, e que o pleito era de que se começasse por Ituiutaba por ser um polo maior e ter infraestrutura a ser colocada à disposição da UFU (UFU, 2005, fl. 20). A proposta foi aprovada sem votos contrários e algumas abstenções e houve a indicação de constituição de uma comissão para visitar a cidade de Ituiutaba para vários estudos e verificações, dentre eles: demanda da cidade por cursos da UFU e verificação dos espaços físicos disponibilizados.

Também seria papel da comissão trabalhar em cooperação com a comissão de estudos das possibilidades de expansão na UFU.

A visita foi agendada para 27/06/2005 e nesse intervalo a FEIT expediu ofícios endereçados ao Deputado Estadual Ricardo Duarte manifestando seu interesse em se tornar um campus da UFU, enquanto a UFU seguia encaminhando nomes para compor uma comissão para elaboração de um projeto de federalização do campus da FEIT. Em vinte de julho do mesmo ano a referida comissão foi nomeada pela portaria R 829 de 21 de julho de 2005, com finalidade de realizar estudos de viabilidade de implantação de campus da UFU em Ituiutaba, sendo esta constituída de trinta e um membros. Consta na documentação um breve histórico da FEIT, relatando documentos de criação, estrutura física, localização, cursos ofertados e regime administrativo.

Datado de 22/07/2005, consta o relatório de reunião ocorrida para tratar do tema “Projeto UFU – Campus do Pontal”, sistematizado pelo membro da comissão Gabriel Humberto Muñoz Palafox. A leitura do documento nos remete a alguns pontos interessantes para análise, quais sejam: a apresentação de duas propostas, sendo a primeira pela construção do campus em terreno a ser doado pela prefeitura e a segunda proposta a encampação da FEIT, com destaque para o apontamento de que, caso optassem pela segunda proposta, haveria uma dificuldade a ser contornada, que era a sinalização do MEC de não encampar estruturas já existentes.

Também é evidenciada a necessidade de garantir o princípio de colocar as pessoas em primeiro lugar, garantindo empregos e salários pelo menos até o final do processo de transição. O primeiro estudo elenca sete pontos previstos, e o que chama a atenção é a forma de contratação/absorção do corpo docente e técnico administrativo, com contratação via processo seletivo de professor substituto com complementação de salários via FEIT e prefeitura, que também pagariam os salários dos técnicos administrativos, e implicariam ainda em cobrar mensalidades dos alunos por algum tempo.

Apontou-se a necessidade de criar frentes de trabalho para elaborar a proposta final, cuja minuta inicial apresentava uma introdução ponderando sobre as políticas e processos de expansão no MEC e o estudo de expansão de vagas em desenvolvimento na UFU. Apresentava dados singulares da FEIT, onde 90% do custeio mínimo refere-se a folha de pagamento dos 176 docentes (com regime parcial de 20 horas) e 132 servidores técnicos, número de alunos em 1767 com média mensal por aluno de R\$465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais). Por justificativa, é interessante destacar o apontamento da proposta do Governo Federal de estimular as universidades federais a crescerem além dos lugares onde estão instaladas,

buscando inserção regional, e o compromisso do MEC em liberar recursos destinados a expansão da UFU nos municípios de Ituiutaba, Araguari e Monte Carmelo, além de apontar que Ituiutaba recebe alunos que residem no Pontal do Triângulo Mineiro, microrregião de Ituiutaba, região que agrega população estimada em 1 milhão de habitantes e sem nenhuma IES pública, dentre outros, conforme descrito no processo 63/2005 CONSUN (UFU, 2005). A minuta propunha a manutenção dos mesmos servidores técnicos administrativos e a contratação dos docentes via processo seletivo simplificado via professor substituto e a oferta dos cursos já ofertados pela FEIT com as devidas adaptações curriculares para as normas da UFU.

Em 30/09/2005, a reunião ordinária do CONSUN teve por item da pauta o Campus avançado da UFU na cidade de Ituiutaba – Campus Pontal – e a apresentação do relatório final da Comissão de Expansão de Vagas. Foi enfatizado que o trabalho da comissão foi pautado por recomendações de que a expansão estivesse associada a políticas de reposição e ampliação dos quadros de servidores da instituição, de saneamento nos cursos já existentes, priorização da tríade ensino, pesquisa, extensão e melhoria das estruturas físicas. O estudo apontou que foram analisadas possibilidades de ampliação em 10% na oferta de vagas iniciais dos cursos já existentes, abertura de cursos em turnos diferentes dos que já funcionam, criação de novos cursos e abertura de cursos fora de sede.

A conclusão do estudo foi de que a *“universidade possui condições favoráveis de expansão de cursos fora de sede”*. Das intervenções feitas pelos conselheiros durante a apreciação, destaca-se algumas falas:

“Necessidade de que sejam analisados outros pontos relativos às especificidades de cada curso para que se possa realizar uma expansão com qualidade no ensino a ser ofertado”, “[...] existem diversas implicações relativas a expansão de cursos, além da disponibilidade de espaço físico e a destinação de docentes e servidores técnico-administrativos que devem ser analisadas”, “[...] uma reflexão sobre o tipo de curso que deve ser criado, observadas as demandas da sociedade”. (UFU, 2005).

Os destaques acima demonstram a preocupação dos conselheiros referente aos caminhos escolhidos para a expansão na UFU e o apontamento da necessidade de se aprofundar o debate e se observar com maior atenção as questões técnicas apontadas pelos documentos e falas, uma vez que os aspectos políticos se sobressaíam.

Na oitava reunião ordinária do CONSUN, ocorrida em 28 de outubro de 2005, a proposta da comissão de implantação do campus foi apresentada. Foram feitos apontamentos de cronograma exíguo estipulados pelo MEC para a integração de propostas ao projeto de expansão dos campi e a data final de apresentação da proposta caso o Conselho deliberasse por fazê-la, que era no início de dezembro do mesmo ano. O projeto foi apreciado a partir das

apresentações feitas pela comissão e o plenário decidiu pelo envio do mesmo às UAs para apreciação e posterior deliberação. Do projeto apreciado, constavam a caracterização da cidade de Ituiutaba como polo regional e de sua vocação educacional, das possibilidades de aproveitamento de infraestrutura já existente para a encampação da FEIT e FTM, bem como a descrição e caracterização das instituições envolvidas.

Em 18 de Novembro de 2005 o projeto é pautado para apreciação e deliberação na nona reunião ordinária do CONSUN, e umas das pontuações feitas foi referente aos recursos para implantação do projeto, com a indicação de que o projeto seria analisado pelo MEC e, se aprovado com os recursos humanos e orçamentários previstos, a aplicação dos recursos e sua implementação seriam objeto de apreciação e deliberação do conselho. Vários pontos sobre a operacionalidade foram discutidos e, ao final da reunião, o projeto foi aprovado com 27 votos favoráveis, 1 contrário e 6 abstenções.

Em março de 2006, a UFU foi incluída nas políticas de geração de novos campi. Porém, o projeto inicial não foi o aprovado. Segundo o parecer do relator do processo de criação do Campus Pontal na cidade de Ituiutaba (Fls. 356 a 360), a inviabilidade de encampação da FEIT e FTM pela UFU, o que caracterizava a federalização das mesmas, se mostrou pela impossibilidade de absorção dos docentes e técnicos administrativos. Diante do cenário posto, com o projeto inicial não contemplado, iniciou-se a elaboração de novo projeto, com a criação de novos cursos e com a pressão de contratação dos docentes até 30 de junho do ano de 2006, em função de ser ano eleitoral.

A proposta de cursos a serem criadas partiu da cooperação entre Diretoria de Ensino da PROGRAD e Comissão de estudos sobre a expansão da graduação, que procedeu consultas, estudos e chegou na proposta de criação de 8 cursos inicialmente (Física, Química, Matemática, Ciências Biológicas, História, Geografia, Pedagogia e Administração) e a possibilidade de criação do curso de Ciências Contábeis no ano seguinte pela sinergia existente entre ele e o curso de Administração. A estrutura física inicial para a implementação do projeto contemplava a celebração de convênio com a Prefeitura Municipal de Ituiutaba e as instituições de ensino FEIT e FTM.

Na terceira reunião do CONSUN do ano de 2006, a criação do Campus Pontal como uma unidade acadêmica denominada FACIP foi aprovada na forma da Resolução 02/2006, que foi alterada pela resolução 04/2006, que incluía a oferta do curso de Ciências Contábeis, com oferta total de 3200 vagas, que seriam atingidas no quinto ano de funcionamento. Em setembro de 2006, os primeiros servidores foram empossados pelo então Ministro da Educação Fernando Haddad, e o primeiro vestibular ocorreu no mesmo ano, para ingresso dos alunos em 2007. O

anúncio da doação de terreno com área de 500.00 m² no bairro Tupã para a construção do campus aconteceu na solenidade de posse dos servidores.

As aulas iniciaram em 2007 e as instalações físicas utilizadas pela UFU, via convênio celebrado com a FEIT, FTM e Prefeitura Municipal integrava quatro espaços diferentes:

- FTM: um bloco onde funcionavam salas de aula e laboratórios situados na Faculdade Triângulo Mineiro;
- FEIT¹²: dois blocos, o Bloco A2 onde funcionavam salas de aula, anfiteatro, secretaria e laboratórios e o Bloco D onde funcionavam salas de aula;
- Antigo Colégio Raio de Sol: onde funcionava a Biblioteca e a Sede administrativa 2, onde estavam instaladas secretarias e pró-reitorias;
- Sede administrativa 1, onde estavam instaladas as coordenações de curso, situada na Av. José João Dib.

A construção do novo prédio teve início no ano de 2008 com previsão de término em 2010 e a ocupação desses espaços foram formalizadas por meio da celebração de convênios. Em 2010, mais dois novos cursos foram criados a partir da reestruturação dos cursos já existentes, sendo eles os cursos de Serviço Social e Engenharia de Produção, por meio da Resolução CONSUN 17-2009. A reestruturação dos cursos foi proposta à época do provimento de 35 vagas docentes restantes da pactuação, visando a adequação de vagas, número de alunos, novos cursos e horários, de acordo com relato da ata da terceira reunião ordinária de 2009 do CONFACIP.

A acolhida das instituições de ensino já existentes e a prefeitura foram fundamentais para a implantação do campus da UFU em Ituiutaba, mas o compartilhamento do espaço pelos alunos, professores, técnicos e demais usuários gerou alguns pontos de instabilidade e necessidade de construção de um espaço próprio que caracterizasse a identidade do Campus. A pulverização das atividades, as dificuldades de locomoção entre os setores e prédios que eram próximos, mas não congregavam o mesmo espaço físico, apontavam a existência do espaço físico concreto a ser utilizado, mas não caracterizavam o “espaço da UFU” em Ituiutaba, mesmo que ocupado por ela.

¹² A FEIT, Fundação Educacional de Ituiutaba passou por processo de estadualização e hoje é um Campus da UEMG – Universidade Estadual de Minas Gerais.

3 O ESPAÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA EM ITUIUTABA-MG

O Campus Pontal como um espaço produzido socialmente e a proposição de entender o processo de construção desse espaço demanda, em uma primeira aproximação, analisar o conceito de espaço, que pode ser definido como a superfície terrestre e o espaço social como a superfície terrestre apropriada, transformada e produzida pela sociedade (SOUZA, 2013).

O conceito de espaço começou a ser utilizado na pesquisa a partir do surgimento da geografia crítica, quando este ganha centralidade no debate do materialismo histórico dialético pelo destaque das relações entre sociedade e espaço, espaço e tempo e das contradições sociais e espaciais.

Segundo Santos (1988, p. 25), o espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais. Santos também afirma que:

O espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente, da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social. (SANTOS, 1988, p. 10)

Harvey (1980), afirma que a forma da atividade social define seu espaço (p.19) (...) tomado com um complexo de sentimentos e imagens individuais sobre ele e de reações dirigidas ao simbolismo espacial que cerca esses indivíduos (p.23).

Nessa perspectiva, tem-se o conceito de espaço social enquanto meio, produto e condição, ou como espaço de reprodução das relações sociais de produção. Derivam do conceito de espaço social: organização espacial que corresponde a divisão espacial do trabalho e infraestrutura técnica e social e produção do espaço que não é somente do espaço, mas no espaço, considerando além da produção dos bens materiais, os imateriais (produção simbólica e de relações de poder) para a acumulação capitalista.

Já Carlos traz uma reflexão crítica a partir da perspectiva de que

[...] o processo de produção do espaço não se reduz a uma produção material do mundo [...] que permite pensar o mundo enquanto prática, enquanto processo de transformação em si mesmo, como movimento ininterrupto da sociedade, como sujeito realizando-se. (CARLOS, 2011, p. 69)

No contexto inicial da implantação do Campus na cidade de Ituiutaba, as articulações de lideranças políticas e empresariais da cidade marcaram o início das relações sociais na construção do espaço, objeto da pesquisa. E é nesse contexto que as afirmações de Gomes e Oliveira (2012) vêm contribuir para a reflexão aqui proposta, a do papel da educação superior na construção do espaço social da universidade. Assim, afirmam que

A inter-relação do campo universitário com os diferentes campos sociais parece implicar permanente processo de construção e reconstrução do espaço social e simbólico interno e externo ao campo. (GOMES e OLIVEIRA, 2012, p. 40)

Há que se considerar ainda as contribuições de Pereira e Catani (2002, p. 114), ao abordarem as diferenças entre o capital econômico e o capital cultural, que dará significados diferentes no processo de construção social do espaço. Nessa perspectiva, teremos os conceitos de espaço social e espaço simbólico, e segundo os autores, “como os capitais são a dimensão do espaço social, as relações nele ocorridas são também relações de força”. Nessas relações de disputa pelo poder, o capital cultural ou simbólico se configura pelo prestígio, fama, aceito como legítimo pelos demais, e seus proprietários possuem o poder de impor as visões do mundo social.

No ambiente da universidade, no campo das políticas públicas voltadas a educação e no processo de construção do espaço, objeto de pesquisa, é significativa a reflexão sobre o espaço simbólico, onde a busca pelo poder e pelo prestígio acadêmico, científico e administrativo movem as relações cotidianas e constroem, transformam e reconstroem os espaços sociais ou de sociabilidade e simbólicos.

A utilização de prédios cedidos enquanto aguardava a construção de sede própria, a tensão das relações sociais vivenciadas cotidianamente por funcionários, professores, alunos e gestores que tiveram suas rotinas e dinâmicas alteradas, e se viram na condição de dividir e não mais somar, caso houvesse se concretizado a federalização, a não identificação imediata por parte da cidade da existência da UFU em Ituiutaba.

A doação do terreno para a construção do campus, área de 500.000 m² na área sul da cidade, foi anunciado na inauguração em 2006, ocasião da posse dos primeiros servidores, pelo então prefeito da cidade, Fued José Dib, por uma parceria entre prefeitura e iniciativa privada. Sobre o processo de doação, alguns trabalhos publicados apontam para o envolvimento da prática de especulação imobiliária no processo. Assim,

O campus Pontal da UFU localiza-se no setor sul cidade de Ituiutaba, e vem atraindo investidores do setor imobiliário, gerando uma grande especulação imobiliária. Como exemplo, podemos citar o loteamento Spazio da Collina, lançado em 2010 e destinado à classe média e alta. Com localização estratégica ao lado do campus, o loteamento conta com quatrocentos terrenos cuja área quadrada mede no mínimo 360 m². Este empreendimento foi lançado pela empresa local que doou a gleba para a construção do Campus Pontal, com o objetivo de obter ganhos financeiros através da valorização imobiliária do local. Este exemplo demonstra como o campus é um importante fator de modificação da forma urbana. (RODRIGUES e COCOZZA, 2014)

Registra-se que em Ituiutaba o processo não foi objeto de investigação do Ministério Público, como ocorrido no processo de doação do terreno para a construção do campus de Patos de Minas, processo permeado de conflitos e tensões.

De certo modo a UFU estava diluída pelos espaços das instituições privadas e não era vista ou percebida pela comunidade, processo que durou aproximadamente 5 anos até a mudança parcial para o campus construído no Bairro Tupã e que perdura até o presente momento, uma vez que o Curso de Química não teve os laboratórios adequadamente contemplados no novo prédio e até a construção de novo bloco, em andamento, deverá ainda ocupar as dependências da UEMG e da FTM, juntamente com os cursos de Engenharia de Produção, Ciências Biológicas e Geografia que necessitam e utilizam o espaço do Bloco A2 para atividades acadêmicas de ordem prática. Ressalta-se que outras atividades como o PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência também fazem uso do espaço.

Entender a configuração do espaço desde a sua concepção, sua organização espacial e o histórico de sua produção é importante para entender como as relações homem e espaço se dão e como elas interferem no contexto do espaço definido como objeto de pesquisa.

Como espaço produzido, ou seja, apropriado e transformado, o espaço objeto de pesquisa também pode ser analisado pelo conceito de lugar, que tem suas bases na fenomenologia, na percepção e vivência do sujeito.

Dentro dessa perspectiva, tem-se “o lugar como um espaço percebido, vivido, dotado de significado, e, com base no qual se desenvolvem e extraem-se os ‘sentidos de lugar’ e as ‘imagens de lugar’ (SOUZA, 2013, p. 114).

Para Moreira e Hespanhol (2007), é fundamental considerar o lugar como palco dos acontecimentos pela sua dimensão real, prática, sensível e concreta e, portanto, uma construção socioespacial, e não somente como o espaço vivido.

Nessa perspectiva, em 2011, mesmo sem ter o prédio totalmente concluído em termos de acabamento e algumas estruturas de serviços de telefonia, internet, limpeza e segurança, a

FACIP, por meio de seus representantes no Conselho da FACIP, resolveu que ocuparia o prédio do novo campus, aprovando a mudança na 6ª reunião ordinária de 2011 do CONFACIP, que foi confirmada na 7ª reunião ocorrida em 12/09/2011 para o dia 19/11/2011. A atitude demonstrou a necessidade de a UFU ocupar o seu LUGAR em Ituiutaba, ter sua identidade, um espaço para que seus alunos convivessem acadêmica e socialmente, e para que todos que compõem a FACIP/Campus Pontal pudessem, a partir de sua vivência no espaço, contribuir para a sua construção social.

Registra-se que as primeiras turmas formadas pela FACIP não chegaram a ter a experiência de vivenciar o campus próprio e tiveram sua formação em espaços de certa forma improvisados.

A partir da perspectiva geográfica interdisciplinar, foi possível articular um diálogo entre educação, políticas educacionais, espaço (seja ele geográfico ou social) e também o lugar, e descobrir como o espaço da universidade foi pensado, produzido e transformado ao mesmo tempo em que se descobre como as pessoas utilizam, percebem e vivem esse espaço, podendo analisar reflexivamente a função e o alcance social desse espaço, contribuindo para o planejamento e transformação do mesmo.

Em março de 2012, o Campus Pontal da UFU em Ituiutaba-MG foi oficialmente inaugurado, e conforme noticiado na imprensa¹³, entregando à comunidade uma estrutura constituída de cinco blocos que contemplam 39 salas de aula e 31 laboratórios de ensino e pesquisa, além da biblioteca e prédio administrativo, totalizando treze mil metros quadrados e somando investimentos na ordem de 23 milhões de reais. Em matéria jornalística veiculada pela Diretoria de Comunicação (DIRCO) da UFU¹⁴, acerca da inauguração, alguns depoimentos registrados chamam a atenção para a percepção das pessoas da comunidade em relação à presença da UFU em Ituiutaba.

Uma moradora da cidade relaciona com as oportunidades de formação para os filhos, uma aluna coloca como resgate de sonhos e o então prefeito do município na época, Luiz Pedro Corrêa do Carmo, afirma que a cidade não estava preparada para o progresso que a Universidade está trazendo e afirma que a mesma trouxe potencial econômico grande para a região.

¹³**Novo campus UFU é inaugurado nesta sexta-feira (9) em Ituiutaba, MG** - <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2012/03/novo-campus-ufu-e-inaugurado-nesta-sexta-feira-9-em-ituiutaba-mg.html> Acesso em Jul./2017.

¹⁴ UFU inaugura Campus do Pontal. Fonte: <http://www.historicodirco.ufu.br/content/ufu-inaugura-o-campus-pontal>. Acesso em Jul./2017.

A estrutura foi e está sendo ampliada para o atendimento das demandas dos servidores e estudantes principalmente. Em 2014, foi inaugurado o Restaurante Universitário¹⁵, com funcionamento para as três principais refeições do dia: café da manhã, almoço e jantar. A capacidade de refeições diárias a serem servidas é de aproximadamente 1300 (um mil e trezentas) e representou uma conquista na busca pela garantia da permanência no ensino superior do aluno em situação de vulnerabilidade econômica, conforme fala do diretor de assuntos estudantis, Leonardo Barbosa. Em 2015, a assistência estudantil traz para o campus investimentos na ordem de 350 mil reais e inaugura a academia universitária, com área de 210 metros quadrados, ambiente climatizado, equipamentos novos especializados em musculação, banheiros com duchas, sala de avaliação e acompanhamento por educador físico das atividades.

Ainda em 2015, a construção de novo bloco¹⁶, denominado 1JCP, destacado na Figura 3, com área a ser construída de 7.755,25m², foi contratada. O bloco é destinado a atender os cursos de Engenharia de produção, Química, Geografia e Biologia, além de abrigar salas para docentes, um auditório, salas de reuniões, duas vilas digitais, áreas administrativas e cafeteria, entre outros espaços. O prazo de conclusão da obra estava prevista para 18 meses, com orçamento de aproximadamente 20 milhões de reais. No ano de 2016, o ritmo da obra foi drasticamente reduzido e em 2017, em função da crise econômica vivenciada pelo país e pelas universidades brasileiras, várias obras foram paralisadas, inclusive a do Bloco 1JCP. Não há registro de divulgação de data prevista para retomada das obras que foram interrompidas. O cenário político, que delinea o econômico, não é nada promissor no país.

Ressalta-se que um dos objetivos na conclusão da obra é a integração em sua totalidade do curso de Química e Engenharia de Produção ao Campus Pontal. As aulas práticas do curso de Química e dos cursos para os quais o curso presta serviços (Física, Engenharia de Produção e Biologia) acontecem nos laboratórios que estão localizados em prédios alugados da UEMG e FTM a distância de aproximadamente 5km. Juntamente com o curso de Química, os cursos de Ciências Biológicas, Geografia e Engenharia de Produção mantêm atividades de ordem prática em laboratórios instalados nesse espaço. Registra-se que os cursos de Ciências Biológicas e Geografia possuem laboratórios estruturados no Campus Pontal, fato que não ocorre com os cursos de Engenharia de Produção e Química.

¹⁵ UFU inaugura restaurante UNIVERSITÁRIO NO Campus Pontal. Fonte: <http://www.andifes.org.br/ufu-inaugura-restaurante-universitaario-no-campus-pontal/>. Acesso em Jul./2017.

¹⁶ Reitor assina autorização para construção de prédios – Fonte: <http://www.comunica.ufu.br/noticia/2015/01/reitor-assina-autorizacao-para-consstrucao-de-predios>. Acesso em Jul./2017.

Essa distância representa dificuldades na vida cotidiana dos alunos e servidores que utilizam esse espaço, por conta dos deslocamentos, dos ajustes de horários que são necessários e também do isolamento social.

Para além das dificuldades cotidianas, em relação ao espaço propriamente dito, temos as questões administrativas e políticas. A gestão da FACIP tornou-se ao longo dos anos tarefa complexa, dada a sua configuração distinta das demais unidades acadêmicas da UFU. No decorrer dos anos, discussões sobre a possibilidade de desmembramento em mais unidades acadêmicas foram empreendidas.

FIGURA 3: VISTA AÉREA CAMPUS PONTAL - BLOCO EM CONSTRUÇÃO (EM DESTAQUE)



FONTE: CURY, Raquel Balli (2017).

No ano de 2016, as discussões avançaram e se configuraram em propostas de criação de duas novas unidades além da FACIP. Tais unidades foram apresentadas como da Faculdade Ciências Sociais Aplicadas (FACES) e o Instituto de Ciências Exatas e Naturais do Pontal (ICENP). A FACES congregava os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Serviço Social e o ICENP os cursos de Química, Física e Ciências Biológicas.

A principal diretriz da proposta de desmembramento partia do princípio de agrupamento por áreas de afinidades acadêmicas e a possibilidade de uma reorganização administrativa que viesse de encontro aos anseios da comunidade por novo modelo de gestão. Com o avanço das discussões, outros cursos optaram por aderir, e configurou-se então no processo de desmembramento da FACIP em três unidades acadêmicas. No novo cenário, o curso de matemática passou a integrar o ICENP, o curso de Engenharia de Produção a FACES, e os demais cursos (Pedagogia, Geografia e História) o ICH – Instituto de Ciências Humanas.

O processo de construção da proposta se configurou por um longo caminho de discussões internas, permeado por tensões, incertezas e lutas políticas em prol de sua aprovação. Nesse sentido, a literatura nos traz que

[...] o mercado de bens e trocas acadêmicas é um universo social de poder, de capital, de força, de estratégias de manutenção ou de subversão e de interesse que se vincula às estruturas objetivas dos diferentes campos sociais, bem como às estruturas incorporadas ao *habitus*. (GOMES e OLIVEIRA, 2012, p. 40).

Os desafios a serem enfrentados no delineamento e execução dos projetos das novas unidades de certa forma trouxe temor a alguns segmentos da comunidade. Após um ano de sua aprovação nas instancias internas, o processo foi pautado e aprovado em reunião do conselho universitário da UFU em 15 de Dezembro de 2017, quando a Resolução de criação da FACIP/Campus Pontal foi revogada para dar lugar a uma nova Resolução que cria no Campus Pontal três novas unidades acadêmicas, com a expectativa de fortalecimento do Campus Pontal enquanto unidade administrativa na cidade de Ituiutaba e da abertura de novas possibilidades dentro da estrutura da universidade.

3.1 Refletindo a percepção dos alunos ingressantes sobre o espaço geográfico do Campus Pontal e da cidade de Ituiutaba a partir do delineamento do perfil do ingressante na FACIP

A pesquisa de campo foi realizada no final do segundo semestre do ano de 2016. Foram aplicados formulários a 299 discentes ingressantes do ano de 2016 de dez dos onze cursos da FACIP. O curso de Física não respondeu o contato estabelecido por e-mail solicitando autorização para aplicação do formulário em sala de aula e, em função da finalização do semestre e período de realização de atividades avaliativas, não houve nova tentativa de estabelecer contato.

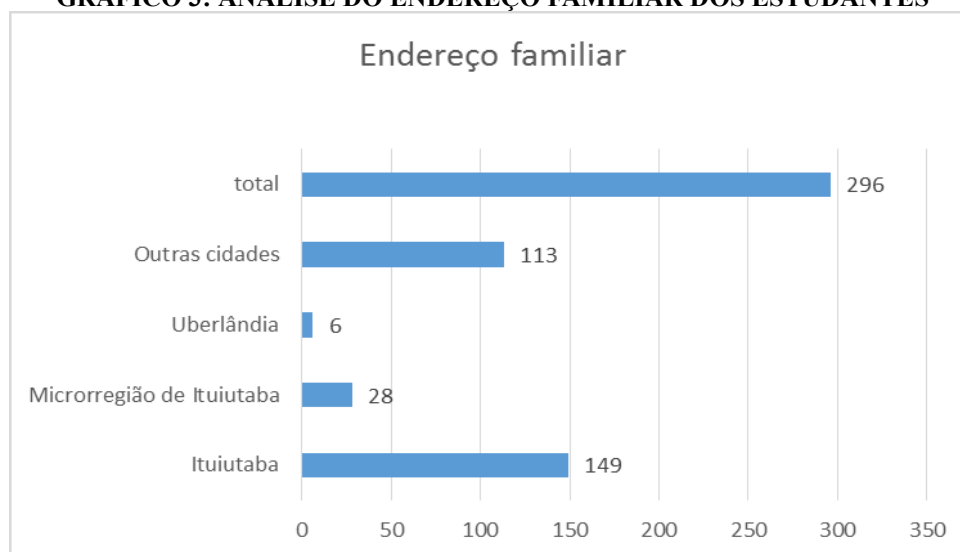
O formulário buscou informações para identificar primeiramente o perfil do aluno, e, posteriormente, sua relação com a cidade e com o campus.

Em relação à forma de ingresso na universidade, foram obtidas 297 respostas, das quais o SISU é a forma predominante de ingresso, atingindo 85,5% das mesmas, seguido pelo vestibular com 12,1% e as demais formas (portador de diploma, transferências interna e externa) ocuparam apenas 2,4% das respostas. Registra-se que somente o curso de engenharia

de Produção, com entrada semestral, possui entrada por processo seletivo vestibular, que acontece no meio do ano.

A origem familiar dos discentes foi buscada para identificar os alunos que são residentes na cidade e os que vem de outras localidades, conforme demonstra o Gráfico 3. Assim, o endereço familiar nos trouxe informações que apontaram que 50,3% dos discentes são residentes em Ituiutaba e 38,2 residem em outras cidades, com destaque para o Estado de São Paulo, que representa aproximadamente 70% dos residentes em outras cidades.

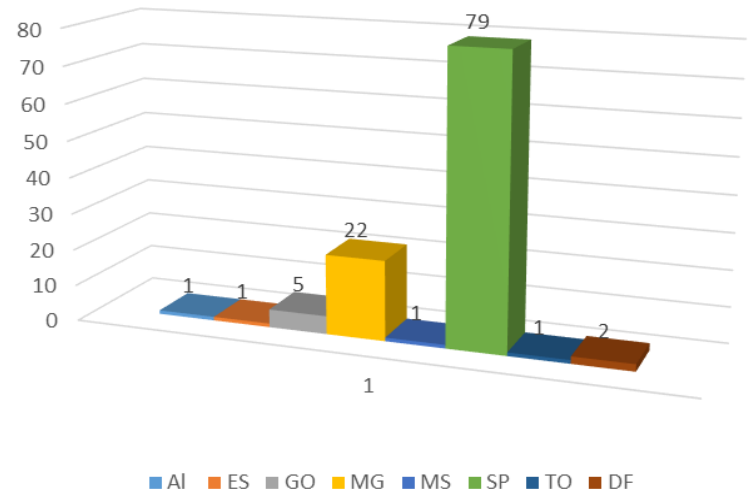
GRÁFICO 3: ANÁLISE DO ENDEREÇO FAMILIAR DOS ESTUDANTES



FONTE: Aplicação de formulários (2017). ORG.: A autora (2017).

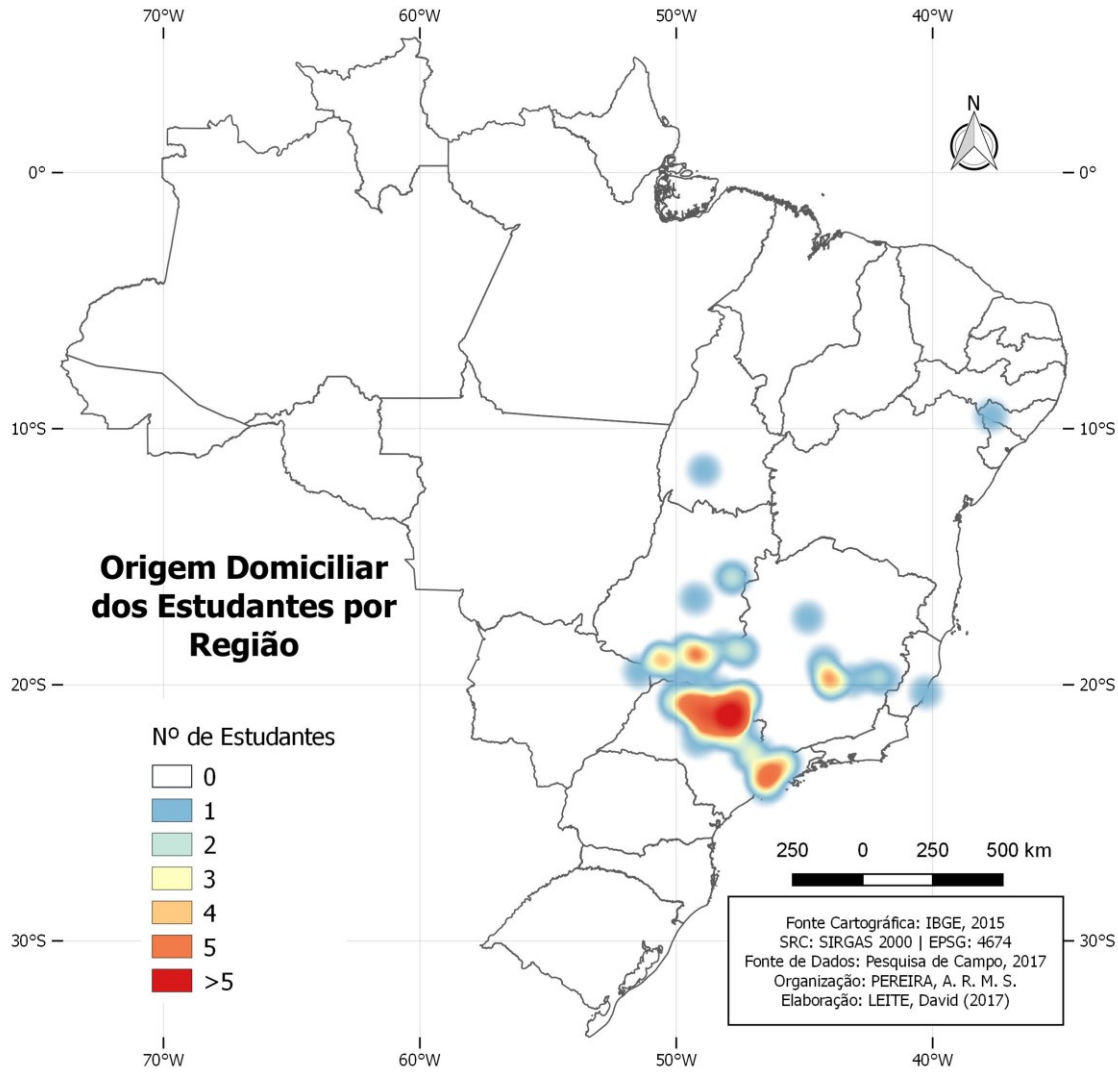
Um dado relevante levantado no cruzamento das variáveis endereço familiar “Outras Cidades” e a cidade de domicílio, tornou possível perceber que 66% dos respondentes dessa modalidade são oriundos do Estado de São Paulo, seguido por cidades do Estado de Minas Gerais fora da região do Triângulo Mineiro com 15%, conforme Gráfico 4, e outros Estados com pequenas participações.

GRÁFICO 4: ENDEREÇO FAMILIAR DE RESIDENTES EM OUTRAS CIDADES POR ESTADO



FONTE: Aplicação de formulários (2017). ORG.: A autora (2017).

FIGURA 4: MAPA DE ORIGEM DOMICILIAR DOS ESTUDANTES POR REGIÃO

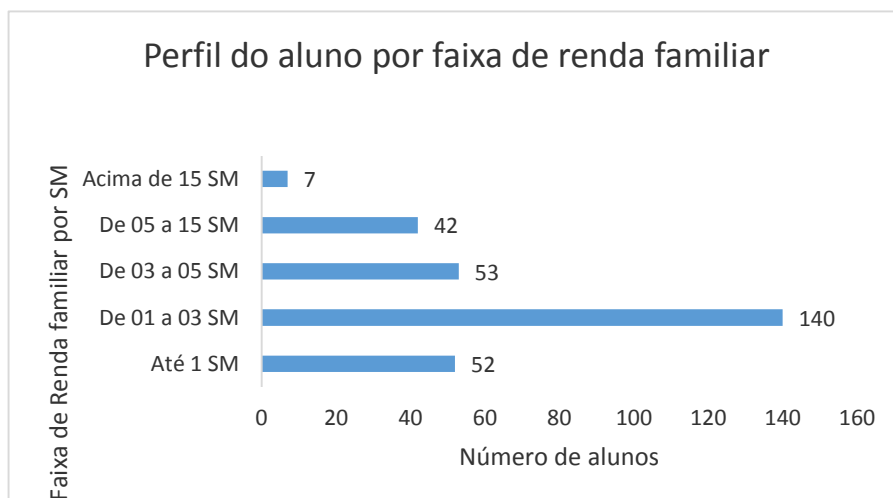


FONTE: Aplicação de formulários (2017). Elaboração: LEITE, David (2017).

Os dados acima podem ser melhor compreendidos a partir da Análise da Figura 4, que aborda a localização a partir do endereço familiar do aluno residente em outras cidades por regiões no território brasileiro. Registra-se que, dos 113 estudantes que indicaram possuir endereço familiar fora da cidade de Ituiutaba e região, somente 1 não indicou a cidade e/ou Estado da federação. Observa-se uma concentração na região sudeste, mais expressiva no interior do Estado de São Paulo e alguns pontos isolados na região centro-oeste e nordeste.

Sobre a concentração de residentes no interior de São Paulo, podemos afirmar com base nos dados da pesquisa, que os 79 estudantes estão distribuídos em 38 cidades diferentes e que registra-se um volume significativo na cidade de Ribeirão Preto-SP, com 22 estudantes ou 28% do total de estudantes com residência no Estado de São Paulo, com média de 2,07 alunos por cidade. Observa-se ainda o registro de uma única cidade para os Estados: Tocantins, Distrito Federal, Alagoas e Mato Grosso do Sul. O Estado de Goiás registrou a ocorrência de estudantes residentes em duas cidades diferentes e Minas Gerais em 16 cidades e média de 1,37 alunos por cidade.

A renda familiar foi outro ponto pesquisado. Foram utilizadas cinco faixas de renda familiar baseadas no salário mínimo (SM): Até 1 SM; De 01 a 03 SM; De 3 a 5 SM; De 05 a 15 SM e Acima de 15 SM. Das 294 respostas obtidas para esse item do formulário, a faixa de renda mais expressiva é a de 1 a 3 salários mínimos, que representa 47,6% dos respondentes, e pode ser verificado no Gráfico 5 que demonstra o perfil do ingressante por faixa de renda. Os alunos com renda de até um salário mínimo representam 17,7% do total de alunos respondentes, e ao cruzar as variáveis de análise renda familiar e endereço familiar, identifica-se que 63% dos alunos que declararam renda até 1 SM residem em Ituiutaba, 15% na microrregião de Ituiutaba, 19,23% em outras cidades e 0,2% na cidade de Uberlândia.

GRÁFICO 5: ANÁLISE DO PERFIL DO ESTUDANTE POR RENDA FAMILIAR DECLARADA

FONTE: Aplicação de formulários (2017). ORG.: A autora (2017).

A forma de locomoção dos discentes foi pesquisada para a verificação do meio de transporte utilizado por eles até o campus. Foram registradas 298 respostas, e os tipos mais utilizados são a moto e o transporte coletivo urbano, que registraram 23% e 21% respectivamente, conforme demonstra o Gráfico 6.

Destaca-se que a outra forma de transporte indicada refere-se a carona, van e transporte rodoviário. As Figuras 5 e 6 demonstram a grande utilização do estacionamento reservado para motocicletas e bicicletas do Campus Pontal, quando observa-se que nos campi da sede em Uberlândia não tem-se essa estrutura. Segundo dados do IBGE (2018)¹⁷ a frota de veículo da cidade ano 2016 é de 63.751 veículos, sendo 39,35% ou 25.088 são de motocicletas e motonetas. Diante desse dado, podemos relacionar o perfil do transporte utilizado pelos usuários do campus ao próprio perfil da cidade.

¹⁷ IBGE dados frota. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ituiutaba/pesquisa/22/0>> Acesso: Mar./2018.

FIGURA 5: VISTA PARCIAL ESTACIONAMENTO DE MOTOS E BICICLETAS EM FRENTE BLOCO C CAMPUS PONTAL DA UFU



FONTE: TAKEUCHI, Regina Massako (2017)

FIGURA 6: VISTA PANORÂMICA DO ESTACIONAMENTO DE MOTOS E BICICLETAS CAMPUS PONTAL DA UFU



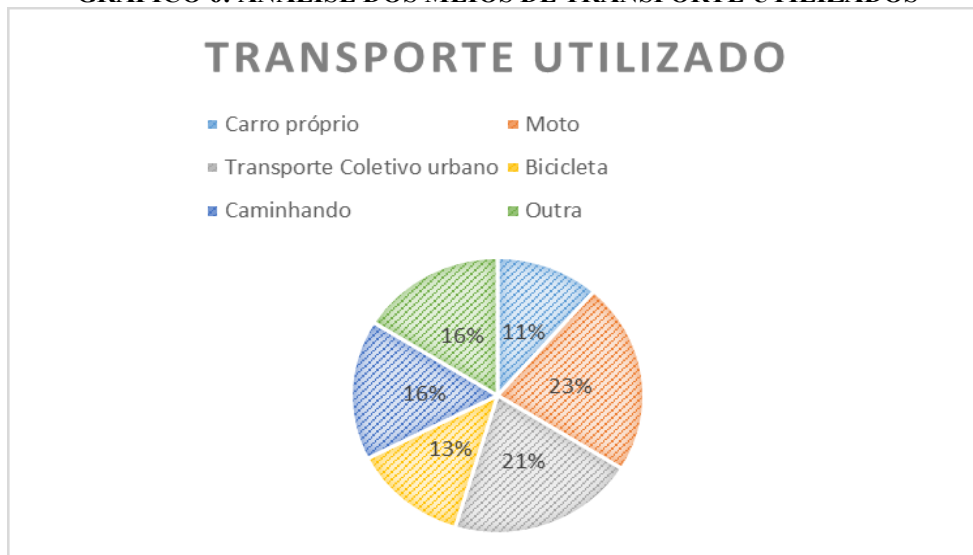
FONTE: TAKEUCHI, Regina Massako (2017)

As parcelas que representam os meios de transporte bicicleta (13%) e caminhando (16%) juntas representam 29% do total de respostas, e estão articuladas com a localidade da residência domiciliar do estudante, onde 79,3% desse universo de alunos residem em bairros próximos a UFU e 20,7% em bairros mais distantes.

A avaliação feita pelos 156 respondentes sobre a utilização do transporte coletivo urbano foi feita por meio de questão aberta, e os apontamentos registrados se relacionavam a má

qualidade do serviço prestado com queixas sobre o estado de conservação dos veículos, valor das tarifas, pontualidade, rotas e horários disponíveis.

GRÁFICO 6: ANÁLISE DOS MEIOS DE TRANSPORTE UTILIZADOS



FONTE: Aplicação de formulários (2017). ORG.: A autora (2017)

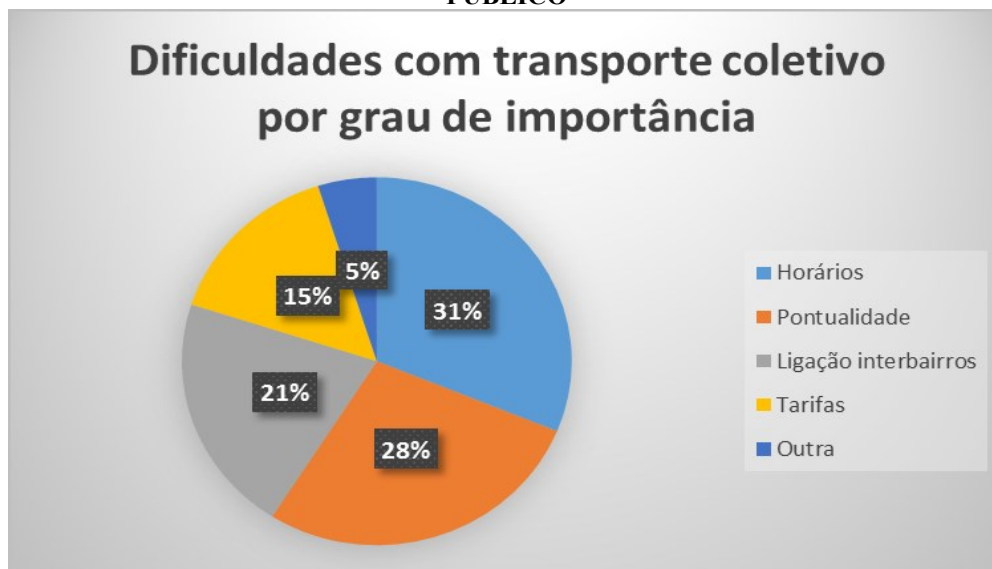
Os apontamentos feitos, em sua maioria negativos, podem ser melhor entendidos a partir de algumas transcrições de respostas: *“O transporte coletivo urbano de Ituiutaba é de péssima qualidade, ônibus sem freio, extremamente velhos e precários. O valor da passagem é alto se comparado à péssima prestação de serviços e a rota que é curta. Horários também não suprem a necessidade da população”, “péssima, condições precárias, não tem horários fixos”, “ruim, demorado com horários irregulares”, “o sistema de transporte coletivo urbano da cidade não oferece horários flexíveis para os estudantes, pois existe apenas uma linha de ônibus na qual não supre a necessidade do estudante”.*

Quando questionados sobre as principais dificuldades referentes ao transporte público, os horários e a pontualidade lideram e, se considerarmos que ambas estão relacionadas, e que juntas representam quase 60% das respostas, apontam para a necessidade de um diálogo com o poder público sobre a melhoria da prestação desse serviço, não só com a comunidade universitária, mas de forma geral à toda a comunidade da cidade.

O Gráfico 7 demonstra essas constatações e também traz a questão das rotas, onde a ligação interbairros é apontada como dificuldade por 21% dos respondentes, situações que podem ser reforçadas também pelas falas dos respondentes quando questionados sobre a avaliação do serviço transporte urbano da cidade: *“precário, com poucos pontos de ônibus em bairros que também há estudantes. Por exemplo perto da UEMG onde o ponto mais próximo é*

o da rodoviária. Sem contar os atrasos no horário” e “é inadequada, não atende as necessidades dos usuários, temos que pegar mais de um ônibus para ir na UFU”.

GRÁFICO 7: ANÁLISE DAS PRINCIPAIS DIFICULDADES RELACIONADAS AO TRANSPORTE PÚBLICO



FONTE: Aplicação de formulários (2017). ORG.: A autora (2017)

O próprio ponto de ônibus localizado na entrada do Campus é improvisado e precário, como demonstra a figura 07. Não existe calçamento, causando transtornos ao usuário tanto em períodos de chuva (lama), como na estiagem (poeira). A iluminação é precária e a cobertura é feita por tenda improvisada. O calçamento das vias de acesso ao campus inexistem, as pessoas disputam espaço com carros e ônibus que ficam estacionados na via de acesso ao campus e ao ponto de ônibus, que está localizado em uma rotatória, sem condições de segurança e bem-estar aos usuários.

FIGURA 7: PONTO DE ÔNIBUS EM FRENTE AO CAMPUS PONTAL DA UFU



FONTE: TAKEUCHI, Regina Massako (2017)

A guarita de acesso está desativada e não existe controle de acesso ao campus, conforme destacado na figura 08. Destaca-se que esta é uma entrada improvisada conforme o plano diretor do Campus, porém, está em uso desde a mudança para o espaço e não há previsão a curto prazo de mudança.

FIGURA 8: ENTRADA DO CAMPUS PONTAL DA UFU



FONTE: TAKEUCHI, Regina Massako (2017)

Um ponto analisado na pesquisa foi o endereço residencial do aluno em Ituiutaba, com 266 respostas para a questão, não fazendo distinção para o endereço familiar. Para analisar quanto a proximidade em relação ao campus, dividimos a cidade em regiões, sendo a região 1 localizada mais ao norte e oeste da cidade, a região 2 localizada mais ao Sul da cidade e a região 3 representando a região central e leste da cidade. A lista dos bairros por região consta no Quadro 4.

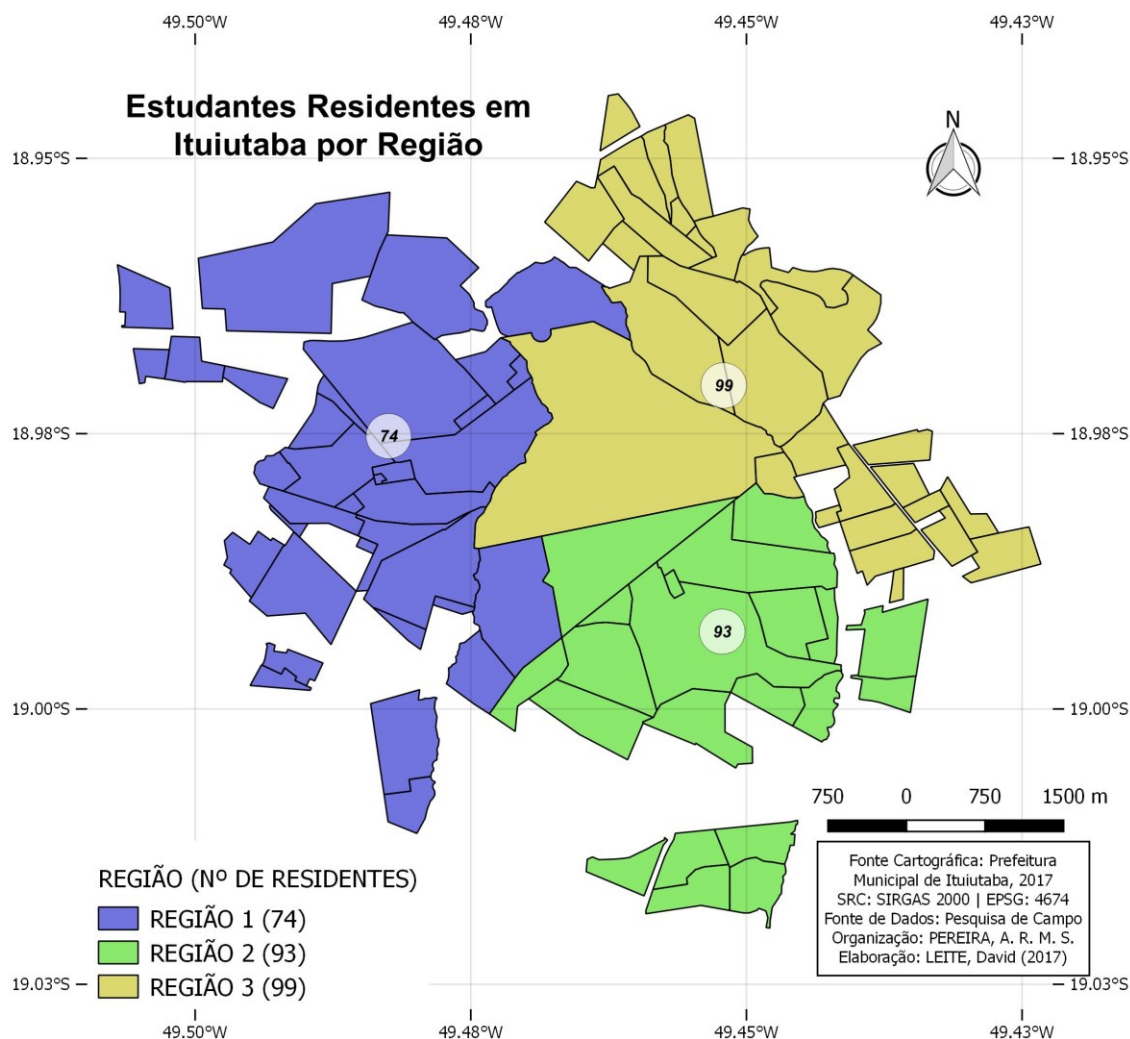
Região	Bairros
Região 1	ALVORADA, CENTRAL, CIDADE JARDIM, DISTRITO INDUSTRIAL MANOEL AFONSO CANCELLA, ESTÂNCIA DONA VIOLA, GUIMARÃES, HÉLIO, JARDIM COPACABANA - RESIDENCIAL CAMILO CHAVES, JARDIM DAS MANSÕES, JARDIM EUROPA, JARDIM JAMILA, JERÔNIMO MENDONÇA, JÚLIA DE PAULA, LAGOA AZUL, LAGOA AZUL II, MARTA HELENA, MIRIM, MORADA DO SOL, NATAL, NOVO MUNDO, NOVO TEMPO II, PIRAPITINGA, PLATINA, PROLONGAMENTO II DO NOVO TEMPO II, RESIDENCIAL DR. MARCONDES BERNARDES FERREIRA, RESIDENCIAL JARDIM ESTADOS UNIDOS, RESIDENCIAL JARDIM EUROPA II, RESIDENCIAL MONTE VERDE, RESIDENCIAL PRIMAVERA, RIBEIRO, SATÉLITE ANDRADINA, SETOR NORTE, SOL NASCENTE, "SOL NASCENTE II 'PROLONGAMENTO' ", VIVENDA ALMEIDA DRUMMOND
Região 2	ALCIDES JUNQUEIRA, BRASIL, CARVALHO, ELÂNDIA, ELDORADO, ESPERANÇA, GERSON BADUY I, GERSON BADUY II, GILCA VILA CANCELLA, INDEPENDÊNCIA, JARDIM DO ROSÁRIO, NOVA ITUIUTABA I, NOVA ITUIUTABA II, NOVA ITUIUTABA III, NOVA ITUIUTABA IV, RESIDENCIAL ITUIUTABA, RESIDENCIAL JARDIM SUL II, SANTA EDWIGES, SANTA MARIA, SETOR SUL, TUPÃ
Região 3	BELA VISTA, CAMARGO, CENTRO, CRISTINA, GARDÊNIA, IPIRANGA, MARIA VILELA, NOSSA SENHORA APARECIDA, NOVO HORIZONTE, PARANAIBA, PORTAL DO CERRADO, PROGRESSO, PROLONGAMENTO PORTAL DOS IPÊS, RESIDENCIAL BURITIS, RESIDENCIAL CANAÃ I, RESIDENCIAL CANAÃ II, RESIDENCIAL DI MARIA, RESIDENCIAL DRUMMOND I, RESIDENCIAL DRUMMOND II, RESIDENCIAL INOCÊNCIO FRANCO, RESIDENCIAL LISBOA, RESIDENCIAL NADIME DERZE JORGE, RESIDENCIAL NADIME DERZE JORGE II, RESIDENCIAL PORTAL DOS IPÊS, SANTO ANTÔNIO, SÃO JOSÉ, SETOR INDUSTRIAL ANTÔNIO BADUY, TIRADENTES, UNIVERSITÁRIO

QUADRO 4: BAIRROS DE ITUIUTABA POR REGIÃO

FONTE: Prefeitura Municipal de Ituiutaba (2017). ORG.: A autora (2017)

Verificou-se uma concentração de 37,2% (99) na região 2, que compreende o bairro onde localiza-se o Campus Pontal, seguida pela região 3 com 35% (93) e a região 1 com 27,8% (74), como demonstrado na Figura 9. Logo, percebemos que não há uma concentração maior em determinado lugar ou região da cidade para essa questão analisada.

FIGURA 9: MAPA DOS ESTUDANTES RESIDENTES EM ITUIUTABA POR REGIÃO



FONTE: Aplicação de formulários (2017). Elaboração: LEITE, David (2017).

No cruzamento das variáveis e articulação com a forma de moradia na cidade, os dados demonstram que 144 dos 299 respondentes residem com suas famílias, 122 em repúblicas, pensão e sozinho, sendo que 33 não responderam essa questão do formulário. A Tabela 6 demonstra os dados estratificados por região e forma de moradia.

A região 1 representa 15,41% do total de respondentes, predominando como forma de moradia residir com a família.

A região 2 representa 49,62 % do total de respondentes, com predominância da forma de moradia residir com a família (42%), seguida por moradia em república (38%), residir sozinho e, casa/apto alugado (16,5%) e as demais formas juntas representado apenas 3,5% do total de respondentes que residem na região 2.

Já a região 3 concentra aproximadamente 35% do total de respondentes sendo caracterizada pelas formas de moradia da seguinte forma: Com a família 57%, Em república e Sozinho em casa/apto alugado 18,3% cada e as demais formas representando 6,4%. No geral, pode-se afirmar que aproximadamente 54% dos respondentes moram com suas famílias, 25,93 % em repúblicas, 15,78% sozinhos em casas ou apartamentos alugados e 4,13% em pensão ou sozinho em casas ou apartamentos próprios. Também é interessante observar que por região há uma maior concentração na região 2, que é onde está localizado o Campus Pontal, seguido pela Região 3, onde o campus localizava-se anteriormente e onde ainda mantém atividades em laboratórios alugados. Ressalta-se que a região 3 contempla ainda outras 2 instituições de ensino superior da cidade.

TABELA 6: ANÁLISE VERTICAL DA FORMA DE MORADIA POR REGIÃO

Região/Forma de moradia	Região 1		Região 2		Região 3		Total	
	Respostas	%	Respostas	%	Respostas	%	Respostas	%
Com a família	36	87	55	42	53	57	144	54,13
Em pensão	0	0	3	02	4	4,3	7	2,63
Em república	2	4,8	50	38	17	18,3	69	25,93
Sozinho (casa/apto alugado)	3	7,2	22	16,5	17	18,3	42	15,78
Sozinho (casa/apto próprio)	0	0	2	1,5	2	2,1	4	1,5
Total/%	41	100	132	100	93	100	266	100

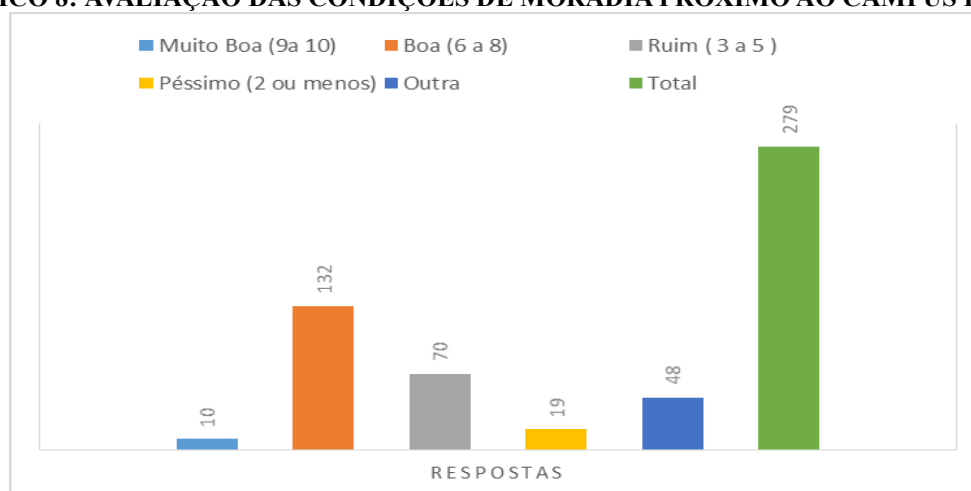
FONTE: Aplicação de formulários (2017). ORG.: A autora (2017)

Os participantes foram questionados sobre a existência ou não de dificuldades nas locações de imóveis na cidade, e registrou-se 173 respondentes para a questão, dos quais 100 afirmaram não ter tido dificuldades na locação de imóveis e 73 afirmaram ter tido dificuldades, apontando com recorrência significativa os fatores: necessidades de fiadores, valor de locação dos imóveis e localização/qualidade dos imóveis. Chamaram a atenção algumas falas, que direcionam para os principais fatores apontados anteriormente. Quanto aos valores e localização: “*I - Os preços abusivos em locais próximos à UFU*”, “*falta de variedade perto da UFU*”, “*sim, pois no bairro próximo da UFU não tem muitos imóveis*” e também relacionados ao serviço prestado pelas imobiliárias da cidade: “*Sim, a principal dificuldade é que tem que*

ter avalista, a segunda os valores são altos”, “sim, as imobiliárias não recebem bem os estudantes, nos tratam com descaso e falta de interesse”, “Sim, se a locação for de imobiliária é mais fácil conseguir fazer um financiamento do que conseguir alugar. Eles exigem muitas coisas, e pra quem não é da cidade é mais difícil ainda”, “sim, pois são bem caros e não possuem muita qualidade”, e “Sim. As imobiliárias exigem muitas coisas que nem sempre é possível arrumar será documentação ou cheque calção e os valores são altos”.

Ainda sobre moradia, foi solicitado ao discente que avaliasse as condições de moradia próximo ao Campus Pontal, e foram registradas 279 respostas que, conforme o Gráfico 8, demonstram que aproximadamente 50% dos respondentes estão satisfeitos e avaliaram como boa ou muito boa as condições de acesso a moradia, 32% insatisfeitos, pois avaliaram como ruim ou péssima, e 18% apontaram a opção “Outra”. É interessante ressaltar que dos 88 respondentes que se mostraram insatisfeitos, 57 responderam que tiveram dificuldades na locação de imóveis.

GRÁFICO 8: AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE MORADIA PRÓXIMO AO CAMPUS PONTAL



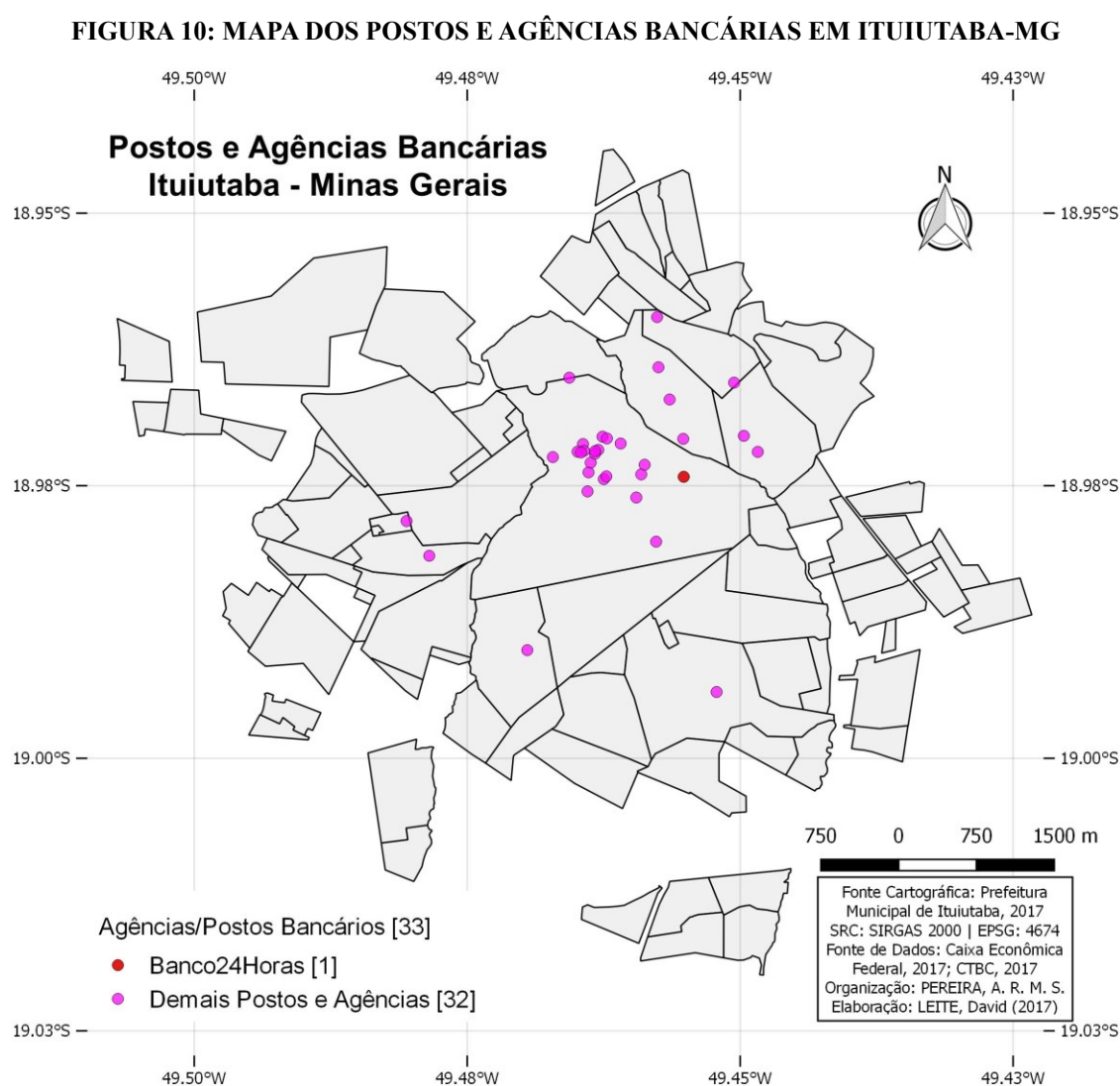
FONTE: Aplicação de formulários (2017). ORG.: A autora (2017)

O formulário também buscou aferir a percepção/opinião do respondente em relação ao acesso aos principais serviços básicos na cidade, como de telefonia, água/esgoto, energia e bancários. A questão foi aberta e foram registradas 247 respostas, que indicaram que alguns serviços estão sendo prestados de forma satisfatória, como o fornecimento de água e energia, com a indicação de que apesar de serem prestados com qualidade, tem um custo alto para o consumidor.

Em relação aos serviços bancários, os principais apontamentos de insatisfação com o serviço estão relacionados com a ausência de caixas eletrônicos e/ou postos de correspondentes

bancários próximos aos campus da universidade, horário de funcionamento e concentração de agências no centro da cidade, dificultando o acesso ao serviço para quem mora nos bairros mais distantes. A Figura 10 traz a localização na cidade dos postos e agências bancárias em Ituiutaba-MG, demonstra a concentração da oferta dos serviços bancários na área central da cidade e também chama a atenção para o fato de haver na cidade somente um posto de atendimento da rede 24 horas que contempla o serviço para diversas Marcas.

Verifica-se também que dos 33 estabelecimentos, 13 são agências bancárias, 12 são correspondentes bancários, 7 são estabelecimentos lotéricos e 1 posto de atendimento do Banco 24 horas (multimarcas), com destaque para o fato de que a marca Caixa Econômica Federal concentra 22 dos 33 estabelecimentos.



FONTE: Aplicação de formulários (2017). Elaboração: LEITE, David (2017).

O serviço de telefonia e internet foram apontados em um número maior de respostas negativas, mostrando a insatisfação com serviço e apontando os principais fatores como: limitação do serviço, preço elevado, lentidão, problemas de sinal, falta de acesso em bairros novos, ausência de resolução dos problemas reportados, falta de agilidade nas instalações e resoluções de problemas, falta de concorrência (uma vez que o serviço é prestado por poucas operadoras). Um ponto interessante observado foi a indicação em algumas falas de que há padrões diferentes na prestação do serviço por localidade ou bairro da cidade.

Foram levantados dados referentes as condições de acesso ao comércio e lazer na cidade. De modo geral, os que afirmam que as condições de acesso ao comércio são “Boas” ou “Muito Boas” representam 75% do total de respondentes. Apesar desse percentual, algumas falas registradas no espaço do formulário destinado para que o aluno se manifestasse livremente chamam a atenção, e estão transcritas a seguir: *“A necessidade de aumentar os cuidados com os bairros próximos a UFU assim como o número de comércio”, “Falta segurança, agência bancária, comércio nas proximidades” e “considerar mais iluminação, pavimento, segurança, acesso a caixas eletrônicos, hospital, mercado e padaria”*.

Outro fator que chamou a atenção é que praticamente 60% dos respondentes avaliaram como ruim ou péssima as condições de acesso a lazer na cidade. Refletindo tal dado, percebeu-se que seria necessário o cruzamento dos dados com os dados de renda e endereço familiar para se avaliar com mais profundidade.

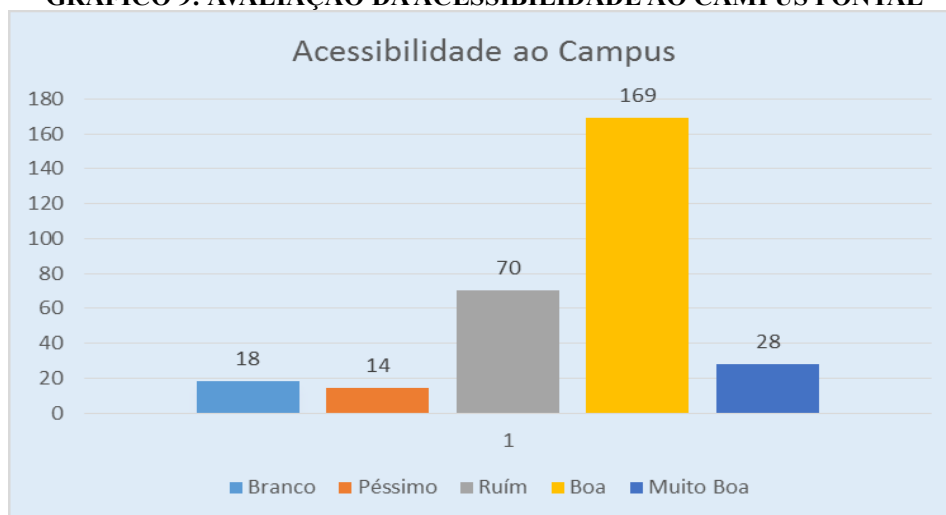
Deste modo, verificou-se que, dos 180 respondentes que classificaram como ruim ou péssima as condições de acesso a lazer, 60% se enquadram em faixas de renda familiar de até 3 salários mínimos, 37,2% com renda familiar acima de 3 salários mínimos e 2,8% não indicaram faixa de renda familiar.

Observa-se ainda que 50% dos respondentes tem endereço familiar em Ituiutaba, 37,2% em outras cidades, 5,5% em cidades da microrregião e em Uberlândia e 2% não indicaram endereço. Se considerarmos que os percentuais mais altos são de perfis com renda familiar até 3 salários mínimos e com endereço familiar em Ituiutaba, podemos inferir que o acesso ao lazer está relacionado a condições financeiras. Porém, ressalta-se que a questão poderia ter sido melhor elaborada e não conseguiu atingir o propósito de uma avaliação efetivamente qualitativa, uma vez que não foi definido o que o respondente considera lazer e, nesse caso, a análise possível foi somente a quantitativa.

Perguntados sobre a acessibilidade ao campus, a maioria dos respondentes consideram-na boa ou muito boa, conforme pode ser visualizado no Gráfico 9. É interessante observar as respostas e confronta-las com as imagens do local por meio das Figuras 12 e 13 e também com

demandas apresentadas à Prefeitura Municipal de Ituiutaba via II Fórum Comunitário realizado em 22/07/2017 pelo PET Matemática Pontal¹⁸, que apontou a necessidade de construção de calçamento de concreto na entrada do Campus, com ênfase para o local onde está o ponto de ônibus, além da demanda por sinalização de trânsito com destaque para a necessidade de faixas de travessia de pedestre.

GRÁFICO 9: AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE AO CAMPUS PONTAL



FONTE: Aplicação de formulários (2017). ORG.: A autora (2017)

Considerando-se que o acesso ao campus é por entrada improvisada, por um trevo/rotatória sem calçadas para pedestres, sem sinalização, com instalação de ponto de ônibus precário em tenda improvisada e transporte público nas mesmas condições, como demonstra a Figura 11, chama a atenção que mais de 60% dos respondentes apontem como boa ou muito boa a acessibilidade ao Campus. A construção do acesso definitivo previsto no plano diretor da instituição está em discussão e depende da administração municipal e institucional. Porém, o provisório é o que temos desde 2012, ou seja, há 5 anos.

Para verificar mais a fundo a questão levantada, procedeu-se o cruzamento desse dado com o meio de transporte utilizado e concluiu-se que somente 26 dos 197 respondentes que apontaram como boa ou muito boa a acessibilidade ao campus, ou seja, 13%, vêm para o campus caminhando, 37 (18%) via transporte coletivo urbano e 78 (40%) em veículos próprios, seja ele moto ou carro. Já em relação aos respondentes que apontaram como ruim ou péssima a acessibilidade ao campus, sendo eles 84 ou 28,09% do total de respondentes, 21 deles vem

¹⁸ Programa de Educação Tutorial – PET Curso de Matemática da FACIP/UFU organizou e realizou o I Fórum Comunitário sobre infraestrutura no entorno do Campus Pontal no ano de 2017.

Fonte: <http://www.comunica.ufu.br/noticia/2017/04/comunidade-e-autoridades-debtem-infraestrutura-do-campus-pontal>. Acesso em Jul./2017.

caminhando para o campus e 20 de veículo próprio. Logo, o meio de transporte utilizado interfere na visão do respondente sobre as facilidades e/ou dificuldades de acesso ao campus.

As condições de acesso ao campus também estão ligadas às questões de segurança pesquisadas e com apontamento de reflexos negativos. Dos respondentes (299), 10 se absteram de opinar sobre a segurança no entorno do campus e 75% apontaram-na como ruim ou péssima. É um número que chama a atenção e não podemos nos furtar a analisá-la, mesmo considerando que segurança seja um problema generalizado da sociedade, e não uma particularidade do espaço objeto de estudo.

O posto policial mais próximo está localizado a aproximadamente três quilômetros e apesar de haver o patrulhamento e o serviço de posto móvel da polícia militar, estes não são suficientes para atender a demanda gerada com a ampliação e desenvolvimento desse setor da cidade.

FIGURA 11: ENTRADA/ACESSO AO CAMPUS PONTAL DA UFU POR VISTA AÉREA



FONTE: CURY, Raquel Balli (2017).

Corroboram com esses dados, as falas dos alunos quando se manifestaram de forma livre em questão aberta, quais sejam: *“seria plausível o investimento na segurança dos alunos nas dependências da FACIP e no entorno do bairro e principais avenidas e ruas de acesso ao campus com patrulhamento policial e câmeras de segurança”*, *“é importante que o campus se atente a segurança dos universitários, pois os mesmos estão com problemas para chegar ao campus como furtos”*, *“caixa eletrônico no campus e cortar os matos nas proximidades do campus”*, *“a maior dificuldade do estudante da ufu pontal com a mobilidade urbana, o campus*

é muito isolado a segurança é muito pouca”, “por favor preste atenção no assunto segurança”, “falta carpir o mato próximo a UFU e caixa eletrônico próximo ao campus” , “carpir mato, caixa eletrônico no campus” e “há muito mato alto em torno da faculdade, falta caixa eletrônico, falta de iluminação, segurança e calçada”.

Ao analisarmos nas Figuras 12, 13 e 14 o campus por uma vista aérea, podemos observar que ele está localizado em uma área da cidade que ainda não foi totalmente ocupada. É uma área periférica da cidade, com pouca iluminação e com fluxo de pessoas e veículos significativo em função do trevo de acesso ao campus, e que também dá acesso aos novos bairros: Gerson Baduy e Nova Ituiutaba I, II, III e IV.

O setor Sul recebeu nos últimos anos equipamentos de serviços como a UFU e o IFTM, além dos conjuntos habitacionais populares Carlos Dias Leite e Nova Ituiutaba I, II, III e IV, e também a empreendimentos particulares como o Spazio Colina do Grupo de Baduy que modificaram significativamente a dinâmica e a paisagem do local.

FIGURA 12: IMAGEM DE SATÉLITE DOS BAIRROS NO ENTORNO DA UFU



FONTE: Google Earth Pro (2018).

FIGURA 13: VISTA AÉREA DA ÁREA DE LOCALIZAÇÃO DO CAMPUS PONTAL



FONTE: CURY, Raquel Balli (2017).

FIGURA 14: VISTA AÉREA DA ÁREA DE LOCALIZAÇÃO DO CAMPUS PONTAL



FONTE: CURY, Raquel Balli (2017).

Acerca dessa modificação e dos equipamentos de serviços lá instalados, há registro na literatura da possibilidade de especulação imobiliária envolvendo a doação do terreno onde hoje está construído o Campus Pontal da UFU, e nesse sentido, Silveira afirma que:

[...] nessa área observamos que há um projeto para a instalação de um loteamento aberto que será construído nas proximidades da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Campus Pontal. Esse loteamento, será considerado uma 3ª fase do loteamento Spazio Colina, implantado pelo grupo Baduy, empresa de capital local. Para tanto esses incorporadores locais doaram uma parcela de terras para a instalação da UFU, visando uma valorização da outra parcela de terras do entorno. (SILVEIRA, 2012, p. 35)

Essa especulação imobiliária, ou seja, a valorização da terra também pode estar influenciando nos espaços não construídos e sem calçamento, uma vez que os terrenos foram adquiridos para investimento com expectativa de sua valorização. Ressalta-se ainda a existência de dois empreendimentos importantes na região, que são o Parque do Goiabal e o Aeroporto da cidade, ambos em situação de estagnação, visto que o parque que já foi um ponto turístico de grande atratividade e ambiente de lazer da cidade e o aeroporto que atua de forma particular e não conta com a oferta de voos comerciais. Ainda segundo Silveira (2012),

[...] ambos podem vir a se constituírem em empreendimentos importantes no âmbito da expansão territorial urbana, caso venham a receber investimentos que ampliem seus papéis e os tornem mais “atrativos” no contexto do espaço urbano. (SILVEIRA, 2012, p. 35)

O desenvolvimento da área considerada o entorno do Campus suscita discussões que vão além dessa pesquisa, e tratam da produção do espaço urbano da cidade de Ituiutaba. Porém, ressalta-se a relação dos aspectos dessa produção nas tensões e relações sociais que resultam no espaço socialmente produzido, objeto da pesquisa.

Com relação ao espaço denominado Campus Pontal da UFU propriamente dito, os respondentes foram provocados a opinar sobre a estrutura física e acessibilidade dos prédios, sinalização, conhecimento dos setores administrativos e de apoio e acesso a informação no Campus.

Sobre a estrutura física, acessibilidade e sinalização dos prédios a avaliação dos respondentes aponta para boa ou muito boa, com percentual em torno de 80%, e baixa abstenção. Nota-se que aproximadamente 10% do universo pesquisado apontou para estrutura e/ou acesso ruim ou péssimo. Quando confrontamos esse dado com os fatos destacados abaixo, questiona-se a qualidade do dado e surgem indagações do tipo: a pergunta teve a abrangência pretendida? Ou o respondente não analisou de forma ampla a pergunta e respondeu aleatoriamente? Nas entrevistas, bem como em pesquisa documental, foi possível ponderar algumas questões de ordem mais qualitativa sobre a temática que permitiram elencar os fatos destacados:

- A estrutura de laboratórios de vários cursos como Química, Ciências Biológicas, Geografia e Engenharia de Produção estão em prédios alugados sem a infraestrutura adequada e há uma distância de aproximadamente 5km;
- Nos relatórios emitidos oficialmente pela Comissão Própria de avaliação CPA-UFU, discentes apontam como fragilidade a quantidade insuficiente de laboratórios e a ventilação dos mesmos;
- Os prédios não possuem rampas de acesso aos andares superiores e sim plataformas de acessibilidade que constantemente estão em manutenção e em caso de falta de energia pouco auxiliarão;
- Não existem passarelas cobertas ligando os blocos, o que torna difícil o acesso em dias de chuva;
- O estacionamento ocupa área improvisada e não pavimentada, tornando a poeira ou chuva em um obstáculo ao usuário;
- Serviços de reprografia mais acessível aos estudantes.

Com relação ao conhecimento dos setores administrativos e de apoio da universidade, ressalta-se que a maioria dos respondentes, 212 (71%) alegaram não conhecer todos os setores do campus e quanto a suficiência/insuficiência de informações disponibilizadas sobre função e/ou horário, percebe-se um certo equilíbrio entre as respostas, quando 55% alegam ser suficientes e 41,2 insuficientes.

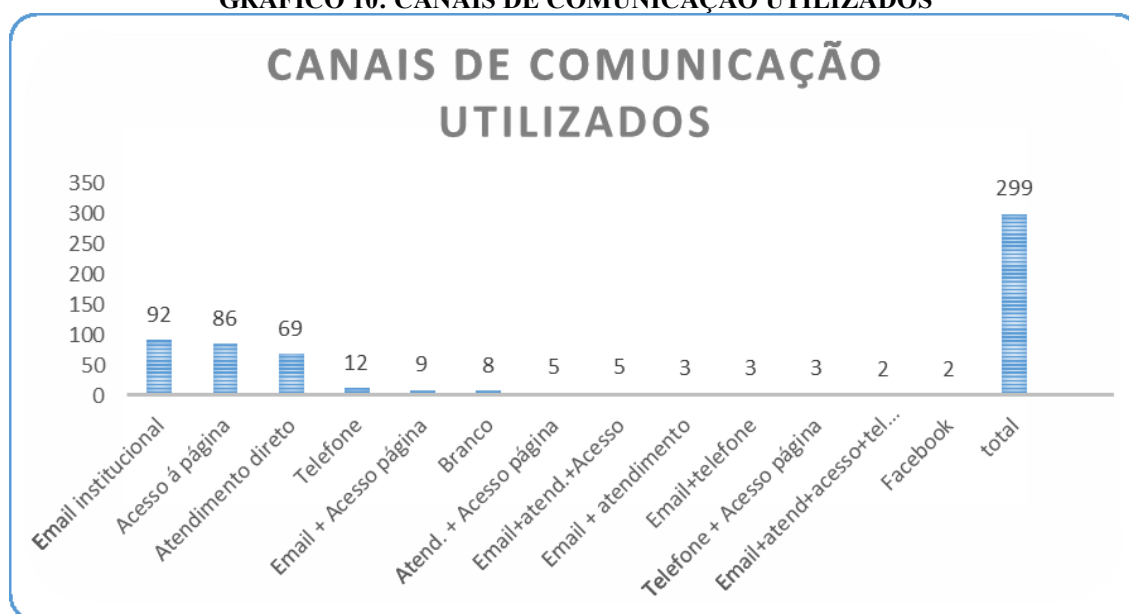
O índice percentual de respondentes que alegaram ser insuficientes as informações disponibilizadas é algo a ser considerado. Diante do dado coletado e tabulado, buscou-se averiguar as informações a partir da página oficial da FACIP e pode-se inferir que dos setores vinculados ao Campus Pontal, ou seja, da Unidade Acadêmica compreendendo direção e cursos e setores administrativos e sobre seus respectivos endereços eletrônicos: os acesso ao CTI, PREFE, PROGRAD e PROPP não tem link disponível, o acesso a PROGEP e Biblioteca estão disponíveis e atualizados, porém destaca-se que ao estudante o site da PROGEP não tem relevância e o site da PROEXC está desatualizado.

O acesso aos cursos é bem interessante, estão todos disponíveis, porém nenhum deles e nem a secretaria da direção trazem informações sobre horários de funcionamento e tipos de atendimento, ressaltando-se a falta de padronização das páginas. Registra-se que consta no plano de gestão 2017-2020 da FACIP a elaboração de novo site.

Esse percentual pode estar atrelado ao fato de serem alunos ingressantes e não terem tido muito contato ainda com a Universidade, mas também remete à necessidade de integração desses alunos aos espaços e serviços da Universidade. Essa necessidade é também sentida e apontada por eles quando 55% entendem ser necessário a utilização de um dispositivo de integração do estudante ingressante a universidade.

Sobre os canais de comunicação disponíveis e utilizados, a maioria absoluta dos respondentes, ou seja, 97,6% disseram já ter acessado a página eletrônica da UFU. Os principais meios de comunicação utilizados pelos discentes, segundo dados coletados, apontam para o e-mail institucional, seguido pelo acesso à página eletrônica e pelo atendimento direto. O Gráfico 10 demonstra os canais de comunicação utilizados e, a partir das informações nele contidas, observa-se que aproximadamente 12,7% dos respondentes utilizam mais de um canal de comunicação, com destaque para a rede social, que tem representação muito pequena dentro dos dados analisados, e para o atendimento direto, que é usado por uma parcela significativa dos respondentes, qual seja: 69 alunos que representam 23% do total de respondentes.

GRÁFICO 10: CANAIS DE COMUNICAÇÃO UTILIZADOS



FONTE: Aplicação de formulários (2017). ORG.: A autora (2017)

A partir da informação de que o percentual de respondentes que aponta a insuficiência das informações disponibilizadas é significativo, somado ao fato de que os principais canais de comunicação utilizados são os e-mails institucionais e o acesso à página, é salutar apontar a necessidade de uma modernização das páginas com a ampliação e atualização das informações disponibilizadas.

Um ponto significativo observado refere-se ao fato de, quando perguntados sobre o acesso às informações disponíveis nos sites da UFU, da FACIP e dos Cursos de Graduação, a maioria, representada por uma média de 80% dos respondentes, considera que é ótimo ou bom, conforme Quadro 5, que traz a tabulação desses dados. Há que se considerar também as considerações pertinentes a essa questão colocadas no espaço deixado para que o aluno se manifestasse livremente.

Nessas colocações, o acesso e a melhoria das informações aparece representando a parcela restante, ou seja, os 20% que não considera ótimo ou bom e, como dados qualitativos devem ser considerados, como demonstram as falas transcritas a seguir: *“Questões de horário da academia e as coisas da progridi, há falta de organização”, “quando ingressei achei bastantes complicado o site da UFU. Descomplica”, “Falta informações sobre o que a faculdade tem a oferecer ao estudante” e “o site da FACIP há tanta informação que as vezes fica difícil de achar algo poderia ter uma organização melhor”*.

QUADRO 5: ACESSO A INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

Site/Ref.	Ótima/Bom		Ruim/Péssimo		Branco/N.S. O.	
	Respostas	%	Respostas	%	Respostas	%
UFU	253	85%	40	13%	6	2%
FACIP	236	79%	50	17%	13	4%
CURSO	232	78%	57	19%	10	3%
MÉDIA	240,33	80%	49,00	16%	9,67	3%

FONTE: Aplicação de formulários (2017). ORG.: A autora (2017)

Um dos serviços mais significativos prestados aos estudantes no campus Pontal refere-se ao Restaurante Universitário (RU), que foi inaugurado em 2014 e serve anualmente uma média de cento e trinta mil refeições que compreende café da manhã (somente para alunos bolsistas), almoço e jantar. A equipe que gerencia e executa os serviços prestados pelo RU é composta de nutricionistas, cozinheiros, auxiliares de cozinha, técnico desportivo e assistente em administração. Pesquisas de satisfação dos usuários são realizadas e publicadas anualmente pela equipe e disponibilizadas publicamente.

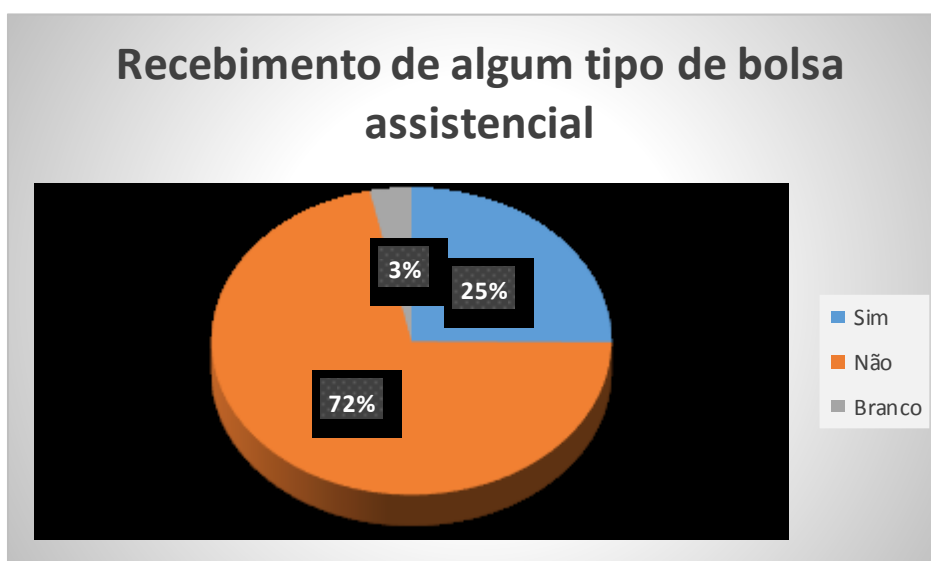
Dos respondentes, 299 alunos ingressantes do ano de 2016, 237, ou 79% informaram utilizar os serviços do RU. Dos respondentes que declaram utilizar os serviços do RU, somente 29,11% recebem algum tipo de bolsa assistencial.

Nas entrevistas, surgiu a informação de que havia a necessidade de ampliação das instalações em função de haver filas e consequentes atrasos nas aulas por parte dos usuários. De acordo com informações do setor¹⁹, disponibilizadas nos relatórios de pesquisa de satisfação dos usuários, as filas se devem ao fato de haver somente uma entrada para o restaurante e apenas um local de distribuição de refeição, o documento indica a solicitação de aumento de pessoal para agilizar a distribuição e diminuir o tempo de espera.

As bolsas assistenciais (alimentação, moradia e transporte) concedidas aos alunos de cursos presenciais da UFU em situação de vulnerabilidade socioeconômica, de modo a contribuir para a permanência e conclusão de curso nesta Universidade, são regulamentadas pela Resolução n. 03/2013²⁰, do Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (CONSEX).

Dos 299 respondentes, 75 ou 25%, afirmaram receber algum tipo de bolsa, conforme demonstra o Gráfico 11.

GRÁFICO 11: RECEBIMENTO DE BOLSA ASSISTÊNCIA.

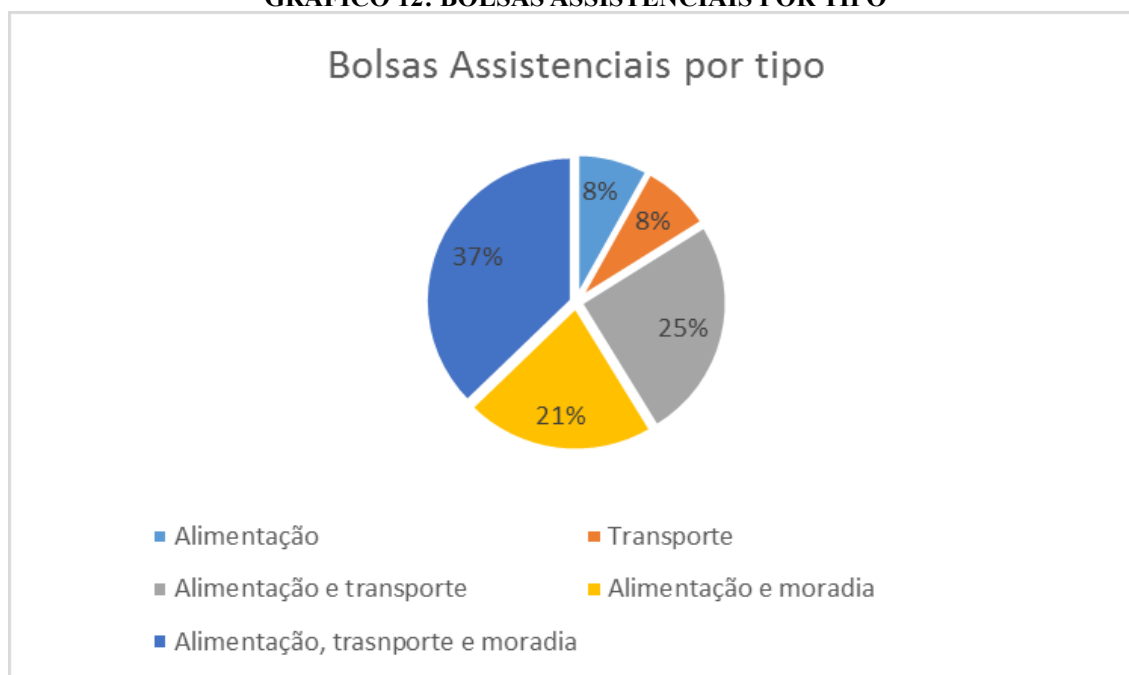


FONTE: Aplicação de formulários (2017). ORG.: A autora (2017)

Dos alunos entrevistados que recebem algum tipo de bolsa, segundo dados demonstrados no Gráfico 12, mais de 80% recebem mais de um tipo de bolsa, com destaque para o fato de que 37% deles recebem os três tipos de bolsa.

¹⁹ A Pró-reitora de Assistência Estudantil da UFU disponibiliza diversas informações sobre os Restaurantes Universitários UFU na sua página oficial com acesso pelo link: <http://www.proae.ufu.br/ru> Acesso Dez.2017.

²⁰ Disponível em: <<http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSEX-2013-3.pdf>>. Acesso Dez 2017.

GRÁFICO 12: BOLSAS ASSISTENCIAIS POR TIPO

FONTE: Aplicação de formulários (2017). ORG.: A autora (2017)

Ressalta-se que o acesso às bolsas é por meio de edital, que normalmente é publicado nos primeiros dias de aula; um ponto que pode ser considerado limitador para os alunos ingressantes é a quantidade de documentos a organizar.

3.2 Espaço geográfico e dificuldades de permanência do aluno no ES – essa relação existe?

A partir da análise dos dados apresentados na sessão anterior, é possível afirmar que a relação entre o espaço geográfico e social da Universidade, considerando-se o campus e a cidade, e a permanência do aluno existe e é significativa. As análises da origem domiciliar, faixa de renda e meio de transporte apontam para um público da cidade, com faixa de renda mais baixa e com utilização de vários meios de transporte. Chama a atenção as dificuldades dos estudantes na utilização do transporte público, que segundo dados da pesquisa, se apresenta precário e de pouca qualidade.

Outro aspecto de muita relevância na análise dessa relação, é a questão da segurança. A pesquisa apontou que os estudantes não se sentem seguros nas proximidades do Campus.

Há que se considerar a área urbana onde o campus está localizado que é significativamente distante do centro urbano, com muitos lotes vazios, sem calçamento e estrutura de comércio e serviço disponível. Tal considerações podem estar relacionadas a algumas questões que merecem reflexão, tais como: a especulação imobiliária no entorno do

campus, o modelo de campus universitário, a atuação do poder público municipal, e, a atuação da comunidade empresarial da cidade.

A especulação imobiliária e a venda dos lotes de terrenos em tempo recorde com o anúncio da construção do campus, culminou em um aglomerado de terrenos adquiridos para valorização, como investimento e não na aquisição dos lotes para construção de moradias e prédios comerciais. É perceptível a concentração de algumas quitinetes que foram construídas e estruturadas para atender o público estudantil. O ritmo de construção e ocupação efetiva dos espaços se dá num ritmo lento e os problemas gerados pelas áreas vazias, como mato alto, falta de calçamento, ruas escuras e isoladas, contribuem para o aumento da insegurança dos usuários do campus, que tem que transitar por esses espaços.

Os modelos brasileiros de Campus, sofreram influências francesas e americanas. Segundo Buffa e Pinto (2016) a ideia de cidade universitária teve origem francesa e a ideia de campus universitário inspiração americana. Os autores apontam ainda que

A possibilidade de um espaço muito mais amplo, de instalações mais adequadas para ensino, pesquisa, atividades coletivas de cultura, esportes, lazer, moradia são sempre muito sedutoras... (BUFFA e PINTO, 2016, p. 819)

Os autores ainda chamam a atenção para as dificuldades financeiras de se manter tais estruturas, além do fato de o distanciamento das malhas urbanas trazer um certo preço a se pagar. O modelo americano, que inspirou os campi brasileiros, possui uma estrutura altamente complexa e cara, e no Brasil as adaptações revelam uma opção dispendiosa e que carece de constante manutenção. A realidade brasileira nos mostra estruturas inacabadas, improvisadas como é o caso do Campus Pontal. Não tem projeto de moradia estudantil, o restaurante universitário que atende grande parte da comunidade do campus ocupa espaço improvisado, o espaço da biblioteca não atende às demandas para guarda das obras e espaços de estudo, o acesso ao campus não tem iluminação suficiente, os espaços destinados a prática de esportes e lazer não se concretizou por não haver consenso na alteração do plano diretor para viabilizar a obra.

E, nesse sentido, Buffa e Pinto (2016) apontam que no caso de projeto e construção de campus, a dificuldade reside no tamanho do empreendimento, na quantidade de opiniões diferentes e na diluição dos poderes de decisão. Ao contrário das afirmações dos autores de que as opiniões dos profissionais responsáveis pela elaboração do projeto são importantes, mas limitadas, no caso do Pontal, o arquiteto responsável não concordou com a alteração do plano diretor e o processo não seguiu adiante.

Por fim, o que se observa é uma segregação social a partir do distanciamento entre campus e cidade, distância que não é somente física, mas cultural e simbólica também.

Essa distância pode ser percebida na dificuldade encontrada pelos estudantes para locar imóveis na cidade. A pesquisa apontou para dificuldades burocráticas (necessidade de fiadores, muitas exigências contratuais que muitas das vezes os estudantes não conseguem atender) e dificuldades de ordem financeira (altos preços). É significativo também observar que a cidade, de pequeno/médio porte, tem características conservadoras e não estava preparada para receber a quantidade de estudantes que recebeu. A cidade tem adquirido a partir da instalação de 5 instituições de ensino superior, características de polo universitário na região.

O poder público municipal, por meio do PDME/2015 apontou para a necessidade de ação desta instância na melhoria do ensino superior na cidade. Pereira et al (2017) faz uma crítica sobre a sobreposição de competências, uma vez que o plano estabelece metas que vão além das atribuições do município para esse nível de ensino. Uma contribuição interessante do PDME trata-se da meta 20, que não possui meta correspondente no PNE, e propõe viabilizar programas de melhorias na infraestrutura e urbanização da cidade, oportunizando melhores condições culturais, de lazer, saúde, moradia e mobilidade urbana (ITUIUTABA, 2015). O plano traz ainda indicadores que relacionam a alta evasão em uma determinada instituição a possíveis problemas de localização e transporte urbano.

A Secretaria Municipal de Educação, por meio de entrevista, informou que as metas do plano estão sendo revisitadas e reavaliadas para verificar o seu cumprimento, inclusive das parcerias com as demais secretarias que estão diretamente envolvidas, como a de obras públicas e transporte. Falou sobre a mudança de gestão, com destaque para a elaboração do Plano Diretor da cidade, que contemplaria algumas questões elencadas nas estratégias da meta 20 e que afetam diretamente a comunidade universitária da cidade. A representante da SME apontou que não eram estratégias difíceis de se concretizar, mas que dependeriam de vontade do poder público.

Ressalta-se que a Universidade tem se movimentado para cobrar das lideranças sociais e políticas ações de melhoria da estrutura urbana no entorno do campus com a realização de alguns fóruns comunitários já mencionados ao longo do texto.

Outro ponto sensível para identificar as dificuldades de permanência do aluno no ensino superior refere-se às bolsas assistenciais, o tema já foi abordado na análise dos dados porém, dada a sua relevância e transversalidade com os demais pontos da pesquisa, ele é constantemente retomado ao longo do texto. Os editais são publicados costumeiramente no início de cada semestre e a oportunidade é concedida aos estudantes ingressantes, porém,

verifica-se que somente 25% dos entrevistados recebiam algum tipo de bolsa. Segundo o setor, diante da burocracia na entrega de documentos muitos dos ingressantes que não estão integrados ainda à rotina da universidade perdem a oportunidade de concorrer por não saber organizar a papelada.

Nesse sentido, aponta-se como necessário um movimento de integração que se iniciasse no processo de matrícula, com informações consistentes e de fácil acesso a todos e não somente no momento da recepção aos ingressantes, que é feita na primeira semana de aula.

A recepção/integração dos alunos na primeira semana de aula é importante, mas há informações que o estudante deveria obter antes do início das aulas, momento em que ocorre a recepção dos ingressantes por parte da administração superior. Registra-se que alguns cursos fazem eventos de acolhimento aos seus ingressantes e apresentam resultados significativos.

Registra-se que nos últimos dois anos o pagamento das bolsas aconteceu com consideráveis atrasos, marcado por protesto dos estudantes com ocupação dos prédios administrativos em dois momentos. Nestes protestos também reivindicou-se a manutenção do contrato com o Ituiutaba Clube para a prática de esporte e lazer, que também se constitui espaço de socialização dos estudantes.

Diante do cenário de instabilidade econômica e principalmente política, pondera-se sobre as decisões até então tomadas pela universidade no que tange aos investimentos feitos com os recursos da assistência estudantil, e, diante dos cortes profundos feitos pelo governo que comprometem o bom funcionamento da universidade, se não seria razoável considerar que se tivesse feito um esforço para a utilização dos recursos vindos para a construção do CEU em Ituiutaba e a implementação de construção de moradia estudantil próxima aos campi com estrutura simples para atender a mais alunos que não teriam que se angustiar na expectativa e/ou na incerteza do recebimento da bolsa moradia.

A realização dos Fóruns de Assistência Estudantil, implementados a partir de 2017, tem a pretensão de discutir e melhorar a utilização desse recurso, pena que 7 anos após a implementação do programa. Essa característica de proceder as discussões, planejamentos e avaliações tardias é típica brasileira e há que se trabalhar muito para modificar essa cultura.

4 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – CONCEPÇÕES E BREVE HISTÓRICO

Para além das discussões sobre as políticas e práticas de democratização e acesso à educação em nível superior, é necessário analisar o que se tem feito para garantir a permanência do aluno, analisando mesmo que brevemente, as perspectivas históricas da instituição pesquisada. Segundo Nunes e Veloso,

O esforço dos agentes envolvidos no campo da educação superior publica dando centralidade nas discussões dos elementos importantes para a permanência do estudante na universidade pública é pauta contemporânea e objeto de reflexão. (NUNES e VELOSO, 2015, p. 817)

Os pressupostos da assistência estudantil estão em garantir condições para que o aluno em vulnerabilidade social consiga cursar e concluir sua graduação ou pós-graduação e no Brasil. Essa construção histórica tem início em 1928 com a construção da Casa do Estudante Brasileiro em Paris, para atender os estudantes brasileiros com dificuldades de se manter e fixar residência, seguido pelas reformas universitárias de 1931 e 1968 que incluíam aportes financeiros, representação estudantil em colegiados dentre outros.

A assistência estudantil também é contemplada na promulgação das constituições federais de 1934 e 1946: na primeira, é instituído o repasse de verbas para assistir alunos carentes; na segunda, a educação é instituída como um direito de todos e passa a gerar a necessidade de garantir o acesso a todos. Em 1970, foi criado o Departamento e Assistência ao Estudante (DAE), vinculado ao Ministério da Educação, visando instituir políticas de assistência estudantil com ênfase nos programas de moradia, alimentação e assistência médica e odontológica (COSTA, 2010, p. 54).

Sobre esse período da construção histórica da assistência estudantil, Costa observa que

A assistência estudantil foi marcada pela informalidade. Desde as suas primeiras manifestações, verificou-se um caráter pontual, descontínuo e marcado pela escassez de recursos. As ações eram focadas para auxiliar as dimensões econômicas da assistência estudantil. Havia uma preocupação em sanar os problemas básicos e emergenciais dos estudantes, como moradia e alimentação. (COSTA, 2010, p. 60)

Vários acontecimentos importantes sucedem esse período. Em 1987, teve início a realização do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FORNAPRACE). Em 1988, a nova Constituição Federal é promulgada, e dela decorre o PNE, que é aprovado em 2001 com objetivo de melhoria geral do ensino e redução de desigualdades

sociais no acesso e na permanência na escola. Em 2007, é estruturado o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) para a articulação de ações assistenciais para a permanência e a conclusão de curso por parte dos estudantes carentes, na perspectiva de inclusão social, melhoria de desempenho acadêmico e qualidade de vida. Primeiramente foi instituído por medida provisória em 2008 e posteriormente, em 2010, o MEC oficializou o Decreto 7.234 que dispõe sobre o PNAES (BRASIL, 2010).

Ressalta-se que o PNAES é um plano de alcance nacional, porém as formas de utilização dos recursos destinados à sua execução são determinadas no âmbito de cada universidade. Segundo Costa (2010, p. 67), cada universidade tem autonomia de utilizar os recursos disponibilizados, conforme as suas necessidades e especificidades locais.

E, reforçando a importância do papel das universidades no gerenciamento dos recursos do PNAES, no processo de permanência do estudante,

As políticas de permanência são identificadas por uma perspectiva que não se encerra nas ações de assistência estudantil, mas abarcam s aspectos de infraestrutura, física e tecnológica, e das condições didático-pedagógicas proporcionadas aos estudantes nas IES. (MACIEL et al, 2016, p. 761)

4.1 O PNAES na UFU sob a perspectiva da permanência dos alunos na Universidade

No âmbito da Universidade Federal de Uberlândia, a Assistência Estudantil é gerida pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e norteadada pela legislação nacional e por resoluções internas que dispõe sobre a concessão de bolsas aos estudantes.

São disponibilizadas bolsas moradia, transporte urbano e interurbano e alimentação, além de programas e projetos de assistência que compreendem empréstimo de instrumental odontológico, aquisição de material didático, bolsas de estudos na central de línguas, curso de inglês, curso de informática gratuito, orientação social, apoio pedagógico, psicoterapia individual, grupos com função terapêutica, orientação em saúde mental e procedimentos psicológicos, ações psicoeducativas, recepção aos ingressantes e familiares, além dos programas de incentivo a formação para a cidadania, cultura, esporte e lazer, programa de alimentação vegetariana, com destaque para o restaurante universitário com a humanização deste.

Segundo dados disponibilizados pela instituição em sua página eletrônica, elaborou-se a Tabela 7, que demonstra a evolução da oferta de bolsas e, objetiva subsidiar uma análise da evolução da oferta das mesmas comparando com a evolução das matrículas no mesmo período.

TABELA 7: EVOLUÇÃO DA OFERTA DE BOLSAS E MATRÍCULAS NA UFU

Programa/Projeto UFU	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
¹ Bolsa Moradia	229	389	650	853	1251	1337	1385
¹ Bolsa Transporte urbano	441	864	1138	1523	1687	1730	1783
¹ Bolsa Transporte interurbano	-	77	127	147	192	208	219
¹ Bolsas alimentação	1508	1648	2267	2579	3364	3347	3525
¹ Matrículas (dados gerais)	13327	14566	18189	19591	18969	ND	20472
Relação bolsas/matrículas	16%	20%	23%	26%	34	ND	34
Bolsas moradia Pontal	¹ 83	¹ 92	¹ 112	¹ ND	² 198	² 227	² 242
Bolsas Transporte Urbano Pontal	¹ 0	¹ 0	¹ 128	ND	² 351	² 415	² 393
Bolsas alimentação Pontal	¹ 303	¹ 411	¹ 466	ND	² 611	² 599	² 710

ND = não disponível; ¹ Dados anuários UFU; ² Dados PROAE/Pontal
 FONTE: Universidade Federal de Uberlândia (2017). ORG.: A autora (2017).

Na construção da tabela, nos deparamos com a ausência de alguns dados que não foram obtidos na pesquisa documental e não foram respondidos pelo setor. Registra-se ainda que os dados disponibilizados pela PROAE/Pontal referem-se a médias ponderadas de 7 meses para os anos de 2013 e 2014 e média ponderada de 12 meses para o ano de 2015. Durante a pesquisa, foi verificado que o setor utiliza sistema manual e precário de preenchimento de planilhas para o acompanhamento das concessões de bolsas e ordenamento financeiro e em função de tal fato não foi possível o levantamento de todos os dados do período analisado. Ressalta-se que no I Fórum de Assuntos Estudantis²¹, ocorrido em Dezembro de 2017, a PROAE aponta como ações

²¹ I Fórum de Assuntos Estudantis – disponível em: http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/apresentacao_proae-dires.pdf. Acesso em: Dez/2017.

empreendidas, o “*Início do cadastro de bolsistas no Sistema de Gestão para acompanhamento da vida acadêmica do bolsista em relação aos requisitos de manutenção das bolsas de acordo com a Resolução CONSEX nº 03/2013*”.

Registra-se a construção de um prédio para fins de moradia estudantil, localizado na sede e fora dos campi, que garante residência temporária ao estudante da UFU, com 152 vagas distribuídas em 26 apartamentos mobiliados, e a disponibilização de transporte intercampi (urbano e interurbano).

4.2 O PNAES na FACIP e as possíveis relações com a permanência dos alunos

Para o atendimento às demandas do Campus Pontal, registra-se convênio firmado com um clube da cidade de Ituiutaba para a promoção da prática de esporte e lazer dos alunos, construção de um restaurante universitário que foi inaugurado em 2014 e está servindo anualmente uma média de cento e trinta mil refeições que compreende café da manhã, almoço e jantar, academia universitária bem estruturada, além de vários programas e projetos que incentivam o desenvolvimento social, humano e acadêmico do estudante.

Na cartilha de Assistência Estudantil²², o Centro Esportivo Universitário (CEU) do Campus Pontal consta como sendo o Ituiutaba Clube. Porém, o contrato com clube é firmado entre a Fundação de Apoio Universitário (FAU) e o Clube com tempo certo de término, com registro de interrupção durante o ano de 2017, sendo o mesmo a partir de manifesto dos estudantes prorrogado até o final do ano de 2017. A média de valor mensal do contrato gira em torno de R\$5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), conforme dados obtidos junto ao clube pela assessoria da reitoria no Campus Pontal, média ponderada em dados de três meses do segundo semestre com atendimento médio de 550 alunos/mês e 1,26 acesso por aluno/mês. O Ituiutaba Clube tem sua sede próxima ao Campus, com distância aproximada de 1,5 km, e tem sido utilizado como espaço de socialização dos estudantes, principalmente os que tem endereço familiar fora da cidade de Ituiutaba.

Ainda sobre o CEU, a verba própria para construção chegou a ser destinada à sua construção nas dependências do Campus. Por motivos de infraestrutura e da localização do mesmo no plano diretor, o projeto não foi concretizado e a verba devolvida. Os relatos dos servidores da PROAE e Prefeitura de Campus indicam que a não aprovação da alteração do

²² Disponível em: <http://www.proae.ufu.br/central-de-conteudos/documentos/2015/12/cartilha-de-assistencia-estudantil-2014-2015>. Acesso em Nov./2017.

Plano diretor²³ para viabilizar a obra mais perto das estruturas já construídas inviabilizou a construção do mesmo.

A estrutura da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis no Campus Pontal conta com equipe de servidores e estagiários para oferecer suporte pedagógico, psicológico e social aos alunos. Além das bolsas já mencionadas, a pesquisa documental apontou uma média anual de atendimentos: 151 psicológicos e 164 pedagógicos. Os atendimentos pedagógicos são prioritariamente destinados aos estudantes bolsistas com o acompanhamento do desempenho acadêmico para justificar a permanência da bolsa. Os demais estudantes são atendidos mediante procura espontânea.

Já os atendimentos psicológicos são colocados à disposição dos alunos e se dão mediante procura espontânea do estudante e também pelo encaminhamento por parte da coordenação/direção acadêmica.

A Pró-reitoria de Graduação juntamente com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis tem se preocupado com a temática e tem lançado editais para o acolhimento de propostas que contemplem ações voltadas a dirimir as dificuldades pedagógicas e a diminuição da retenção e evasão. Como exemplo, pode-se citar o programa PROSSIGA - Programa Institucional da Graduação Assistida, um conjunto de subprogramas e ações inter-relacionadas que têm como foco o combate assertivo à retenção e à evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Os resultados obtidos nos permitem apontar que de forma geral os investimentos em assistência estudantil não são suficientes para a nova demanda gerada pelo processo de expansão, porém, no Campus Pontal, o número de estudantes atendidos é significativo e destacando-se os atendimentos psicológicos, pedagógicos e sociais realizados. Aponta-se também como dificuldade a questão espacial: a cidade de pequeno porte não oferece infraestrutura econômica, de serviços e lazer, se tornando menos atrativa ao estudante.

²³ Resolução 15/2016 CONSUN, disponível em: < <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSUN-2016-15.pdf>> Acesso em Dez/2017.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa objetivou responder como questionamento principal “Em que medida o espaço geográfico da cidade e do campus universitário se apresenta como dificuldade ao aluno no processo de permanência no ensino superior?”. Por meio da fundamentação teórica e pesquisa de campo foi possível articular as discussões em torno dos conceitos de espaço social, simbólico e lugar com o objeto de pesquisa, o Campus Pontal, a aponta-lo como espaço socialmente construído a partir da ação dos homens sobre esse espaço, como espaço das relações sociais de produção, como espaço simbólico produto das relações de força, disputa por poder e prestígio.

Analisar o movimento histórico de concepção e criação do Campus Pontal da UFU em Ituiutaba foi longo, complexo e interessante. As discussões e tensões políticas que permearam desde o início do processo, quando se discutia a possibilidade de encampação de uma instituição já existente que não se concretizou, a escolha dos cursos a serem ofertados (pode ter influência na evasão), passando pela coexistência das duas instituições no mesmo espaço, as lutas e tensões em busca do espaço próprio que representasse a UFU e a identificasse em Ituiutaba, a implantação do novo campus e por último as mudanças na estrutura administrativa deste, que era uma unidade acadêmica e a partir de 2018 será composta por três unidades acadêmicas: todo esse movimento permitiu ver as nuances da construção social desse espaço.

A partir do campo e da visão de estudantes ingressantes, pôde-se apontar algumas fragilidades da cidade de pequeno/médio porte, de características culturais conservadoras e tradicionais, que não estava preparada para receber duas novas instituições de ensino que trouxeram consigo estudantes de outras cidades e regiões do país, expectativas de desenvolvimento local e regional e mudanças significativas na paisagem e estrutura urbana da cidade. Os estudantes apontaram para a concentração da oferta de serviços na área central da cidade, a precariedade do serviço público de transporte e a falta de segurança no entorno do campus, gerada também pela falta de estrutura urbana adequada no local.

É significativo refletir sobre o alcance e o poder de transformação das políticas públicas sejam elas quais forem no espaço e no território, em diversas escalas. A partir de uma política de expansão de vagas no ensino superior nacional, em Ituiutaba, foram criados vários empregos, vários postos de serviços, loteamentos, obras realizadas e investimentos públicos e privados para garantir uma estrutura mínima. A paisagem do bairro Tupã e da cidade de Ituiutaba, assim como mudanças na cultura e hábitos de consumo, são outros: não é exagero afirmar que a chegada da Instituição na cidade constitui-se um marco histórico.

O Campus é relativamente novo, com 11 anos, e tem construído sua história e se firmado na cidade de Ituiutaba em situação melhor que a de muitos outros campi criados no processo de expansão, quando registramos que na própria UFU os outros Campi fora de sede ainda não tem suas estruturas próprias construídas. Isso por si só não significa dizer que a situação do Campus é a desejável, afinal, as obras estão paradas, algumas estruturas administrativas importantes em espaços improvisados, atrasos de bolsas assistenciais, contingenciamento de recursos, mas caminha-se com lutas, desafios e muito trabalho na construção, transformação e reconstrução desse espaço, que apreendido e vivido se torna lugar, cheio de signos.

Nessa pesquisa, a Geografia e a Educação foram parceiras, e a interdisciplinaridade da pesquisa pode ser entendida pelo pensamento de Santos de que

A educação não tem como objeto real armar o cidadão para uma guerra, a da competição com os demais. Sua finalidade, cada vez menos buscada e menos atingida, é a de formar gente capaz de se situar corretamente no mundo e de influir para que se aperfeiçoe a sociedade humana como um todo. A educação feita mercadoria reproduz e amplia desigualdades, sem extirpar as mazelas da ignorância. Educação apenas para a produção setorial, educação apenas consumista, cria, afinal, gente deseducada para a vida. (SANTOS, 2007, p. 154),

As palavras de Santos vêm de encontro ao resultado das pesquisas sobre as políticas educacionais, que ampliaram o acesso, oportunizando que pessoas de classes menos favorecidas tivessem acesso à educação em nível superior. Porém, a democratização da educação é algo que estamos longe de alcançar. O que houve de fato foi uma democratização do acesso ao ensino (massificação) ou ainda segundo Dubet (2015) e Zago (2006) uma democratização segregativa, corroborada por Severino (2009), quando este afirma que a ampliação do acesso não significou a ampliação de oportunidades.

Os pontos negativos são muitos, mas conforme Dias Sobrinho (2013, p. 120), certamente uma educação de baixa qualidade é melhor que nenhuma educação. Ademais, o que se tem visto é a mercantilização do ensino como uma realidade, onde verifica-se que os investimentos públicos no setor privado por meio do PROUNI e FIES vêm fortalecer a expansão do ensino superior privado e, nesse sentido, LEHER (2003) coloca que a educação virou “*fast-food*”.

Abriu-se os portões da universidade para uma parcela da população que antes nem sequer cogitava a possibilidade de ingresso no ensino superior, parcela da população que trabalha de dia e estuda à noite, que além de não se dedicar integralmente aos estudos trouxe

pouca bagagem dos anos anteriores de estudo em função de possuir formação escolar pregressa de baixa qualidade, e nem por isso merece menos estar nesse espaço.

As dificuldades acadêmicas e de socialização, além das financeiras, influenciam diretamente na permanência do aluno até a conclusão do curso. A evasão escolar aparece fortemente no processo e tem reflexos negativos nos indicadores em várias escalas.

A UFU tem investido em programas voltados à permanência do aluno, mas os índices de evasão são consideráveis e apesar do registro de ações institucionais, não verifica-se as ações setoriais, dos cursos, para tentar amenizar as discrepâncias existentes entre o número de ingressantes e concluintes em tempo regular. Tal fato talvez passe a figurar como objeto de análise institucional em diversas escalas, uma vez que a matriz orçamentária adotada tem esse indicador com peso significativo e irá afetar financeiramente os recursos recebidos.

Os atendimentos pedagógicos no auxílio ao estudante poderiam atuar mais significativamente, sendo amplamente divulgados e ofertados a todos os alunos e não somente aos bolsistas ou por procura espontânea. Os projetos institucionais como o PROSSIGA, que abre edital e acolhe propostas, por si só não é suficiente para atender as demandas pedagógicas oriundas dessa massificação do ensino. Aponta-se como ação uma revisão dos Projetos Políticos Pedagógicos, de modo que considerem as diferenças e insuficiências da formação pregressa. Tal situação se mostra um desafio e tanto na busca do equilíbrio na oferta do curso sem a redução da qualidade pretendida.

As bolsas têm oferecido condições de permanência a vários estudantes, mas essas condições também são questionáveis quando o aluno não tem onde ou como comer aos finais de semana quando o restaurante universitário não funciona e ele não pode comprometer o recurso do aluguel (bolsa moradia). Há que se considerar que os custos para a manutenção de um filho em outra cidade para estudar são para poucas famílias. Mesmo famílias com renda entre 4 e 5 salários mínimos, que fogem do perfil do aluno assistido (1 a 3 SM), não conseguem sem o auxílio de bolsas como monitoria, iniciação científica ou extensão. Para além das questões financeiras, a mudança de vida e de hábitos torna-se um desafio e muitas vezes algo intransponível para esses estudantes. Observa-se que a pesquisa apontou que quase metade dos entrevistados declararam renda de 1 a 3 SM.

As variáveis desse processo são infinitas e de extrema relevância, e o espaço e o lugar têm suas representações para os atores envolvidos e muitas vezes se apresentam como dificuldade na adaptação, no acesso aos serviços básicos, nos preços exorbitantes, fruto da especulação não só imobiliária, mas comercial e de serviços, que viu na instalação da universidade, não a potencialidade de desenvolvimento local e regional, mas a potencialidade

de exploração dos usuários desses serviços, entendendo-se por usuários estudantes, professores, servidores técnicos-administrativos e funcionários terceirizados.

Inicialmente, a proposta de pesquisa ensejou discutir com profundidade os indicadores de ingresso, conclusão e evasão institucional, e por questão de tempo não foi possível abordar esse tópico. Diante de sua complexidade e volume de dados a serem analisados, este se torna um potencial para pesquisas futuras, onde a discussão das potencialidades de desenvolvimento econômico local e regional a partir da instalação de polos universitários também o é.

Ao encerrar este trabalho, gostaria de fazê-lo por uma citação que consta do processo de criação do Campus Pontal e da FACIP (63/2005 CONSUN) e também do processo de desmembramento da FACIP em três novas unidades acadêmicas (CONSUN, 2017): “*Numa sociedade desencantada, o reencantamento da universidade pode ser um dos caminhos para simbolizar o futuro... Tal papel é uma micro-utopia. Sem ela, a universidade somente terá curto prazo*” (Boaventura de Souza Santos, 1994).

REFERÊNCIAS

Aguiar, M. A. da S. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões para reflexão. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 707-727, jul./set. 2010. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000300004>

ALMEIDA, L. S. Transição, Adaptação Acadêmica e Êxito Escolar no Ensino Superior, *Coru-a, Espanha*, v. 12, n. 2, P.203-215. Ano 11º-2007. ISSN: 1138-1663. Disponível em: <http://ruc.udc.es/dspace/bitstream/handle/2183/7078/RGP_15-14_Cong.pdf?sequence=1>.

Almeida, W. M. USP para todos? Estudantes com desvantagens socioeconômicas e educacionais e fruição da universidade pública. São Paulo: Musa Editora, 2009.

ASSIS, L. M. de; LIMA, D. C. B. P. O desmonte do Estado brasileiro em um cenário de instabilidade e crise. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE*, [S. l.], v. 33, n. 2, p. 275 - 284, set. 2017. ISSN 2447-4193. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/76204/43548>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

BELONI, B. M.; COSTA, P. A. Universidade e espacialidade: algumas aproximações conceituais. *Revista Espacios*. Vol.38, n.45, p. 32-44, 2017. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a17v38n45/a17v38n45p32.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

BRASIL. Censo da Educação Superior. Disponível em <<http://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard>>. Acesso em: 02 set. 2017.

BRASIL. Decreto 7.234/2010 que dispõem sobre o Plano Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em: <www.planalto.gov.br>.

BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de Abril de 2007, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: nov. 2016.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de Abril de 2007, que Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: nov. 2015.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de Julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: fev. 2017.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ituiutaba/panorama>>

BRASIL. LDBN – Lei de diretrizes e bases da educação nacional nº 9.394/1996. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: nov. 2015.

BRASIL. Lei 5.540, de 28 de Novembro de 1968, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 25 mai. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI 2008 – relatório de primeiro ano. Brasília, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012. Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 25 jun. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PROUNI – Dados e estatísticas. Disponível em <<http://prouniportal.mec.gov.br/dados-e-estatisticas>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: set. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Ensino Superior. A democratização e expansão da educação superior no país: 2003 – 2014. (Balanço Social 2003 2014) Brasília, 2015

BRASIL. PNE – Lei nº 10.172, de 09 de Janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: nov. 2015.

BRASIL. PNE – Lei nº 13.005. De 25 de Junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 04 nov. 2015.

BUFFA, E.; PINTO, G. de A. O Território da Universidade Brasileira: o modelo de Campus. Rev. Bras. De Educação. V.21. n.67, out-dez, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782016000400809&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: jan. 2017.

CAÔN, G. F.; FRIZZO, H. C. F. Acesso, Equidade e Permanência no Ensino Superior: Desafios para o processo de democratização da educação no Brasil. UFTM/MG, 2010. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/v.%2019%20n.%202/Giovana_e_Heloisa.pdf>. Acesso em: jul. 2017.

Carlos, A. F. A. A Condição Espacial. São Paulo: Contexto, 2011.

Cavalcanti, J. F. – Educação Superior: Conceitos, definições e classificações. Brasília: INEP, 2000.

RODRIGUES, R. A. V.; COCOZZA, G. de P. Novos Campi da UFU: A Transformação da forma urbana nas cidades médias do Triângulo mineiro e Alto Paranaíba. In: IX Colóquio Quapá Sel- Forma Urbana Contemporânea Brasileira: espaços livres e edificados, produção e apropriação. 25 a 28 de Agosto de 2014. UFES/FAUUSP/QUAPA. Disponível em: <<http://quapa.fau.usp.br/wordpress/wp-content/uploads/2016/03/Novos-campi-da-UFU-a-transforma%C3%A7%C3%A3o-da-forma-urbana-nas-cidades-m%C3%A9dias-do-tri%C3%A2ngulo-mineiro-e-alto-Parana%C3%ADba.pdf>>. Acesso em: dez. 2017.

CUNHA, L. A. A Universidade Crítica: o ensino superior na república populista. 3. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CUNHA, L. A. A Universidade Reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. 3. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CUNHA, L. A. A Universidade Temporã: o ensino superior, da colônia a era Vargas. 3. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DIAS SOBRINHO, J. Educação superior: bem público, equidade e democratização. Avaliação (Campinas), Sorocaba, v. 18, n. 1, p. 107-126, mar. 2013. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772013000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 dez. 2017.

DUBET, F. Qual democratização do ensino superior?. Caderno CRH [en linea] 2015, 28 (Mayo-Agosto): Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=347641520002>>. Acesso em: 26 dez. 2017.

FACIP. Conselho da FACIP. Ata de reunião extraordinária realizada em 08-06-2009. 2009. Ituiutaba. Disponível em: <<http://www.facip.ufu.br/confacip/atas>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

FACIP. Conselho da FACIP. Ata de reunião ordinária realizada em 27-04-2009. 2009. Ituiutaba. Disponível em: <<http://www.facip.ufu.br/confacip/atas>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

FACIP. Conselho da FACIP. Ata de reunião ordinária realizada em 22-06-2009. 2009. Ituiutaba. Disponível em: <<http://www.facip.ufu.br/confacip/atas>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

FACIP. Conselho da FACIP. Ata de reunião ordinária realizada em 22-08-2011. 2011. Ituiutaba. Disponível em: <<http://www.facip.ufu.br/confacip/atas>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

FAVERO, M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. In Educar em Revista. N.28. Curitiba: Editora UFPR, 2006. P.17-36. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000200003>

Ferreira, S.; Oliveira, J. F. A Reforma da Educação Superior no Governo Lula da Silva, Contradições e Desafios. In: GOMES, A.M.; OLIVEIRA, J. F. (Org.). Reconfiguração do Campo da Educação Superior. Campinas, SP: Mercado das Tetras, 2012.

FRANÇA, Magna. Gestão e Financiamento da Educação. O que mudou na Escola? PDDE.

FUNDEF. Natal: EDUFRRN, 2005. In: SOUZA, M. C. S. C. O Programa Reuni na Universidade Federal de Uberlândia (2008 – 2012). 2013. 261 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia.

GOMES, A.M., MORAIS, K. Educação Superior no Brasil Contemporâneo: Transição para um sistema de massa. Educ. Soc., Campinas. V.33, n.118, p.171-190, jan-mar.2012. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

HARVEY, David. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

ITUIUTABA. PDME – Lei nº 4.368. De 17 de Julho de 2015, que aprova o Plano Decenal Municipal de Educação de Ituiutaba. Disponível em: <<http://www.ituiutaba.mg.leg.br/leis/lei-municipal/leis-ordinarias/ano-de-2015/lei-n-4.368/view>> Acesso em: 23 set. 2016.

KRAINSKI, L.B., Reflexões sobre a política de acesso e permanência no ensino superior público. XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU, Santa Catarina, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica – 5. Ed. – São Paulo: Atlas 2003.

Leher, R. Expansão Privada do Ensino Superior e Heteronomia Cultural: Um difícil início de século. In: DOURADO, L.F.; CATANI, A.M. e OLIVEIRA, J.F. de (org.). Políticas e Gestão da Educação Superior: Transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa, 2003.

LIMA, S. de; CRISTIANE, T.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Revista Katálysis 10 (2007).

LÜDKE, M. e ANDRÉ, M.E.D.A., Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas – São Paulo: EPU, 1986.

MACIEL, C. E.; LIMA, E. G. dos S.; GIMENEZ, F. V. Políticas e permanência para estudantes na educação superior. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE, [S.l.], v. 32, n. 3, p. 759 - 781, dez. 2016. ISSN 2447-4193. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/68574/39683>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

MONTEIRO, R. M. RELAÇÕES DE PODER, TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES: as travessias da vida no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO). 2013. 151f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Goiás/Campus Catalão, GO.

MOREIRA, E. V.; HESPAHOL, R. A. de M. O Lugar Como uma Construção Social. São Paulo. Formação, São Paulo, v.2, n.14, 2007.

NUNES, R. S. dos R.; VELOSO, T. C. M. A. Elementos que interferem na permanência do estudante na educação superior pública. In: XXIII Seminário Nacional da Rede UNIVERSITAS/ Br / Rede UNIVERSITAS/Br; Universidade Federal do Pará. Anais... 780 RBP AE - v. 32, n. 3, p. 759 - 781 set./dez. 2016 Instituto de Ciências da Educação. Belém: UNIVERSITAS/Br; ICED/UFPA, 2015. p. 815-830. Disponível em: <<http://obeduc.uerj.br/arquivos/AnaisRedeUniversitas2705.pdf>>. Acesso em: Dez. 2017.

O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: O ENSINO SUPERIOR EM FOCO. Anais [recurso eletrônico] / XXVIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação: Estado, Políticas e gestão da educação: Tensões e agendas em (des) construção. João Ferreira de Oliveira, organizador, 26 a 28 de abril de 2017 em João Pessoa, PB.

PEREIRA, A. R. M. S.; ALBERTO, T. P. L.; VALENTE, L. O PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITUIUTABA E SUA INTERFACE COM O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: O ENSINO SUPERIOR EM FOCO. In: Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 28., 2017, João Pessoa. Anais... João Pessoa: ANPAE, 2017, p. 1237-1248.

Pereira, A. R. M. S. Expansão de Democratização do Ensino Superior: A permanência do aluno em debate. In: IX Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais, 2017, Uberlândia, MG. Anais... UFU, 2017.

PEREIRA, G. R. de M.; CATANI, Afrânio Mendes. Espaço social e espaço simbólico: introdução a uma topologia social. Perspectiva, Florianópolis, p. 107-120, jan. 2002. ISSN 2175-795X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10279>>. Acesso em: 26 dez. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.5007/%x>.

PEREIRA, T. I.; DA SILVA, L. F. S. C. As políticas públicas do ensino superior no governo Lula: expansão ou democratização? Revista debates, v. 4, n. 2, p. 10, 2010.

PESCUMA, D.; CASTILHO, A. P. F. Projeto de pesquisa: o que é? Como fazer? Um guia para sua elaboração. 6. Ed. São Paulo: Olho d'água, 2008.

PRATES, A. A. P. Universidades vs terceirização do ensino superior: a lógica da expansão do acesso com manutenção da desigualdade: o caso brasileiro. Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 17, jan./jun. 2007, p. 102-123.

Rolim, C.; Serra, M. Universidade e Região: ser da região x estar na região. 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, Lisboa, 2010.

Santos, M. O Espaço do Cidadão. 7.ed. São Paulo: USP, 2007.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 1º ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

SAVIANI, D. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

SAVIANI, D. **Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação: Por Uma Outra Política Educacional**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SEVERINO, A. J. **Expansão do Ensino Superior: Contextos, Desafios, Possibilidades**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, jul. 2009, p. 253-266.

SGUISSARDI, V.; SILVA JUNIOR, J. D. R. D. **Trabalho Intensificado nas Federais: pós graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã. 2010.

SILVA FILHO, R. L. L. et al. **A evasão no ensino superior brasileiro**. Cad. Pesqui. São Paulo, v.37, n.132, p.641-659, Dec. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 abr. 2017.

SILVEIRA, L. N. da. **EXPANSÃO TERRITORIAL E TRANSFORMAÇÕES NA PERIFERIA URBANA DE ITUIUTABA-MG: um estudo a partir dos loteamentos de médio e alto padrão**. Monografia (TCC – Geografia) Faculdade de Ciências Integradas do Pontal da UFU. Ituiutaba, p.35, 2012.

SOUZA JÚNIOR, J. **A política educacional brasileira de 2003 a 2010 e a proposta da integração do ensino médio ao profissional**. In: III Congresso Ibero Americano de Política e Administração da Educação, 2012, Zaragoza – Espanha. Anais ... Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/publicacao.html>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2013. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

STELZER, J. et al. **A trajetória da Universidade e do ensino superior brasileiro sob o prisma da autonomia: uma visão histórico-administrativa para uma emergente discussão**. Disponível em <<http://repositorio.ufsc.br>>. Acesso em 23 de maio de 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S., **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação** – São Paulo: Atlas, 1987.

UFU. **Anuários de 2009 a 2015**. Disponível em: <<http://www.ufu.br/pagina/planejamento-e-avaliacao>> Acesso em: 02 mai. 2016.

UFU. Conselho Universitário. **Processo 63/2005** Criação do Campus Pontal. Uberlândia, 2005.

UFU. Conselho Universitário. **Resolução 17/2009**. Aprova a reestruturação das vagas e Cursos de Graduação da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal para a criação de dois novos Cursos, e dá outras providências, 2009. Uberlândia. Disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/ataCONSUN-2009-17.pdf>. Acesso 22-07-2017.

UFU. Relatório de Autoavaliação Institucional - Relatório Parcial de 2016. Disponível em: <<http://www.cpa.ufu.br/node/34#overlay-context=node/23>> Acesso em Out/2017.

UFU. **Resolução 02/2006 do Conselho Universitário** que dispõe sobre a criação do Campus do Pontal. Disponível em: <<http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSUN-2006-2.pdf>> Acesso em: nov. 2015.

VARGAS, H. M., PAULA, M. F. C. **Novas fronteiras na democratização da educação superior: o dilema trabalho e estudo**. Revista Argentina de Educación Superior, v. 1, p. 3, 2011. Venâncio, Marcelo, 1979.

ZAGO, N. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares**. Revista Brasileira de Educação. V. 11 n.32 maio/ago. Rio de Janeiro.2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf>

OBRAS CONSULTADAS

PIRES, M.F. de C. **O materialismo histórico-dialético e a educação**. Interface – Comunicação, Saúde, Educação. UNESP, v. 1, n. 1, p. 83-94, 1997.

RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. P. 509 – 537.

NUNES, E., MARTIGNONI, E. e CARVALHO, M. M. **Expansão do ensino superior: restrições, possibilidades e desafios regionais**. Documento de trabalho nº 25. OBSERVATÓRIO UNIVERSITÁRIO, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.observatoriouniversitario.org.br/principal.htm>>. Acesso em: 05 nov. 2015

FUCHS, M. S.; FRANÇA, M. N.; PINHEIRO, M. S. F. **Guia para normalização de publicações técnico-científicas**. EDUFU, Uberlândia, 2013. Disponível em: <pt.calameo.com/read/00279161577462923e26b> Acesso em: 04 mai. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Formulário de pesquisa

Pesquisa: Permanência de estudantes na universidade

Prezado Estudante,

O formulário é um instrumento para obter dados para a pesquisa de mestrado que investiga as políticas universitárias para a permanência do estudante de graduação na universidade e em que medida o espaço geográfico e social se apresenta como dificuldade ao aluno no processo de permanência no ensino superior.

Sua contribuição respondendo esse formulário é de extrema importância para a realização da pesquisa que se justifica pela relevância pessoal, institucional e social da mesma.

1 - Qual foi a sua forma de ingresso na universidade?

- a. ☐ Vestibular
- b. ☐ Sisu
- c. ☐ Portador de diploma
- d. ☐ Transferência interna/externa
- e. ☐ Outra _____

2 - Em qual Curso da FACIP você está matriculado?

3 - Seu endereço familiar é:

- a. ☐ Em Ituiutaba
- b. ☐ Na microrregião de Ituiutaba (Cachoeira Dourada, Capinópolis, Ipiáçu, Gurinhatã, Santa Vitória)
- c. ☐ Uberlândia
- d. ☐ outra cidade _____

4 - Em qual faixa de renda familiar você se identifica?

- a. ☐ até 01 salário mínimo

- b. ☐ de 01 a 03 salários mínimos
 - c. ☐ de 03 a 05 salários mínimos
 - d. ☐ de 05 a 15 salários mínimos
 - e. ☐ acima de 15 salários mínimos
-
-

5 - Que tipo de transporte você utiliza para se locomover até a universidade?

- a. ☐ carro próprio
 - b. ☐ moto
 - c. ☐ transporte coletivo urbano
 - d. ☐ bicicleta
 - e. ☐ caminhando
 - f. ☐ Outra _____
-
-

6 - Se você utiliza o transporte coletivo urbano, como você avalia a prestação do serviço?

(circular a quantidade de estrelas que você atribui à qualidade do serviço)

7 - Ordene por ordem do maior para o menor, na sua opinião, quais são as principais dificuldades em relação ao transporte coletivo urbano:

- a. ☐ Horários
 - b. ☐ Pontualidade
 - c. ☐ Ligação interbairros
 - d. ☐ Tarifas
 - e. ☐ Outra _____
-
-

8 - Em Ituiutaba você mora em que região da cidade?

- a. ☐ Centro
- b. ☐ nos bairros Tupã, Independência , Santa Maria , Setor Sul e demais próximos
- c. ☐ nos bairros Junqueira, Brasil, Eldorado, Rosário, Santa Edwiges e demais próximos
- d. ☐ nos bairros Novo Horizonte, Canaã, Buritis, NadimeDerze e demais próximos
- e. ☐ nos bairros Universitário, Drumond, Ipiranga, Progresso e demais próximos
- f. ☐ nos bairros Gardênia, Maria Vilela, Bela Vista e demais próximos
- g. ☐ nos bairros Platina, Setor norte , Alvorada e demais próximos
- h. ☐ nos bairros Lagoa Azul, Sol Nascente, Marta Helena, Pirapitinga e demais próximos
- i. ☐ outros _____

9 - Você mora (em Ituiutaba):

- a. ☐ Com minha família
- b. ☐ em república
- c. ☐ em pensão
- d. ☐ sozinho (casa/apto próprio)
- e. ☐ sozinho (casa/apto alugado)

10 - Você identifica dificuldades para locar imóveis na cidade? Se sim, quais são? Enumere por ordem de importância.

11 - Como você avalia as condições de acesso a moradia nas proximidades do Campus Universitário?

- a. ☐ Muito boa (9 a10)
- b. ☐ Boa (6 a 8)

- c. () Ruim (3 a 5)
- d. () Péssimo (2 ou menos)
- e. () Outra _____

12 - Como você avalia as condições de acesso a serviços (telefonia, internet, água, energia, bancários, etc.) na cidade?

13 - Como você avalia as condições de acesso ao comércio na cidade?

- a. () Muito boa (9 a10)
- b. () Boa (6 a 8)
- c. () Ruim (3 a 5)
- d. () Péssimo (2 ou menos)
- e. () Outra _____

14 - Como você avalia as condições de acesso ao lazer na cidade?

- a. () Muito boa (9 a10)
- b. () Boa (6 a 8)
- c. () Ruim (3 a 5)
- d. () Péssimo (2 ou menos)
- e. () Outra _____

15 - Como você avalia a acessibilidade ao campus?

- a. () Muito boa (9 a10)
- b. () Boa (6 a 8)

- c. ☐ Ruim (3 a 5)
 - d. ☐ Péssimo (2 ou menos)
 - e. ☐ Outra _____
-

16 - Como você avalia as condições de segurança na cidade?

- a. ☐ Muito boa (9 a10)
 - b. ☐ Boa (6 a 8)
 - c. ☐ Ruim (3 a 5)
 - d. ☐ Péssimo (2 ou menos)
 - e. ☐ Outra _____
-

17 - Como você avalia as condições de segurança no entorno do campus?

- a. ☐ Muito boa (9 a10)
 - b. ☐ Boa (6 a 8)
 - c. ☐ Ruim (3 a 5)
 - d. ☐ Péssimo (2 ou menos)
 - e. ☐ Outra _____
-

18-Dentro do campus como você avalia a estrutura física dos prédios e a acessibilidade aos mesmos?

- a. ☐ Muito boa (9 a10)
 - b. ☐ Boa (6 a 8)
 - c. ☐ Ruim (3 a 5)
 - d. ☐ Péssimo (2 ou menos)
 - e. ☐ Outra _____
-

19 - A sinalização do espaço físico dentro do campus é:

- a. ☐ Muito boa (9 a10)
- b. ☐ Boa (6 a 8)
- c. ☐ Ruim (3 a 5)
- d. ☐ Péssimo (2 ou menos)
- e. ☐ Outra _____

20 - Você conhece todos os setores administrativos e de apoio da universidade no campus pontal?

- a. ☐ Sim
- b. ☐ Não

21 - As informações disponibilizadas sobre os setores, suas funções e horários de atendimento são:

- a. ☐ Suficientes
- b. ☐ Insuficientes

22 - Quais dos canais de comunicação com a universidade abaixo você utiliza com mais frequência?

- a. ☐ e-mail institucional
- b. ☐ telefone
- c. ☐ atendimento direto
- d. ☐ acesso à página eletrônica
- e. ☐ outro

23 - Você utiliza os serviços do restaurante universitário?

- a. ☐ Sim
- b. ☐ Não

24 - Você recebe algum tipo de bolsa assistencial da universidade?

- a. ☐ Sim
- b. ☐ Não

25-Em caso afirmativo, que tipo de bolsa você recebe?

- a. ☐ Moradia
- b. ☐ Alimentação
- c. ☐ Transporte
- d. ☐ Moradia e alimentação
- e. ☐ Moradia e transporte

- f. ☐ Alimentação e transporte
 - g. ☐ Moradia, alimentação e transporte.
-

26 - Como você avalia a localização espacial do aluno ingressante dentro do campus no primeiro dia de aula? As informações disponibilizadas e o atendimento para dar informações pode ser classificada:

- a. ☐ Muito boa (9 a 10)
 - b. ☐ Boa (6 a 8)
 - c. ☐ Ruim (3 a 5)
 - d. ☐ Péssimo (2 ou menos)
 - e. ☐ Outra _____
-

27 - Você tem ou já teve acesso ao site da Faculdade e Universidade?

- a. ☐ Sim
 - b. ☐ Não
-

28 - Como você avalia o acesso às informações disponíveis no site da UFU?

- a. ☐ Muito boa (9 a 10)
 - b. ☐ Boa (6 a 8)
 - c. ☐ Ruim (3 a 5)
 - d. ☐ Péssimo (2 ou menos)
 - e. ☐ Outra _____
-

29 - Como você avalia o acesso às informações disponíveis no site da FACIP?

- a. ☐ Muito boa (9 a 10)
 - b. ☐ Boa (6 a 8)
 - c. ☐ Ruim (3 a 5)
 - d. ☐ Péssimo (2 ou menos)
 - e. ☐ Outra _____
-

30 - Como você avalia o acesso às informações disponíveis no site do seu curso de graduação?

- a. ☐ Muito boa (9 a 10)
- b. ☐ Boa (6 a 8)
- c. ☐ Ruim (3 a 5)
- d. ☐ Péssimo (2 ou menos)

e. () Outra _____

31 - Você teve acesso ao guia acadêmico (manual do aluno) do seu curso?

a. () Sim

b. () Não

32 - Em caso afirmativo, e você tenha tido acesso ao guia acadêmico, você compreendeu as informações nele contidas?

a. () Sim

b. () Não

33 - Em caso negativo, após ler o guia acadêmico, você considera necessário algum dispositivo de integração do estudante ingressante com a universidade?

a. () Sim

b. () Não

34 - Espaço reservado caso tenha alguma consideração a fazer que contribua com minha pesquisa, não contemplada nas questões acima:

APÊNDICE B - Termo de esclarecimento e livre consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada **“EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: políticas de permanência de estudantes em um campus fora de sede”**, sob a responsabilidade dos pesquisadores Ana Rúbia Muniz dos Santos Pereira e Antônio de Oliveira Junior. Nesta pesquisa nós estamos buscando entender **as políticas universitárias para a permanência do estudante de graduação na universidade e em que medida o espaço geográfico e social se apresenta como dificuldade ao aluno no processo de permanência no ensino superior. Sua contribuição respondendo esse formulário é de extrema importância para a realização da pesquisa que se justifica pela relevância pessoal, institucional e social da mesma.** O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Ana Rúbia Muniz dos Santos Pereira no momento da aplicação do formulário on line. Na sua participação você responderá a um formulário de 34 questões, e em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa. Os riscos existentes são mínimos e ligados a possível identificação dos participantes, porém no modelo de aplicação não será vinculado nenhum tipo de acesso por documento, logo, essa identificação não será possível e o participante estará resguardado quanto a esse risco. Os benefícios ao participar da pesquisa serão os de contribuição para o desenvolvimento de uma pesquisa que objetiva contribuir com o planejamento e desenvolvimento institucional, local e regional. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação. Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Ana Rúbia Muniz dos Santos Pereira na Rua 20, 1600 B. Tupã na FACIP-UFU ou pelo e-mail: anarubia@ufu.br. Poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia: Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, Campus Santa Mônica – Uberlândia –MG, CEP: 38408-100; fone: 34-3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, 23 de Setembro de 2016

Assinatura dos pesquisadores

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Participante da pesquisa

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista alunos e gestor/representante município**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

DATA: _____

LOCAL: _____

HORA DE INÍCIO: _____

HORA DE TÉRMINO: _____

ENTREVISTADOR: _____

ENTREVISTADO: _____

Pesquisa para elaboração de dissertação de mestrado com vistas a levantar subsídio para análises qualitativas sobre a relação das políticas educacionais, questões relacionadas a permanência do aluno no ensino superior e os espaços/lugares denominados campus Pontal e cidade de Ituiutaba e a relação dos alunos com esses espaços/lugares.

Eixo 1: A relação aluno - universidade (campus)

- Gostaria que você falasse da sua experiência de ingressar no ensino superior.
- Você é natural de qual cidade?
- Em qual o curso de graduação você está matriculado?
- Fale sobre o campus Pontal (itens a serem provocados no diálogo: quanto tempo passa no campus, quais atividades além da aula se dedica, percepção e avaliação das condições de acesso ao campus, contato com PET/PIBID/IC, bolsas assistenciais, RU/Academia, meio de transporte);

Eixo 2: A relação aluno - cidade

- Fale sobre a sua experiência/vivência na cidade de Ituiutaba (quanto tempo mora, onde mora, que tipo de moradia, com quem mora, se gosta da cidade, expectativas)
- Como avalia a infraestrutura urbana da cidade (comercio, serviços, transporte, saúde, lazer, educação, oportunidades, perspectivas)
- Como você percebe a relação universidade/comunidade (cidade)?
- Fique à vontade para falar sobre qualquer aspecto não mencionado anteriormente que você considere importante.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

DATA: _____

LOCAL: _____

HORA DE INÍCIO: _____

HORA DE TÉRMINO: _____

ENTREVISTADOR: _____

ENTREVISTADO: _____

Pesquisa para elaboração de dissertação de mestrado com vistas a levantar subsídio para análises qualitativas sobre a relação das políticas educacionais, questões relacionadas a permanência do aluno no ensino superior e os espaços/lugares denominados campus Pontal e cidade de Ituiutaba e a relação dos alunos com esses espaços/lugares.

Eixo 1: O Ensino Superior em Ituiutaba e o PDME

- Fale sobre a sua atuação na SME, seu cargo/função, formação, e, também sobre o seu envolvimento do o PDME aprovado em 2015
- Algumas metas fazem referência a parcerias com as instituições de ensino superior voltadas a formação de professores da educação básica, isso tem se concretizado de alguma forma? Como tem se dado a relação da SME com tais instituições?
- Referente ao eixo Ensino Superior do PDME, foram estabelecidas 4 metas e respectivas estratégias, como está sendo feito o acompanhamento delas? Existe um cronograma de atividades voltadas ao cumprimento das metas?
- Mais precisamente sobre a meta 20 que trata da viabilização de programas de melhorias na infraestrutura da cidade, oportunizando melhores condições culturais, de lazer, saúde, moradia e mobilidade urbana, o que já foi implementado? Existe um cronograma para as 16 estratégias organizadas para que a meta possa ser atingida?
- Como a SME observa a possibilidade de explorar o potencial de desenvolvimento local e regional a partir da instalação de polos universitários no PDME, uma vez que a integração Universidade sociedade é pouco explorada e o plano poderia propor ações articuladas de forma a explorar o potencial de desenvolvimento a partir das parcerias e desenvolvimento de projetos de intervenção social por meio da extensão universitária.

ANEXOS

ANEXO A - DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007.

Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição, e considerando a meta de expansão da oferta de educação superior constante do item 4.3.1 do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

§ 1º O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

§ 2º O Ministério da Educação estabelecerá os parâmetros de cálculo dos indicadores que compõem a meta referida no § 1º.

Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

Art. 3º O Ministério da Educação destinará ao Programa recursos financeiros, que serão reservados a cada universidade federal, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas, especialmente no que respeita a:

I - construção e readequação de infra-estrutura e equipamentos necessárias à realização dos objetivos do Programa;

II - compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos;
e

III - despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação.

§ 1º O acréscimo de recursos referido no inciso III será limitado a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal da universidade, no período de cinco anos de que trata o art. 1º, § 1º.

§ 2º O acréscimo referido no § 1º tomará por base o orçamento do ano inicial da execução do plano de cada universidade, incluindo a expansão já programada e excluindo os inativos.

§ 3º O atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação.

Art. 4º O plano de reestruturação da universidade que postule seu ingresso no Programa, respeitados a vocação de cada instituição e o princípio da autonomia universitária, deverá indicar a estratégia e as etapas para a realização dos objetivos referidos no art. 1º.

Parágrafo único. O plano de reestruturação deverá ser aprovado pelo órgão superior da instituição.

Art. 5º O ingresso no Programa poderá ser solicitado pela universidade federal, a qualquer tempo, mediante proposta instruída com:

I - o plano de reestruturação, observado o art. 4º;

II - estimativa de recursos adicionais necessários ao cumprimento das metas fixadas pela instituição, em atendimento aos objetivos do Programa, na forma do art. 3º, vinculando o progressivo incremento orçamentário às etapas previstas no plano.

Art. 6º A proposta, se aprovada pelo Ministério da Educação, dará origem a instrumentos próprios, que fixarão os recursos financeiros adicionais destinados à universidade, vinculando os repasses ao cumprimento das etapas.

Art. 7º As despesas decorrentes deste decreto correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Paulo Bernardo Silva

Este texto não substitui o publicado no DOU de 25.4.2007

ANEXO B - RESOLUÇÃO Nº 02/2006, DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Dispõe sobre a criação do *Campus* Pontal, na cidade de Ituiutaba, e dá outras providências.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 12 do Estatuto, em reunião extraordinária, realizada aos 7 dias do mês de abril do ano de 2006, tendo em vista a aprovação do Parecer de um de seus membros, e

CONSIDERANDO que o Conselho Universitário, na reunião ordinária, realizada em 18 de novembro de 2005, aprovou a proposta de implantação de um *campus* avançado da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, na cidade de Ituiutaba/MG;

CONSIDERANDO o que consta dos autos do Processo Nº 63/2005;

CONSIDERANDO que o Ministério da Educação aprovou o Projeto de Expansão da UFU, mediante a criação do *Campus* Pontal a ser instalado na cidade de Ituiutaba/MG, visando atender àquela comunidade e às das cidades circunvizinhas;

CONSIDERANDO que para atender às normas do Ministério da Educação é indispensável a criação do *Campus* Pontal como Unidade Acadêmica descentralizada;

CONSIDERANDO que o Município de Ituiutaba e as entidades civis educacionais, Fundação Educacional de Ituiutaba – FEIT e a Faculdade Triângulo Mineiro – FTM, se dispuseram a colaborar com a oferta de pessoal de apoio, de infra-estrutura administrativa e de cessão das edificações necessárias à instalação e ao funcionamento do *Campus* Pontal, naquela cidade;

CONSIDERANDO que o Ministério da Educação disponibilizou trinta e duas vagas de Professor de 3º Grau para possibilitar o início das atividades acadêmicas do *Campus* Pontal, conforme consta da Portaria Nº 853, de 6 de abril de 2006, publicada no DOU, de 7 de abril de 2006, seção I, página 12; e ainda,

CONSIDERANDO que a autorização da contratação dos professores, conforme dispõe o art. 2º da Portaria Nº 853/2006 do Ministério da Educação, condiciona a emissão do Certificado de Disponibilidade Orçamentária – CDO à comprovação da criação do *Campus* e dos Cursos que serão ministrados na nova Unidade Acadêmica,

R E S O L V E:

Art. 1º Aprovar a criação do *Campus* Pontal, a ser instalado na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, como Unidade Acadêmica denominada Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – FACIP.

Parágrafo único. O Reitor deverá providenciar a instalação da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – FACIP no prazo máximo de sessenta dias, contado da data desta Resolução.

Art. 2º Fica aprovada a criação dos seguintes Cursos de Graduação da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – FACIP e as respectivas vagas:

	Curso	Modalidade	Regime acadêmico	Duração do curso	Turno de oferta	Entrada	Vagas anuais	Situação
1	Administração	Bacharelado	Semestral	5 anos (10 períodos)	Matutino	Anual	40	Em atividade
2	Ciências Biológicas	Licenciatura e Bacharelado	Semestral	4 anos e meio (9 períodos)	Integral	Anual	40	Em atividade
		Licenciatura	Semestral	4 anos e meio (9 períodos)	Noturno	Anual	40	Em atividade
3	Ciências Contábeis	Bacharelado	Semestral	5 anos (10 períodos)	Noturno	Anual	40	Em atividade
4	Engenharia de Produção	Bacharelado	Semestral	5 anos (10 períodos)	Integral	Semestral	88 (44 por semestre)	Em atividade
5	Física	Licenciatura e Bacharelado	Semestral	4 anos e meio (9 períodos)	Integral	Anual	--	Suspensão temporária
		Licenciatura e Bacharelado	Semestral	4 anos e meio (9 períodos)	Noturno	Anual	--	Suspensão temporária
		Licenciatura	Semestral	4 anos e meio (9 períodos)	Noturno	Anual	40	Em atividade
6	Geografia	Licenciatura e Bacharelado	Semestral	5 anos (10 períodos)	Matutino	Anual	35	Em atividade
		Licenciatura e Bacharelado	Semestral	5 anos (10 períodos)	Noturno	Anual	40	Em atividade
7	História	Licenciatura e Bacharelado	Semestral	4 anos e meio (9 períodos)	Matutino	Anual	--	Suspensão temporária
		Licenciatura e Bacharelado	Semestral	4 anos e meio (9 períodos)	Noturno	Anual	40	Em atividade
8	Matemática	Licenciatura e Bacharelado	Semestral	4 anos (8 períodos)	Integral	Anual	--	Suspensão temporária
		Licenciatura e Bacharelado	Semestral	4 anos (8 períodos)	Noturno	Anual	--	Suspensão temporária
		Bacharelado	Semestral	3 anos e meio (7 períodos)	Integral	Anual	20	Em atividade
		Licenciatura	Semestral	4 anos e meio (9 períodos)	Noturno	Anual	40	Em atividade
9	Pedagogia	Licenciatura	Semestral	4 anos e meio (9 períodos)	Integral	Anual	35	Em atividade
		Licenciatura	Semestral	5 anos (10 períodos)	Noturno	Anual	40	Em atividade
10	Química	Licenciatura e Bacharelado	Semestral	4 anos (8 períodos)	Integral	Anual	--	Suspensão temporária
		Licenciatura e Bacharelado	Semestral	5 anos (10 períodos)	Noturno	Anual	--	Suspensão temporária
		Bacharelado	Semestral	4 anos (8 períodos)	Integral	Anual	20	Em atividade
		Licenciatura	Semestral	5 anos (10 períodos)	Noturno	Anual	40	Em atividade
11	Serviço Social	Bacharelado	Semestral	4 anos e meio (9 períodos)	Matutino	Anual	50	Em atividade

(Artigo alterado por força do art. 1º da Resolução nº 31/2011, de 30 de setembro de 2011, do Conselho Universitário)

Art. 3º O Reitor deverá instituir uma Comissão com a finalidade de elaborar os Projetos Pedagógicos dos Cursos, ora criados, para apreciação e aprovação do Conselho de Graduação, observado o prazo estabelecido na legislação pertinente.

Art. 4º As trinta e duas vagas de Professor de 3º Grau, autorizadas pelo Ministério da

Educação para implantação do *Campus* Pontal – Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – FACIP, deverão ser distribuídas pelo Reitor entre os Cursos que irão iniciar suas atividades no presente exercício, de acordo com a necessidade operacional de cada um.

Parágrafo único. A distribuição das vagas deverá levar em conta os indicadores MEC de relação mínima professor-aluno de 1/20, sendo que a carga horária do professor nos anos iniciais de implantação dos Cursos será de doze a dezesseis horas-aula semanais, em regime de dedicação exclusiva.

Art. 5º O Reitor deverá apresentar a proposta de estrutura organizacional e do Regimento Interno da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – FACIP para apreciação e aprovação deste Conselho, em até noventa dias, contados da data desta Resolução.

Art. 6º O Reitor deverá providenciar a celebração de convênios com o Município de Ituiutaba, com a Fundação Educacional de Ituiutaba – FEIT e com a Faculdade Triângulo Mineiro – FTM, visando estabelecer os termos das parcerias indispensáveis à instalação e ao funcionamento do *Campus* Pontal.

Parágrafo único. Os termos de convênios celebrados deverão ser aprovados pela Câmara Municipal de Ituiutaba, pela Assembléia Geral da Fundação Educacional de Ituiutaba e pela Associação Comercial e Industrial de Ituiutaba, mantenedora da Faculdade Triângulo Mineiro, respectivamente.

Art. 7º Os casos omissos oriundos da aplicação desta Resolução serão resolvidos pelo Reitor.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Uberlândia, 7 de abril de 2006.

ARQUIMEDES DIÓGENES CILONI
Presidente

OBS.: texto alterado e em vigor, de acordo com a Resolução nº 02/2011, de 25 de março de 2011, do

Conselho Universitário, e republicado na íntegra por força do disposto no art. 4º da mencionada Resolução, bem como de acordo com a Resolução nº 31/2011, do Conselho Universitário, de 30 de setembro de 2011.

ANEXO C - RESOLUÇÃO Nº 15/2009 DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Estabelece a Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Uberlândia.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, no uso das competências que lhe são conferidas pelo art. 12 do Estatuto, em reunião realizada aos 26 dias do mês de junho do ano de 2009, tendo em vista a aprovação do Parecer nº 66/2005 de um de seus membros; e

CONSIDERANDO que o Regimento Geral da Universidade Federal de Uberlândia, em seu art. 193 e parágrafo único, determina que o Conselho Universitário estabeleça a política institucional de assistência aos estudantes e assegure a implantação e manutenção desta política, consignando recursos no orçamento da UFU, para esta finalidade; e ainda,

CONSIDERANDO a proposta do Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis,

RESOLVE:

CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO E DOS PRINCÍPIOS

Art. 1º A Política de Assistência Estudantil é um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida.

Art. 2º A Política de Assistência Estudantil da UFU obedecerá aos princípios de:

- I – gratuidade do ensino;
- II – igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão de curso na UFU;
- III – formação amparada na sustentação do pleno desenvolvimento integral dos estudantes;
- IV – garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil;
- V – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- VI – orientação humanística e preparação para o exercício pleno da cidadania;
- VII – defesa em favor da justiça social e eliminação de todas as formas de preconceitos; e
- VIII – pluralismo de idéias e reconhecimento da liberdade como valor ético central.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 3º A Política de Assistência Estudantil da UFU, em consonância com os princípios estabelecidos anteriormente, tem por objetivos:

I – promover o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes da UFU, na perspectiva da inclusão social e democratização do ensino;

II – assegurar aos estudantes igualdade de oportunidade no exercício das atividades acadêmicas;

III – proporcionar ao estudante com necessidades especiais condições básicas para o desenvolvimento acadêmico;

IV – contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos estudantes, no que diz respeito às condições econômicas, sociais, políticas, culturais, físicas e psicológicas;

V – contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, buscando minimizar a reprovação e a evasão escolar, por meio da redução dos efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais;

VI – promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios: cultural, esportivo, artístico, político, científico e tecnológico; e

VII – preservar e difundir os valores éticos de liberdade, igualdade e democracia.

Art. 4º A UFU buscará a consecução dos objetivos definidos anteriormente:

I – desenvolvendo mecanismos que garantam a igualdade no acesso, na permanência e na conclusão de curso na UFU;

II – estabelecendo e ampliando programas e projetos referentes a: alimentação, moradia, transporte, saúde física e mental, cultura, esporte e lazer, orientação social, atendimento psicoterapêutico, apoio pedagógico e profissional, entre outros;

III – estabelecendo e ampliando programas e projetos referentes à acessibilidade, orientação e mobilidade de estudantes com necessidades especiais;

IV – estabelecendo ou ampliando programas de bolsas: alimentação, moradia, trabalho, extensão, monitoria, iniciação científica, estágio e outros; e

V – constituindo-se em agente de integração da cultura nacional e da formação de cidadãos, desenvolvendo na comunidade estudantil uma consciência ética, social, política e profissional.

Art. 5º A Política de Assistência Estudantil da UFU abrange os estudantes regulares e especiais, conforme disposto no art. 187 do Regimento Geral da UFU.

§ 1º São estudantes regulares os que se matricularem em cursos de graduação ou em programas de pós-graduação, com observância de todos os requisitos necessários à obtenção dos correspondentes títulos.

§ 2º São estudantes especiais os que se matricularem em:

I – disciplinas isoladas dos cursos de graduação ou dos programas de pós-graduação;

II – cursos de pós-graduação *lato sensu*; e

III – outras modalidades de cursos previstas na legislação da UFU.

§ 3º Os programas e projetos destinados a cada grupo de estudantes, regulares ou especiais, serão definidos na normatização desta política no Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (CONSEX), contemplando o rendimento acadêmico como critério básico para permanência.

Art. 6º A Política de Assistência Estudantil é implementada pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PROEX), por meio da Diretoria de Assuntos Estudantis (DIRES), em articulação com as entidades estudantis, Unidades Acadêmicas, administrativas e Especiais de Ensino.

CAPÍTULO III DOS PROGRAMAS

Art. 7º A Política de Assistência Estudantil da UFU é composta pelos seguintes programas:

- I – Programa de Integração dos Estudantes Ingressantes;
- II – Programa de Alimentação;
- III – Programa de Moradia;
- IV – Programa de Transporte;
- V – Programa de Saúde Física;
- VI – Programa de Saúde Mental;
- VII – Programa de Esportes, Recreação e Lazer;
- VIII – Programa de Incentivo à Formação Cultural;
- IX – Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes de Baixa Condição Socioeconômica;
- X – Programa de Incentivo à Formação da Cidadania;
- XI – Programa de Aquisição de Materiais Didáticos e Livros; e
- XII – Programa de Bolsas Acadêmicas.

Art. 8º Ao Programa de Integração dos Estudantes Ingressantes caberá criar condições para que o estudante se integre ao contexto universitário, preparando-o para o bom desempenho acadêmico e formação integral.

Parágrafo único. Ao Programa de Integração dos Estudantes Ingressantes compete:

I – promover ações de integração social e educativa e de orientação aos estudantes ingressantes e familiares quanto aos serviços acadêmicos e de assistência existentes na UFU; e

II – propiciar ações educativas aos estudantes ingressantes visando a melhoria de sua formação, preparando-os para um desempenho acadêmico condizente a sua condição de universitário, em conjunto com as Coordenações de Curso da UFU.

Art. 9º Ao Programa de Alimentação caberá oferecer condições para o atendimento das necessidades de alimentação básica dos estudantes da UFU, por meio dos Restaurantes

Universitários (RU's), de modo a contribuir para sua permanência e conclusão de curso nesta Instituição.

Parágrafo único. Ao Programa de Alimentação compete:

- I – estabelecer ou ampliar a estrutura de produção e fornecimento de refeições à comunidade estudantil;
- II – estudar, fiscalizar e avaliar permanentemente a qualidade da alimentação, com o menor custo possível;
- III – promover programas de reeducação alimentar junto à comunidade estudantil;
- IV – providenciar bolsas de alimentação em atendimento às necessidades básicas dos estudantes, conforme sua condição socioeconômica.

Art. 10. Ao Programa de Moradia caberá oferecer condições adequadas de moradia aos estudantes da UFU de baixa condição socioeconômica, de forma a permitir o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas e o pleno exercício de sua cidadania.

Parágrafo único. Ao Programa de Moradia compete:

- I – dimensionar a demanda por moradia estudantil;
- II – implantar estrutura física destinada a servir de moradia estudantil;
- III – estabelecer junto às entidades representativas estudantis política de gestão para a moradia estudantil, na forma que dispuser o CONSEX; e
- IV – assegurar bolsas de moradia aos estudantes não contemplados com vagas na moradia estudantil, conforme disponibilidade orçamentária da Universidade.

Art. 11. Ao Programa de Transporte caberá oferecer condições de transporte adequadas para o acesso dos estudantes de baixa condição socioeconômica às atividades acadêmicas dos diversos cursos de graduação da UFU, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico com qualidade de vida.

Parágrafo único. Ao Programa de Transporte compete:

- I – estabelecer normas e critérios para a seleção dos estudantes de baixa condição socioeconômica a serem atendidos por este Programa; e
- II – oferecer bolsa transporte aos estudantes de baixa condição socioeconômica atendidos por este Programa, segundo necessidade de frequência e permanência nas atividades acadêmicas dos diversos cursos de graduação da UFU.

Art. 12. Ao Programa de Saúde Física caberá implantar medidas efetivas para viabilizar a manutenção e ou recuperação da saúde dos estudantes.

Parágrafo único. Ao Programa de Saúde Física compete:

- I – dimensionar a demanda pelos atendimentos previstos no **caput** deste artigo junto à comunidade estudantil;
- II – criar uma estrutura destinada ao desenvolvimento de programas e projetos da área de saúde física;

III – estabelecer normas e procedimentos norteadores das ações em saúde física, ouvidas às demandas das entidades estudantis; e

IV – elaborar programas e projetos educativos.

Art. 13. Ao Programa de Saúde Mental caberá promover ações em saúde mental à comunidade discente da UFU, nos âmbitos preventivo, educativo e terapêutico.

Parágrafo único. Ao Programa de Saúde Mental compete:

I – realizar ações específicas da área, que visam apoiar os estudantes com dificuldades emocionais;

II – promover ações que possam auxiliar o desenvolvimento das potencialidades do estudante, favorecendo seu desempenho acadêmico e melhoria na qualidade de vida;

III – oferecer atendimento multiprofissional e interdisciplinar em saúde mental, no que se refere ao acolhimento, orientação, psicoterapia, psiquiatria e psicopedagogia; e

IV – promover ações preventivas e de tratamento direcionadas ao estudante com dependência química, em parceria com unidades afins.

Art. 14. Ao Programa de Esportes, Recreação e Lazer caberá instituir ações de educação esportiva, recreativa e de lazer, capazes de contribuir com o processo de formação integral, melhoria da qualidade de vida e a ampliação da integração social, da comunidade universitária.

Parágrafo único. Ao Programa de Esportes, Recreação e Lazer compete:

I – instituir projetos interdisciplinares, voltados para ações preventivas e de combate aos transtornos bio-psicossociais, de forma integrada aos demais Programas desta política;

II – estimular a elaboração de projetos esportivos, advindos das entidades representativas dos estudantes da Instituição;

III – promover a institucionalização, critérios de utilização e funcionamento do Centro Esportivo Universitário, para garantir a viabilização do desenvolvimento de programas e projetos esportivos, recreativos e de lazer na UFU; e

IV – providenciar espaço físico, recursos materiais e humanos necessários para:

a) a realização de eventos esportivos, recreativos e de lazer para a comunidade universitária;

b) o treinamento dos estudantes selecionados para participação institucional em competições locais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais; e

c) a participação, a cooperação e o intercâmbio esportivo, recreativo e de lazer, entre a UFU e outras Instituições em âmbito local, estadual, regional, nacional e internacional.

Art. 15. Ao Programa de Incentivo à Formação Cultural caberá garantir aos estudantes o pleno exercício dos direitos culturais em consonância com a Política de Culturas da UFU.

Parágrafo único. Ao Programa de Incentivo à Formação Cultural compete:

I – estimular o acesso às fontes culturais;

II – apoiar ações artístico-culturais visando a valorização e a difusão das manifestações culturais estudantis; e

III – providenciar espaços físicos, recursos materiais e humanos necessários para a realização de atividades culturais da comunidade estudantil.

Art. 16. Ao Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes de Baixa Condição Socioeconômica caberá desenvolver ações de assistência, por meio de análise socioeconômica, na dimensão dos direitos de cidadania na perspectiva de inclusão social.

Parágrafo único. Ao Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes de Baixa Condição Socioeconômica compete:

I – assegurar as bolsas de alimentação, moradia e transporte, em atendimento às necessidades básicas dos estudantes, levando em consideração o tempo médio do curso e rendimento acadêmico;

II – assegurar redução ou isenção das taxas, preços e emolumentos previstos na UFU; e

III – oferecer apoio financeiro para a participação em eventos de caráter científico, esportivos e artístico-culturais.

Art. 17. Ao Programa de Incentivo à Formação da Cidadania caberá promover ações que possam contribuir para o pleno desenvolvimento do estudante da UFU e seu preparo para o exercício da cidadania.

Parágrafo único. Ao Programa de Incentivo à Formação da Cidadania compete:

I – promover ações que visem integrar os estudantes entre si, com os professores e técnicos administrativos, com a Instituição e com a sociedade;

II – promover eventos educativos e preventivos que possam contribuir para a formação pessoal, profissional, ética e política da comunidade universitária;

III – estimular, apoiar e assessorar a organização de eventos de caráter acadêmico, sociopolítico promovidos pela comunidade estudantil;

IV – estabelecer parceria com as entidades estudantis com a finalidade de desenvolver ações de incentivo à formação de cidadania;

V – incentivar a implementação e fomento de centros de convivência nos campi, visando a integração dos estudantes; e

VI – providenciar espaço físico para as sedes das entidades representativas dos estudantes.

Art. 18. Ao Programa de Aquisição de Materiais Didáticos e Livros caberá facilitar a aquisição de materiais didáticos e livros aos estudantes de baixa condição socioeconômica, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico e qualificação profissional.

Parágrafo único. Ao Programa de Aquisição de Materiais Didáticos e Livros compete:

I – estabelecer normas e critérios para a seleção dos estudantes de baixa condição socioeconômica a serem atendidos por este Programa;

II – oferecer aquisição de material didático, segundo as normas e critérios estabelecidos neste Programa; e

III – oferecer vales de desconto para a aquisição de livros publicados por Editoras Universitárias junto à Livraria da UFU, segundo as normas e critérios estabelecidos pelo Programa.

Art. 19. Ao Programa de Bolsas Acadêmicas caberá distribuir bolsas remuneradas como incentivo à participação dos estudantes nas atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFU.

Parágrafo único. As modalidades e os critérios para distribuição das bolsas, bem como os critérios de seleção dos candidatos, serão regulamentados pelos órgãos competentes.

CAPÍTULO IV DO FINANCIAMENTO

Art. 20. Os recursos para o financiamento da assistência estudantil serão originários das seguintes dotações orçamentárias:

I – recursos do Tesouro Nacional destinados à manutenção da Instituição e recursos próprios e financeiros arrecadados; e

II – recursos advindos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

§ 1º Os recursos destinados às bolsas acadêmicas não serão contabilizados para o cálculo de que trata o **caput** deste artigo. O Conselho Diretor deve estabelecer, a cada ano, os valores destinados ao financiamento de Assistência Estudantil.

§ 2º O CONSEX aprovará ao final de cada exercício financeiro um relatório dos Programas previstos nos arts. 8º ao 18 desta Resolução.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. O CONSEX estabelecerá a regulamentação dos Programas previstos nos arts. 8º ao 18 desta Resolução, ouvidos os órgãos competentes e as entidades estudantis.

§ 1º Na regulamentação referida no **caput** deste artigo deverão constar critérios de avaliação e acompanhamento dos Programas, estabelecendo uma rede de informações entre Pró-Reitorias, Diretoria de Administração e Controle Acadêmico e Colegiados de Curso.

§ 2º A execução dos Programas de assistência aos estudantes está vinculada à disponibilidade orçamentária da Universidade.

Art. 22. Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Uberlândia, 26 de junho de 2009.

ALFREDO JÚLIO FERNANDES NETO
Presidente

ANEXO D - RESOLUÇÃO Nº 17/2009, DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Aprova a reestruturação das vagas e Cursos de Graduação da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal para a criação de dois novos Cursos, e dá outras providências.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, no uso da competência que lhe confere o art. 12 do Estatuto, em reunião realizada aos 28 dias do mês de agosto do ano de 2009, tendo em vista a aprovação do Parecer nº 83/2009 de um de seus membros, e,

CONSIDERANDO que no projeto *Campus* do Pontal foi feita uma estimativa do total de alunos para o terceiro ano de 1.920 alunos, estimativa essa que não foi atingida em relação ao número de alunos matriculados nos três anos de funcionamento da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, existindo, no terceiro ano, 1.325 alunos, o que configura uma diferença entre o estimado e o realizado atualmente de 595 alunos;

CONSIDERANDO a solicitação da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal para aprovação dessa reestruturação e criação de novos cursos de graduação, pois entende que a divulgação desses novos Cursos pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU contribuirá para o preenchimento dessas vagas ociosas; e ainda,

CONSIDERANDO que essa reestruturação não exige complementação ao número de servidores previstos no projeto do *Campus* do Pontal,

RESOLVE:

Art.1º Autorizar a reestruturação dos Cursos de Graduação da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP), compreendendo:

I – a suspensão temporária da oferta de vagas:

- a) do Curso de Graduação em Física, no turno integral; e
- b) do Curso de Graduação em História, no turno diurno;

II – a suspensão temporária das modalidades:

- a) Licenciatura no Curso de Graduação em Química, no turno integral;
- b) Licenciatura no Curso de Graduação em Matemática, no turno integral;
- c) Bacharelado no Curso de Graduação em Matemática, no turno noturno;
- d) Bacharelado no Curso de Graduação em Química, no turno noturno; e
- e) Bacharelado no Curso de Graduação em Física, no turno noturno.

III – a alteração do número de vagas:

- a) do Curso de Graduação em Matemática, no turno integral, de 40 para 20 vagas;
- b) do Curso de Graduação em Química, no turno integral, de 40 para 20 vagas;
- c) do Curso de Graduação em Geografia, no turno diurno, de 40 para 35 vagas; e
- d) do Curso de Graduação em Pedagogia, no turno integral, de 40 para 35 vagas.

Art. 2º Criar o Curso de Graduação em Engenharia de Produção, no turno integral, com oferecimento de 88 vagas anuais, com a entrada semestral, sendo 44 vagas por semestre.

Art. 3º Criar o Curso de Graduação em Serviço Social, no turno diurno, com oferecimento de 50 vagas, com regime semestral e entrada anual.

Art. 4º A FACIP deverá apresentar as alterações curriculares referentes à reestruturação ora autorizada até o dia 30 de outubro de 2009, conforme dispõem os arts. 15 e 16 da Resolução nº 02/2008, do Conselho de Graduação.

Art. 5º Os Projetos Pedagógicos dos Cursos criados por esta Resolução deverão ser apresentados pela FACIP até o dia 30 de outubro de 2009, nos termos do art. 2º da Resolução nº 02/2008, do Conselho de Graduação.

Uberlândia, 28 de agosto de 2009.

ALFREDO JULIO FERNANDES NETO
Presidente

OBS.: texto alterado e em vigor, de acordo com a Resolução nº 21/2009, de 4 de dezembro de 2009, do Conselho Universitário, e republicado na íntegra por força do disposto no art. 2º da mencionada Resolução.